



GERSON DE SOUZA OLIVEIRA

**A mobilidade do trabalho para o agrohidronegócio canavieiro no Pontal do
Paranapanema – SP**

**SÃO PAULO
2016**

GERSON DE SOUZA OLIVEIRA

**A mobilidade do trabalho para o agrohidronegócio canavieiro no Pontal do
Paranapanema – SP**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), como exigência para obtenção do título de mestre em Geografia, na área de concentração “Desenvolvimento Territorial”, na linha de pesquisa “Campeinato, Capitalismo e Tecnologias”.

Orientador: Antonio Thomaz Junior.

SÃO PAULO

2016

Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"
Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais – Biblioteca
Graziela Helena Jackyman de Oliveira – CRB 8/8635

Oliveira, Gerson de Souza.

O482 A mobilidade do trabalho para o agrohidronegócio canavieiro no Pontal do Paranapanema – SP / Gerson de Souza Oliveira. – São Paulo, 2016.
165 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Antonio Thomaz Junior.

Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI), Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), São Paulo, 2016.

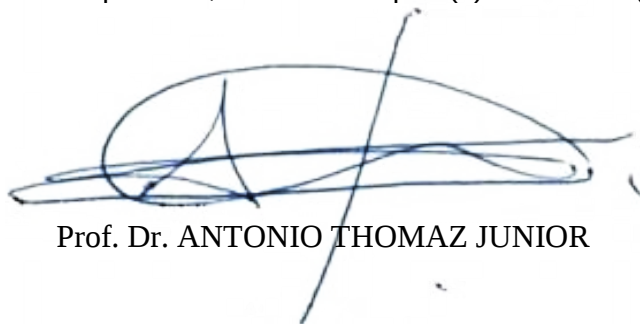
1. Geografia rural. 2. Desenvolvimento rural – Brasil. 3. Trabalhadores rurais – Paranapanema, Pontal do (SP). 4. Agroindústria canavieira – Paranapanema, Pontal do (SP). 5. Trabalho migratório na agricultura. I. Título.I. Título.

CDD 331.763

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE GERSON DE SOUZA OLIVEIRA, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NA AMÉRICA LATINA E CARIBE, DO INSTITUTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E RELAÇÕES INTERNACIONAIS - UNIDADE COMPLEMENTAR - SÃO PAULO.

Aos 24 dias do mês de março do ano de 2016, às 16:00 horas, por meio de Videoconferência, realizou-se a defesa de DISSERTAÇÃO DE MESTRADO de GERSON DE SOUZA OLIVEIRA, intitulada **AMOBILIDADE DO TRABALHO PARA O AGROHIDRONEGÓCIO CANAVIEIRO NO PONTAL DO PARANAPANEMA – SP.**

A Comissão Examinadora foi constituída pelos seguintes membros: Prof. Dr. ANTONIO THOMAZ JUNIOR (Participação Presencial) do(a) FCT/UNESP/Presidente Prudente (SP) / UNESP, Prof. Dr. PAULO ROBERTO RAPOSO ALENTEJANO do(a) Departamento de Geografia / Universidade Estado do Rio de Janeiro, Profa. Dra. ANA TERRA REIS do(a) Geografia / Escola Nacional Florestan Fernandes. Após a exposição pelo mestrando e arguição pelos membros da Comissão Examinadora que participaram do ato, de forma presencial e/ou virtual, o discente recebeu o conceito final: **APROVADO**. Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelo(a) Presidente(a) da Comissão Examinadora.

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Antonio Thomaz Junior", is written over a horizontal line. The signature is stylized and somewhat abstract, with a large loop at the end.

Prof. Dr. ANTONIO THOMAZ JUNIOR

*Dedico este trabalho à minha Mãe (Dona Lurdes), mulher negra, migrante
nordestina, que me ensinou que viver é sempre pelejar.
A meu pai, José de Souza (in memoriam) e meu padrasto Zezé
(in memoriam), trabalhadores rurais mineiros que sofreram em
vida as privações e violências do latifúndio.
À classe trabalhadora que enfrenta diariamente a barbárie do capital.
A todos e todas que lutam pela emancipação humana!*

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pelo apoio financeiro concedido. As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações aqui expressas são de responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a visão do CNPq.

A realização de uma pesquisa, por menos evidente que pareça, só é possibilitada a partir do trabalho coletivo. Sem isso não seria possível dispor de condições materiais e subjetivas que permitem o tempo para leitura, investigação e escrita. Foi fundamental neste sentido a contribuição do orientador, amigos, familiares e do movimento social (escola da vida) para a práxis teórico-política que viabilizou por diversos meios a realização deste trabalho. Sem o envolvimento destas pessoas, a partir dos laços intelectuais e afetivos construídos neste percurso, além de sem sentido, seria praticamente impossível a realização deste mestrado sob as condições objetivas e subjetivas de tempo e espaço no qual ele foi efetivado. A estes camaradas expresso aqui meu sentimento fraterno de gratidão pelo apoio, principalmente nos momentos difíceis deste percurso.

Ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) pela formação humana, pela combatividade da militância e pelo caráter revolucionário da sua luta.

Aos camaradas da Turma José Carlos Mariátegui pelos laços de construção coletiva e tudo mais que compartilhamos durante o período do mestrado.

Ao Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT) e ao Coletivo CETAS pelos aprendizados, reflexões críticas e o apoio à pesquisa.

Ao professor Thomaz pela orientação, ensinamentos, compromisso radical com a pesquisa e por ser um combatente daqueles imprescindíveis.

À minha mãe “dona Lourdes”, nossa *mais velha*, progenitora de oito filhos/as que, mesmo sob condições desfavoráveis, sempre nos permitiu sonhar.

À toda minha família, pelo companheirismo, referência e inspiração na luta pelo justo e pelo necessário.

À Aline, pelo envolvimento e cumplicidade no que compartilhamos.

À querida Tassi, pelo apoio e laço fraterno e afetivo que nos une.

Acertasse eu com o que depois sabendo fiquei, para de lá de tantos assombros [...]. Um está sempre no escuro, só no último derradeiro é que clareiam a sala. Digo: o real não está na saída nem na chegada: ele se dispõe para a gente é no meio da travessia. (ROSA, 2001, p. 80).

RESUMO

A produção canavieira no Brasil a partir dos anos 2000, num curto espaço de tempo, foi reestruturada para atender as novas exigências reprodutivas do capital internacional. O contexto da crise de 2008 provocou um deslocamento de capitais em busca de cadeias de valor, especialmente *commodities* agrícolas e minerais. Desse modo o agrohidromineralnegócio foi objeto de um vultuoso aporte de capitais que aprofundou a concentração e centralização de capitais em diversos setores econômicos. Este processo reservou aos trabalhadores o desemprego e a reorganização da superexploração e controle social do trabalho, objetivando a elevação da taxa de lucro e rápida valorização dos capitais investidos. Para fazer o arranjo espacial necessário, as empresas canavieiras impulsionaram a um só tempo a contratação de trabalhadores migrantes e a intensificação do uso da maquinaria para operações de corte e plantio da cana como forma de acelerar o ritmo produtivo, aumentar a competitividade entre unidades agroindustriais e garantir altas taxas de lucro. Esse movimento do capital em crise teve reflexo direto no deslocamento espacial de trabalhadores, mas, via de regra, na mobilização de um tipo de trabalhador com características específicas de trajetória no mundo do trabalho. Trata-se de pessoas que há muito tempo enfrentam a lida dura, carentes de direitos sociais, que precisam migrar para sobreviver e manter quem fica. A realidade vivida por estes trabalhadores sob os desígnios do capital pode nos oferecer elementos reveladores da particularidade do desenvolvimento desigual e combinado do capital na formação sócioespacial brasileira, colonial-escravista-dependente. Desse modo, neste estudo buscamos compreender a relação *capital x trabalho* através da dinâmica territorial do agronegócio e da mobilidade do trabalho no Pontal do Paranapanema sob o cenário da crise econômica global marcada pelo fluxo de capitais, revigoração da dominação de classe, dos conflitos fundiários e da precarização do trabalho. Como metodologia foi especialmente importante a realização de trabalhos de campo (observação direta e entrevistas), pesquisa documental e em banco de dados do BNDES, IEA e MTE-RAIS/CAGED, além da confrontação das informações com dados secundários obtidos através de órgãos governamentais e institucionais do setor canavieiro.

Palavras-chave: mobilidade do trabalho; crise do capital; agronegócio canavieiro.

ABSTRACT

Sugarcane production in Brazil from the 2000s onwards, in a short period of time, was restructured to meet the new reproductive requirements of international capital. The context of 2008 crisis provoked a displacement of capital in search of value chains, in this case, agricultural and mineral commodities. In this way, the agrohydromineralbusiness has been the object of a substantial contribution of capital that has deepened the concentration and centralization of capitals in the sectors of the economy. This process caused unemployment and the reorganization of intensive exploitation and social control of work, aiming at raising the profit rate and rapid appreciation of invested capital. In order to make the necessary spatial arrangement, the sugarcane companies simultaneously promoted the hiring of migrant workers and the intensification of the use of machinery for cutting and planting sugarcane as a way of accelerating the production rate, increasing competitiveness between agroindustrial units and guarantee high profit rates. This movement of capital in crisis had a direct impact on the spatial displacement of workers, and, as a rule, on the mobilization of a type of worker with specific trajectory characteristics in the world of work. These are those who have long faced hardship, lacking social rights, who need to migrate to survive and provide for those who stayed behind. The reality lived by these workers under the designs of capital can offer us elements that reveal the particularity of the uneven and combined development of capital in the Brazilian socio-spatial formation, colonial-slaver-dependent. In this study we seek to understand aspects of the *capital vs labor* relationship through the territorial dynamics of the agrobusiness and labor mobility in Pontal do Paranapanema under the scenario of the global economic crisis marked by the flow of capital, reinvigoration of class domination, land conflicts and work precariousness. As a methodology, it was especially important to carry out fieldwork (direct observation and interviews), documents-based research and researching the BNDES, IEA and MTE-RAIS/CAGED databases, in addition to comparing the information with secondary data obtained through government agencies and institutions in the sugarcane sector.

Keywords: work mobility; crisis of capital; sugarcane agribusiness.

RESUMEN

La producción cañera en Brasil a partir de la década de 2000, en un corto período de tiempo, se reestructuró para atender las nuevas demandas reproductivas del capital internacional. El contexto de la crisis de 2008 provocó un desplazamiento del capital en busca de cadenas de valor, especialmente *commodities* agrícolas y minerales. Así, el agrohidronegocio ha sido objeto de un aporte masivo de capital que profundizó la concentración y centralización de capitales en diversos sectores económicos. Este proceso ha reservado a los trabajadores el desempleo, la reorganización de la superexplotación y el control social del trabajo, con el objetivo de elevar la tasa de ganancia y la rápida valorización del capital invertido. Para realizar el arreglo espacial necesario, las empresas cañeras impulsaron la contratación de trabajadores migrantes y la intensificación del uso de maquinaria en las operaciones de corte y plantación de la caña como forma de acelerar el ritmo de producción, aumentar la competitividad entre las unidades agroindustriales y garantizar altas tasas de ganancia. Este movimiento del capital en crisis se reflejó directamente en el desplazamiento espacial de los trabajadores, pero, por regla general, en la movilización de un tipo de trabajador con características específicas en el mundo del trabajo. Se trata de personas que, hace mucho tiempo, han enfrentado el trabajo duro, sin derechos sociales, que migran para sobrevivir y mantener a los que se quedan. La realidad vivida por estos trabajadores bajo los designios del capital puede ofrecernos elementos reveladores de la particularidad del desarrollo desigual y combinado del capital en la formación espacial brasileña colonial-esclavista-dependiente. En este estudio buscamos comprender la relación *capital x trabajo* a través de la dinámica territorial del agronegocio y de la movilidad laboral en el Pontal do Paranapanema bajo el escenario de la crisis económica mundial marcada por el flujo de capital, la revigorización de la dominación de clase, los conflictos territoriales y precarización del trabajo. Como metodología, fue especialmente importante la realización de trabajos de campo (observación directa y entrevistas), investigación documental y en banco de datos del BNDES, IEA y MTE-RAIS/CAGED, además de la confrontación de informaciones con datos secundarios obtenidos a través de órganos gubernamentales e institucionales del sector cañero.

Palabras clave: movilidad del trabajo; crisis del capital; agronegocio cañero.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 -	Localização do Pontal do Paranapanema no estado de São Paulo - Brasil.....	45
Gráfico 1 -	Preço da terra nua (cultura de primeira) no Pontal do Paranapanema – SP.....	52
Gráfico 2 -	Investimento Direto Estrangeiro (IDE) no Brasil de 2001 a 2013.....	90
Gráfico 3 -	Investimento direto estrangeiro em atividades do agronegócio.....	92
Gráfico 4 -	Participação de empresas estrangeiras no capital agroindustrial canavieiro.....	93
Gráfico 5 -	Desembolsos do BNDES para o setor agroindustrial canavieiro no Brasil.....	97
Gráfico 6 -	Evolução do financiamento do BNDES para os grupos econômicos que atuam no Pontal do Paranapanema – SP (2002 a 2015).....	100
Gráfico 7 -	Financiamento do BNDES distribuído por grupo econômico que atua no Pontal do Paranapanema – SP (2002 a 2015).....	101
Gráfico 8 -	Emprego no setor canavieiro no Pontal do Paranapanema-SP (2007 a 2015).....	105
Gráfico 9 -	Vínculo ocupacional no setor canavieiro no Pontal do Paranapanema - SP.....	106
Gráfico 10 -	Variação do emprego no setor canavieiro em relação aos trabalhadores canavieiros do Pontal do Paranapanema - SP.....	107
Gráfico 11 -	Variação do preço pago na colheita e na comercialização da cana-de-açúcar no estado de São Paulo.....	111
Figura 2 -	Trajetória do trabalhador Antonio (Maranhão).....	133
Figura 3 -	Trajetória de Absolon (Pernambuco).....	135
Figura 4 -	Trajetória de Antonio C. O. Lima (Maranhão).....	137

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Investimentos Estrangeiros Diretos no Brasil – Participação no capital	90
Tabela 2 – Processamento de cana-de-açúcar no Pontal do Paranapanema – SP.....	108
Tabela 3 – Estimativa de produtividade do trabalho canavieiro agrícola no Pontal do Paranapanema – SP (2007-2014).....	110

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ANFAVEA	Associação Nacional de Fabricantes de Veículos Automotores
BCB	Banco Central do Brasil
BIRD	Banco Interamericano para a Reconstrução e Desenvolvimento
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CAI	Complexo Agroindustrial
CAIC	Complexo Agroindustrial Canavieiro
CATI	Coordenadoria de Assistência Técnica Integral
CBG	Congresso Brasileiro de Geógrafos
CBO	Classificação Brasileira de Ocupações
CDH-ELS	Centro de Direitos Humanos “Evandro Lins e Silva”
CEB's	Comunidades Eclesiais de Base
CEFAM	Curso Específico de Formação de Aperfeiçoamento do Magistério
CEGET	Centro de Estudos de Geografia do Trabalho
CEREST	Centro de Referência em Saúde do Trabalhador
CETAS	Centro de Estudos Trabalho, Ambiente e Saúde
CNAE	Classificação Nacional de Atividade Econômica
CODETER	Colegiado de Desenvolvimento Territorial
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura
COPERSUCAR	Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo
COPLAC	Cooperativa dos Plantadores de Cana
CTPS	Carteira de Trabalho e Previdência Social
DATALUTA	Banco de Dados da Luta Pela Terra
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos
EDR	Escritório de Desenvolvimento Rural
EFS	Estrada de Ferro Sorocabana
COPLAC	EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

ET	Estatuto da Terra
ETR	Estatuto do Trabalhador Rural
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FAPESP	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
FCHS	Faculdade de Ciências Humanas e Sociais
FCL	Faculdade de Ciências e Letras
FCT	Faculdade de Ciências e Tecnologia
FFLCH	Faculdade de Filosofia, Letra e Ciências Humanas
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FMI	Fundo Monetário Internacional
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
IAA	Instituto do Açúcar e do Alcool
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IEA	Instituto de Economia Agrícola
IED	Investimento Estrangeiro Direto
IGC	Instituto de Geociências
IPPRI	Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais
ITESP	Instituto de Terras do Estado de São Paulo
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MPT	Ministério Público do Trabalho
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
NATRA	Núcleo Agrário Terra e Raiz
NR	Norma Regulamentadora
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PGE	Procuradoria Geral do Estado
PGPM	Política de Garantia de Preços Mínimos
PIB	Produto Interno Bruto
	Pastoral da Juventude

PJ	Pastoral da Juventude Rural
PJR	Plano Nacional de Melhoramento da Cana-de-açúcar
PLANALSUCAR	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNUD	Programa Nacional do Álcool
PRT	Procuradoria Regional do Trabalho
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
SAASP	Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo
SDT	Secretaria de Desenvolvimento Territorial
SEMA	Secretaria Estadual do Meio Ambiente
SNCR	Sistema Nacional de Crédito Rural
SPM	Serviço Pastoral dos Migrantes
UERJ	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
UFMT	Universidade Federal do Mato Grosso
UFPE	Universidade Federal do Pernambuco
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UHE	Usina Hidrelétrica
UNB	Universidade de Brasília
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UNICA	União da Indústria de Cana-de-açúcar
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNIFESP	Universidade Federal de São Paulo
UNIPONTAL	União dos Municípios do Pontal do Paranapanema
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USP	Universidade de São Paulo
VANT	Veículo Aéreo Não Tripulado
WFE	World Federation of Exchanges

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	15
2	LUTA DE CLASSES E DINÂMICA TERRITORIAL DO PONTAL DO PARANAPANEMA – SP.....	31
2.1	Consolidação e dinâmica interna do capital agroindustrial canavieiro.....	53
3	CONTEXTO DA CRISE CAPITALISTA E OS IMPERATIVOS DA MOBILIDADE DO TRABALHO.....	68
3.1	Influxo de capitais e a internacionalização do agrohidronegócio canavieiro.....	80
3.2	Reorganização do capital agroindustrial canavieiro e o impacto sobre os trabalhadores canavieiros	99
4	ITINERÁRIOS DE EXPLORAÇÃO E MOBILIDADE NA VIDA DOS TRABALHADORES MIGRANTES.....	113
4.1	Mobilidade espacial e migração do trabalho para o capital.....	125
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	143
	REFERÊNCIAS.....	147
	APÊNDICE - QUADRO DESCRITIVO DOS PRINCIPAIS PROJETOS E AGROINDÚSTRIAS FINANCIADAS PELO BNDES NA REGIÃO DO PONTAL DO PARANAPANEMA (SP) ENTRE OS ANOS DE 2006 E 2015.....	160

1 INTRODUÇÃO

Em entrevista concedida ao portal Carta Maior em janeiro de 2009, o crítico e engajado sociólogo Francisco de Oliveira declarou que “estamos diante da primeira grande crise da globalização capitalista”. Sua afirmação não negligencia o fato de que crises anteriores à 2008 tenham impactado a economia mundial devido à centralidade capitalista no processo, no entanto, ressalta a particularidade de esta ser a primeira grande crise decorrente da globalização irrestrita do capital. A substância não alterou, pois se trata de uma crise clássica de realização do valor, entretanto, em uma escala muito mais ampliada na qual o sintoma financeiro é a manifestação mais evidente da crise, mas não a sua essência (OLIVEIRA, 2009b).

A contundência da afirmação do professor Chico de Oliveira está justamente em apontar aquilo que está por detrás do colapso sistêmico da crise. Sob a epiderme menos visível, está o fato de que nos últimos 30 anos houve uma “fantástica ampliação da fronteira da mais-valia”, com incorporação no mercado de trabalho mundial de novos 850 milhões de pares de braços a partir do crescimento econômico da China e da Índia. Isso autoriza dizer que a mais recente crise de 2008 foi apenas o estopim de um processo que vem se desenvolvendo nas últimas décadas na economia mundial e que se manifestou de forma aguda e abrupta com a desestabilização do mercado financeiro e imobiliário norte americano abalando outras dezenas de países.

O irrompimento desta crise impôs enormes perdas às corporações e mesmo a falência de bancos e instituições financeiras, desvelando a falácia liberal do mercado autorregulado contraposta à interferência estatal. Logo seu impacto foi sentido e se desdobrando sobre outros setores e países, expondo as contradições intrínsecas à dominância do sistema financeiro internacional e, mais que isso, a (in)consequente desorganização das relações entre produção, distribuição e circulação determinadas pela lógica da acumulação capitalista.

Na história recente, vemos que as crises econômicas inauguram novas formas de elevar o patamar de exploração do trabalho, de controle e saque dos territórios, dos Estados e de impor rígida austeridade sobre a classe trabalhadora mundial, ou seja, a receita adotada pelos capitalistas para contornar a “quebra” é baseada num padrão internacional que agudiza a privação social e reprodutiva da

maior parcela da população, especialmente nos países periféricos, dependentes e subordinados na divisão internacional do trabalho. Deste modo, não é novidade que por sua natureza destrutiva, quem mais sofre e sente na pele os efeitos da crise são os pobres, sobretudo, as mulheres, negros, indígenas, migrantes e todos aqueles que compõem a base da pirâmide social.

No entanto, há que se destacar no estopim da crise atual, a sua reação em cadeia sobre as economias nacionais e a rapidez com que os problemas financeiros se converteram em problemas sociais propriamente ditos. Impôs-se a socialização das perdas e dos prejuízos, paralela ao dispêndio de cifras gigantescas por parte dos Estados, buscando “salvar” o capital. Generalizadamente, adota-se nestes casos, um mecanismo que reproduz e atualiza em escala ampliada as desigualdades socioeconômicas entre as classes sociais, a partir de uma exacerbada concentração da renda e da riqueza por um número cada vez mais restrito de capitalistas.

O geógrafo David Harvey afirma que no final dos anos 90 e início dos 2000, a acelerada concentração da renda e riqueza foi mascarada pela ocorrência de acontecimentos marcantes como a explosão da “bolha especulativa” do mercado de ações; a recessão a partir de 2001; o 11 de setembro e o início da guerra imperialista contra o Iraque. Ele argumenta que foi justamente em meio às crises financeiras e as guerras imperialistas que a burguesia internacional ganhou dinheiro e foi consolidando seu poder de classe (HARVEY, 2013, p. 17). Entretanto, faz questão de lembrar que: “os ganhos especulativos são hoje fundamentais para a sobrevivência das classes superiores, mas isso evidentemente implica a ameaça de importantes desvalorizações quando várias bolhas de ativos explodirem” (HARVEY, 2013, p. 31).

Por isso tão importante o recrudescimento na forma social estatal para o exercício do controle social e político de camadas empobrecidas da população, com emprego contínuo da violência, extermínio físico de pessoas, encarceramento em massa (como exemplifica o caso brasileiro); desregulamentação do sistema jurídico, reformas econômicas antidemocráticas, etc. Estes expedientes perfazem as necessidades prementes do regime vigente e escancaram de forma virulenta o potencial destrutivo, cada vez mais putrefeito, do estágio atual do capitalismo.

Está em curso um movimento de forte e aguda radicalização da política de austeridade e restrição de direitos, sob a perspectiva de retomada da agenda neoliberal ortodoxa, com o objetivo de romper o estimado “pacto econômico”

amalgamado pelo Governo Lula e suplantando as mínimas concessões feitas sob aquilo que foi denominado de *neodesenvolvimentismo* (BOITO, 2012). Também apelidado popularmente, de forma caricata e simplista, de *política de melhorismo social*, para definir a política de desenvolvimento econômico e de transferência de renda aplicada pelos sucessivos governos petistas.

Por mais que não pareça tão evidente para certo pensamento positivo e reformista (em maior medida para os adeptos do lulismo) que projetavam um cenário distinto, de não alteração do “estado de coisas”, os efeitos da crise financeira para a economia do país demonstraram e vem se mostrando serem muito maiores que uma simples *marolinha*, pois, abusando da metáfora, “o mar está revoltado”. Tendo suas consequências cada vez mais expostas na realidade brasileira atual. Tanto antes como agora é possível verificar (e isto está cada vez mais evidente), que a crise é profunda e prolongada, com precedência histórica semelhante, em alguns sentidos até maior, do que foi o baque de 1929 no período entre guerras. Estamos observando apenas o despontar do *iceberg* de um longo processo que se iniciou há pelo menos mais de três décadas como evidenciam os estudos argutos de István Mészáros, David Harvey e outros autores que estudam a dinâmica da crise capitalista.

Impulsionado pelo impacto da crise sobre o lucro, o capital opera uma forte ofensiva sobre os territórios da América Latina e países similares da “periferia” do sistema que ocupam posição subalterna no mercado internacional. O extrativismo, o saque e a rapinagem são formas tradicionais do funcionamento do sistema, mas nos momentos de crise é inegável que há uma elevação do grau de agressividade destas formas. A nova ofensiva imperialista é ainda mais reveladora neste período histórico sobre a natureza predatória, violenta e espoliativa deste sistema (HARVEY, 2005), uma vez que, como aponta a análise meszariana, ingressamos em sua fase potencialmente destrutiva (MÉSZÁROS, 2011).

Historicamente a consolidação da subordinação estrutural do novo continente através da colonização secular, saques, domínio militar, pilhagem etc., cumpriu o papel de oferecer produtos primários em abundância para os países centrais da acumulação capitalista (primeiramente os da Europa e depois os EUA), permitindo assim o vigoroso salto industrial e econômico dos mesmos. Por outro lado, os países colonizados e dependentes como o Brasil, somente de forma incipiente e muito tardiamente conseguiram desenvolver seu parque industrial. Alicerçado na

baixa capacidade produtiva e altíssima exploração do trabalho, fundamentalmente estruturado como fornecedores de matérias primas e produtos de baixo valor agregado no mercado internacional, sustentando um modelo de geração e apropriação do excedente que permitisse produzir lucros extraordinários. A *Dialética da dependência*, como bem formulou Ruy Mauro Marini nos anos 70 (TRASPADINI; STEDILE, 2005), explica que tal relação subordinada dos países latinos assenta-se além da troca desigual entre o “centro” e a “periferia” da economia capitalista, como é o caso do Brasil, também na perpetuação da sua função agroexportadora e no altíssimo grau de exploração da força de trabalho.

Estes são alguns elementos determinativos que imprimem a particularidade brasileira e latino-americana no processo global da acumulação capitalista. Não obstante, sob os imperativos da atual crise internacional, tais peculiaridades se explicitam, quase sempre de forma generalizada, nos diversos ramos da economia nacional e também é condicionada pelas contingências do tempo histórico. O que não permite supor a existência de uma dualidade mutuamente excludente entre o *atraso* e o *moderno*, posto que, são expressões fenomênicas, não contraditórias, mas sim intrínsecas da reprodução do metabolismo social de absorção de trabalho não-pago.

O Brasil experimentou nos últimos anos um forte crescimento econômico e produtivo atrelado à demanda por produtos primários no mercado mundial. Internamente este salto nas exportações e na balança comercial só foi possível por meio da conformação de um pacto político-econômico de classe que unificou diversos setores da burguesia - industrial, agrária e financeira - e se materializou nos dois governos Lula (2003-2006 e 2007-2010), perdurando - ainda que com aprofundamento dos limites e contradições - até meados do primeiro governo Dilma (2011-2014). Esta situação nova, acordada neste “pacto desenvolvimentista”, permitiu uma dinamização de investimentos, apoio à indústria, liberação de créditos, relativa valorização do salário mínimo, transferência de renda, um satisfatório aumento da produção e do consumo favorecendo as relações comerciais dentro e fora do país. Este momento possibilitou assim, um “grande salto” na redefinição do papel ocupado pelo Brasil na acumulação capitalista global a partir da divisão internacional e hierárquica do trabalho.

Mesmo após a erupção da crise, o cenário de economia interna crescendo possibilitou ao Brasil atrair capitalistas que observaram uma ótima oportunidade de

multiplicar ganhos e rendimentos como forma de recuperar as cifras perdidas no mercado financeiro. Até então não se assumia o forte impacto que seria sentido anos mais tarde, principalmente nos investimentos estrangeiros no país, era o que noticiava os principais jornais do país como o Folha de São Paulo¹. Por isso mesmo, no afã de garantir os ganhos dos investidores privados e manter os saldos positivos da balança comercial, o Governo brasileiro ampliou o financiamento maciço de alguns setores voltados à agroexportação no mercado internacional. Sendo eles, preferencialmente, da extração mineral, grãos, suco de laranja, açúcar e celulose. Fomentou com isso, direta e indiretamente, mais ainda a formação e fortalecimento de estruturas oligopolizadas; conglomerados empresariais na forma de *holdings*, com total centralização e controle dado pelo capital financeiro internacional.

Esta é a característica marcante do que representou o pacto político e o programa econômico deste período voltado para a inserção do Brasil dentro da rota de interesses oligopolistas do capital transnacional. Os interesses imperialistas diante da crise, partem para uma ampla ofensiva em sua estratégia geopolítica, em especial sobre áreas com abundância em petróleo, minérios e outros recursos naturais. Soma-se a isso, as inúmeras formas de apropriação do fundo público do Estado, seja através de transferência direta a partir da dívida pública (contração por parte dos Estados de dívidas impagáveis com bancos, instituições financeiras, detentores de títulos, etc.) ou por vias como a cessão de serviços e tomada de empresas públicas pela iniciativa privada. Todas essas investidas são ações rígidas para garantir a injeção de “sangue novo” nas veias do sistema global, buscando sempre que necessário, restaurá-lo para tentar evitar a tendencial queda na taxa de lucro e com isso alimentar os ganhos no mercado financeiro, multiplicando investimentos e fortunas.

Não é à toa, como veremos ao longo do texto, especificamente no segundo capítulo, que o Brasil deu um salto exponencial no influxo de capitais estrangeiros nos anos precedentes e durante o desdobrar da crise de 2008, preponderantemente, com forte participação e controle no setor primário exportador.

Destaquemos, que no caso do setor sucroalcooleiro que é o foco desta pesquisa, o próprio George W. Bush, então presidente dos EUA em visita ao Brasil

¹ O boom do álcool atraiu ao país novos investidores. Muitos deles são grandes fundos estrangeiros, que enxergam a oportunidade de ganhos vultosos e não sentiram ainda a desaceleração do setor (ESTRANGEIROS..., 2008).

em 2007, chancelou as projeções otimistas dentro de um cenário de lucro garantido. Abrindo caminho para que capitalistas de distintas filiações passassem a investir na produção do álcool brasileiro, efervescendo a dinâmica do setor a partir da ampliação, reformas, compra e venda de unidades canavieiras e aquisição de vastas extensões de terra no interior do país, principalmente na região Centro-Sul. A chancela dada por Bush não era “ponto sem nó”, pois as projeções sobre o potencial de ganhos, partiu diretamente dos capitalistas internacionais, com o aval afiançador dado pelo próprio Estado brasileiro através do BNDES. Não fosse assim as empresas norte-americanas não estariam ranqueadas entre as maiores investidoras de capitais no país².

O açúcar produzido com base na moagem de cana-de-açúcar, há tempos está consagrado no mercado externo, mas a partir dos anos 2000 o etanol passou a figurar com um enorme potencial para ampliação de lucros por conta da crescente demanda interna, motivada pela incontrolável produção de veículos especialmente do tipo *flex fuel* (movidos a álcool e gasolina), que passaram a representar mais de 80% da frota vendida de veículos novos no fim da década de 2000. As boas perspectivas financeiras saltaram à vista com a ascensão meteórica do preço do barril de petróleo o que impactou de modo diferencial na abertura de mercados e na competitividade do álcool carburante, agora denominado etanol. Em um intervalo de menos de sete anos a média anual do preço do barril do combustível fóssil mais que triplicou, variando de US\$ 30 no ano de 2000 para US\$ 54 em 2005, US\$ 79 em 2006, atingindo a surpreendente marca de US\$ 93 dólares americanos em 2007. No mesmo período a exportação do etanol saltou de aproximadamente 500 milhões de litros no início da década para 2,4 bilhões de litros em 2004 chegando a 3,4 bilhões de litros em 2006 e contabilizando divisas no valor de 1,6 bilhão de dólar segundo o levantamento feito pela Embrapa (SZMRECSÁNYI *et al.*, 2008 p. 13-14).

A ampliação do aporte de capitais estrangeiros, amparado pelo igualmente volumoso desembolso do BNDES para setores da economia nacional, com destaque para o agronegócio, possibilitou a acelerada expansão produtiva das commodities, dos monocultivos e da extração mineral no Brasil. Determinando também o acirramento dos conflitos com o avanço da fronteira agrícola sobre comunidades e territórios camponeses, a transformação técnica e produtiva do agronegócio elevando

² Ver estatísticas do Banco Central sobre os Investimentos Estrangeiros Direto no Brasil (BCB, 2015).

ainda mais o patamar de exploração do trabalho e, conseqüentemente, um altíssimo grau de concentração e centralização de capitais.

No setor canavieiro a dinâmica dada por esse influxo de capitais ditou o ritmo da nova fase de modernização conservadora na produção do açúcar e do álcool, baseada na reforma, ampliação, ou mesmo, construção de novas plantas produtivas; na fusão e aquisição de empresas agroindustriais e na compra, ou arrendamento de terras, condicionando o processo avassalador da expansão agrícola sobre novas áreas não voltadas para este fim.

No Pontal do Paranapanema esta nova fase de expansão do capital agroindustrial canavieiro também ganhou amplitude nos anos subsequentes a 2005, quando da instalação de novos grupos econômicos e entrada de volumosos investimentos no agronegócio canavieiro paulista e de forma mais sistemática na região. Já em 2007 era possível verificar a alteração na paisagem regional através da reversão das terras para a nova finalidade produtiva, da dinamização do emprego nas operações fabris e agrícolas das unidades - paralela ao retrato da mobilização e exploração do trabalho - bem como do anunciado acirramento dos conflitos fundiários com os movimentos sociais demandantes da terra para a reforma agrária.

Esta rota expansiva do capital canavieiro vigorou de forma ininterrupta durante, pelo menos, sete anos desde o início do ciclo em 2005, atingindo um ponto de inflexão a partir de 2012 com a brusca redução nos investimentos públicos e queda do preço das commodities no mercado internacional; fatores decisivos para o fechamento de unidades no país, demissão maciça de trabalhadores, em especial aqueles e aquelas empregados/as no corte manual da gramínea.

Conforme explicitado pelo relatório “A agroindústria canavieira e a crise econômica mundial”, de 2012 (juntamente com uma série de publicações organizadas pelo coletivo da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos), quanto maior o valor dos ativos da empresa, maior o seu potencial de contrair novas dívidas para seguir investindo os elevados montantes financeiros, pois:

A necessidade da compra de terras e máquinas, combinada com a tendência de especulação nos mercados financeiros para obter lucros acima da média, determinam a expansão do setor. Ao modernizarem o processo de produção, substituem força de trabalho por máquinas, inviabilizando ainda mais a acumulação, o que retroalimenta o endividamento, a expansão e a especulação financeira, determinantes da superexploração do trabalho. (REDE SOCIAL..., 2012, p. 19).

Pautado pelo ímpeto expansionista, a disputa intracapitalista entre grandes empresas e grupos familiares do setor foi intensamente marcada não somente na corrida por terras disponíveis, mas também pelo acesso aos créditos, financiamentos de safra ou investimentos para renovação de canaviais, da frota ou da planta industrial. O mesmo documento supracitado, informa ainda que imediatamente após a ocorrência da crise de 2008, as empresas com “dificuldades financeiras” do setor, passaram a receber financiamento até de *capital de giro* para não pararem de moer. Em comparação a anos anteriores, o documento afirma que receberam inclusive valores exorbitantes quando comparados com o que o setor recebeu em créditos subsidiados, ao longo de todo o período do Programa Nacional do Álcool (Proálcool), entre 1975 e 1990. (REDE SOCIAL..., 2012, p. 17).

Nessa disputa foram preponderantes os grupos com mais “bala na agulha” e maior capacidade de *lobby* para angariar recursos junto ao Estado, via de regra, aqueles com maior capacidade de atrelamento ao capital internacional, como exemplo na região em questão, a Odebrecht Agroindustrial pertencente ao Grupo Odebrecht (conglomerado com atuação em diversos países) e a empresa norueguesa, Umoe Bioenergy, detentora de um significativo aporte financeiro investido para instalação da empresa no Brasil.

O maior volume de capitais mobilizados, o setor abriu portas para a implantação de mudanças técnicas e produtivas, correspondendo ao enrijecimento da superexploração dos trabalhadores no âmbito das unidades canavieiras.

A diferenciação no setor passou a se dar a partir de dois grupos de empresas. De um lado as agroindústrias vinculadas a grandes grupos econômicos internacionais com plantas modernas, avançada tecnologia e maior composição técnica do capital. Do outro, agroindústrias defasadas tecnologicamente, com estruturas antigas, superendividadas e com menor capital investido. Independentemente do volume de capital instalado, ambas empresas possuem alicerces na extrema exploração e precarização do trabalho para manterem os ganhos elevados. Não obstante, estas empresas, sobretudo o primeiro grupo, empenham recursos em prol da manipulação da “opinião pública” e se apresentam com uma imagem “simpática” e “harmoniosa” na relação entre capital e trabalho, construindo um imaginário simbólico em torno da ideia de “responsabilidade social”, tanto para

forçar maior adesão e força política na municipalidade regional, como também projetar uma maquiada imagem positiva para órgãos públicos, acionistas, bancos e os investidores internacionais.

Na impossibilidade de sobreviverem frente à impetuosa concorrência intercapitalista, o segundo grupo de agroindústrias (defasadas tecnologicamente) passaram a sofrer as leis da concorrência, abrindo falência e/ou sendo incorporadas pelo primeiro grupo. Foram inviabilizadas economicamente a partir desse reordenamento territorial e produtivo do setor que se materializou na região, mas que é parte de um processo geral de reorganização do agronegócio brasileiro³ (OLIVEIRA, 2009).

Para compensar tal defasagem as agroindústrias valeram-se até quando puderam das práticas predatórias no emprego e subemprego da força de trabalho (seja local ou migrante), centrando-se na extrema exploração dos trabalhadores nos períodos de safra e, de igual maneira, na entressafra. Para atender a esta finalidade, as empresas adotaram a forma de arregimentação/contratação de trabalhadores migrantes de outras localidades para acelerar e aumentar os patamares de produção através do rígido controle sobre o trabalhador, seja na forma de *pagamento por produção* e no barateamento dos custos da mão-de-obra com improvisação de alojamentos precários ou mesmo furtando-se totalmente das normativas regulamentadoras da frágil legislação trabalhista em vigor.

Como reflexo desta escalada destrutiva das condições laborais, os *trabalhadores canavieiros*⁴, com o protagonismo sobretudo dos migrantes, explodiram em revoltas, piquetes, greves e paralisações em plena safra no ano de 2008, protestando contra as imposições autoritárias do capital, para reivindicar reajustes nos salários, justiça na forma de pagamento, melhoria nas condições dos alojamentos, na cesta básica e melhoria em geral das condições de trabalho. Conforme verificamos *in loco*⁵ naquele ano e no levantamento de informações percorrendo os municípios, unidades canavieiras, sindicatos, frentes de trabalho, documentos e o próprio

³ Aqui nos referimos, principalmente, ao importantíssimo trabalho de pesquisa realizado pela professora Ana Maria Soares Oliveira (2009), que visitou inúmeros estados e regiões de expansão do agronegócio canavieiro, justamente buscando analisar as transformações estruturais do capital agrosucroenergético e seus desdobramentos para o trabalho no setor.

⁴ Utilizaremos a definição categorial proposta por Baccarin; Gebara; Silva (2013).

⁵ Grande parte do detalhamento dos trabalhos de campo na região realizados entre 2008 e 2011 está sistematizado em nossa monografia de bacharelado (OLIVEIRA, 2011).

noticiário jornalístico, vimos que este movimento revoltoso ocorreu em várias regiões do estado de São Paulo e também do território nacional como mostrou o resultado das pesquisas empíricas realizadas por diversos pesquisadores, como exemplo, Oliveira (2009) e Thomaz Junior (2009).

A partir do ano de 2009, passou a haver uma redução gradual da presença de migrantes nos períodos de safra na região do Pontal que, em nossa compreensão, refletiu os desdobramentos das novas determinações que estavam sendo postas ao setor, em especial, a elevação do corte mecanizado, dentre outros fatores consorciados. Conforme pudemos verificar empiricamente (Oliveira, 2011), esta redução do contingente de trabalhadores, decorreu-se de várias motivações que resumimos aqui grosseiramente em quatro elementos:

Primeiro: Intensificação do corte mecanizado da cana. Conforme vimos, este processo de modernização/concentração do capital gerou contradições com as unidades menos tecnificadas, criando dificuldades para estas permanecerem ativas no mercado. Por outro lado, a mecanização veio atender à necessidade de aumento da produtividade e com isso acelerou a drástica redução na força de trabalho, principalmente empregadas no corte manual. Isto se tornou uma tendência geral no setor canavieiro e foi impulsionado com a proibição gradativa da queima da palha da cana no estado de São Paulo (2014 para áreas mecanizáveis e 2017 para o restante).

Segundo: Falência e/ou paralisação das operações de usinas/destilarias na região. A maior centralização e oligopolização do capital no setor, impactou na viabilidade das Unidades pertencentes a grupos locais de menor poderio econômico, tragados pelos endividamentos, dificuldades no acesso a novos financiamentos e perda da capacidade de investimento. Como resultado quatro unidades agroindustriais encerraram suas operações desde 2008: Destilaria Santa Fany no município de Regente Feijó; Destilaria Decasa em Marabá Paulista; Destilaria Alvorada D'Oeste em Santo Anastácio e Destilaria Alcídia em Teodoro Sampaio. O enredo destas falências, se dá concomitante ao período de maior atuação de instituições de fiscalização no cumprimento de Normas Regulamentadoras (NR's) por parte das agroindústrias, buscando estabelecer formas "menos nocivas" na exploração do capital sobre o trabalho. Destaca-se aqui a atuação da procuradoria do Ministério Público do Trabalho (MPT) situado em Presidente Prudente, vinculado à

Procuradoria Regional do Trabalho (PRT) da 15ª Região, sediada em Campinas⁶, sobretudo, no que se refere à fiscalização das formas de contratação, condições laborais, de transporte e precariedade dos alojamentos de trabalhadores. Em todo caso, é de conhecimento comum que a própria concorrência capitalista se encarrega de eliminar as empresas “menos competitivas”, que não oferecem uma rentabilidade financeira satisfatória e mais ou menos estável aos partícipes do capital.

Terceiro: “Explosão” do número de greves, piquetes e paralisações do trabalho lideradas pelos migrantes. Estas ações atingiram um pico em 2008, como há muito anos não se noticiava. Foram ações prolongadas, que mobilizaram grande número de trabalhadores, interromperam a produção e impõem prejuízos a inúmeras agroindústrias com atrasos ou mesmo “quebra” de contratos. Como tática para lidar com esta realidade, várias unidades canavieiras passaram a reduzir a contratação de migrantes e a implementar as chamadas “Listas Sujas” objetivando não contratar trabalhadores com histórico de participação em greves, piquetes, principalmente se forem lideranças que organizem este tipo de movimento no interior das agroindústrias.

Quarto: Mudança da rota migratória. Tendo conjugado os elementos anteriores, na avaliação dos trabalhadores migrantes, *“é hora de partir pra outra”*⁷. No ambiente de trabalho durante as safras os trabalhadores estão sempre conspirando sobre o quanto recebem, as empresas que “pagam melhor”, “as ruins”, as condições de trabalho e assim por diante. Por isso estão sempre vislumbrando melhores oportunidades em empresas ou regiões que possam ganhar um pouco mais com o trabalho no corte. Na pesquisa de campo ouvimos por diversas vezes os seguintes comentários: *“aqui já deu”*, e sobretudo a partir de 2008, *“não tamo ganhando mais o que ganhava antes [sic]”* (informação verbal)⁸. Geralmente estes comentários eram seguidos por outros de que, na próxima safra já não voltariam mais para trabalhar nesta região.

Estes fatores em seu conjunto, em sua interação dialética, produziram, em nosso juízo, novas configurações geográficas e socioeconômicas em âmbito regional,

⁶ Os representantes das agroindústrias alegavam inescrupulosamente que se tivessem que cumprir à risca as normas exigidas aumentar-se-ia muito os custos da produção, ocasionando perda de competitividade ou mesmo “prejuízos” ao empreendimento.

⁷ Fala comum entre os trabalhadores migrantes quando decidem ir trabalhar em outra empresa ou outra região com promessa de salário melhor.

⁸ Informação ouvida de vários trabalhadores ao longo das entrevistas realizadas na região.

com visível aumento da corrida por terras, busca incessante por arregimentação de trabalhadores e, em seguida, forte queda nos postos de emprego já refletindo a instauração da crise. O que presenciamos atualmente é a quase que completa mecanização da colheita, mudanças na rota migratória dos trabalhadores que em sua maioria foram desligados do setor e partiram para novas oportunidades de emprego e/ou retornaram para suas comunidades de origem; a queda no preço dos arrendamentos e arrefecimento na alucinada corrida por terras como visto anos atrás.

Por estes motivos, nossa pesquisa se desenrola num contexto das mudanças recentes operadas na produção de cana-de-açúcar, como matéria prima para fabricação do etanol e açúcar, no âmbito do *agrohidronegócio* canavieiro para atender aos ditames do mercado internacional em crise. Exemplos mais evidentes destas redefinições são as próprias denominações empregadas pelo setor que passou a intitular-se *sucroenergético*, procurando abarcar (evidentemente mais no discurso do que na prática) a produção de energia termoeletrica a partir do bagaço da cana⁹. E medidas como o emprego de termos ideologicamente construídos no afã de dar “cara nova” ao setor, como uso do termo *etanol* em substituição a *álcool* e outros como bioenergia, biocombustíveis, energia renovável e assim por diante.

A realização deste trabalho no Pontal do Paranapanema, nos permitiu apreender e sistematizar três elementos centrais na compreensão do tema, sendo: a) O redimensionamento da dinâmica de classe a partir da hegemonia do agronegócio canavieiro na região; b) a materialidade da crise desdobrando-se no fortalecimento do modelo agroindustrial canavieiro financeirizado com recursos públicos (como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES) e privados (capital estrangeiro); e c) as particularidades do mundo do trabalho a partir da acumulação capitalista determinando a mobilidade estrutural do trabalho como condição de existência para a maioria da classe trabalhadora, especialmente negra.

No sentido de percorrer por estes caminhos, esta pesquisa procurou abordar a partir do setor canavieiro, aspectos do movimento desta realidade movente e movida pelo sistema do capital, ou seja, que tem na exploração do trabalho não-pago seu fundamento genético. Mais precisamente, o objetivo central deste estudo foi

⁹ A Odebrecht Agroindustrial anunciou, já na inauguração da unidade de Mirante do Paranapanema, que também atuaria na produção de energia elétrica a partir do processamento da massa de bagaço acumulada pela moagem, oferecendo energia “limpa” e “renovável” para o sistema elétrico brasileiro.

analisar a reconfiguração do capital canavieiro no Pontal do Paranapanema, estado de São Paulo, a partir do aporte de investimentos público-estatais e/ou privados e estrangeiros dentro do contexto da crise internacional, além de evidenciar como este processo hegemônico pelo capital financeiro, necessariamente impõe um elevado grau de exploração e de mobilidade do trabalho para atender as exigências de autovalorização do próprio capital.

Para tanto, estabelecemos como parâmetros a consideração sobre o movimento de reestruturação produtiva do capital e do trabalho, bem como seus efeitos atuais no denominado agrohidronegócio canavieiro, que se expressa, sobretudo, a partir da mecanização do corte, do plantio e do consequente refluxo do trabalho manual com vistas ao aumento da produtividade e as vantagens comparativas impostas pelo aumento da eficiência da máquina visando maiores lucros.

Mesmo apresentando ótimas condições de relevo para a completa mecanização da produção, a inserção de máquinas, principalmente na colheita, foi se dando de forma gradual, mas sem prescindir totalmente do trabalho manual nas frentes de corte. Em consequência direta, a imposição do ritmo de trabalho ditado pela máquina provoca efeitos lesivos sobre o trabalho manual. Com vistas a atingir maior lucratividade e valorizar os capitais, há um reordenamento do processo de mobilização, seleção e exploração do trabalho assalariado no setor canavieiro.

Com base na pesquisa de campo e nos dados arrolados, é possível verificar com clareza o aprofundamento da mecanização da produção canavieira na direção inversa da manutenção do estoque de empregos no setor. O marco da disparidade entre estas variáveis se dá a partir da assinatura do Protocolo Agroambiental por parte da União da Indústria de Cana-de-açúcar (UNICA) e das associações de plantadores e fornecedores de cana-de-açúcar com o Governo do Estado de São Paulo por meio da Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMA) e da Secretaria da Agricultura e Abastecimento de São Paulo (SAASP). Antecipando a proibição da queima da palha nos canaviais paulistas de 2021 para 2014 nas áreas com declividade até 12% e de 2031 para 2017 nas áreas com declividade superior a 12%. Ainda que tenha sido voluntária a adesão ao Protocolo, o setor através da sua entidade de representação classista, a UNICA, passou a ser fortemente pressionada para reduzir as emissões de gases oriundos da queima da cana e cumprir a legislação

ambiental, condições para que as empresas conseguissem a “Certificação Agroambiental” e dessem novo impulso à comercialização do álcool, ideologicamente chamado neste momento de “Etanol Verde”.

Para a consecução dos objetivos da pesquisa tivemos como referência a área de estudo com foco principal em três empresas da região, sendo elas: Umoe Bioenergy (empresa 100% controlada por capital norueguês), Usina Conquista do Pontal/Odebrecht Agroindustrial (composição mista de capitais nacional e estrangeiros), Usina Cocal (controlada pelo grupo regional Garms da cidade de Paraguaçu Paulista – SP). Estas empresas estão sediadas respectivamente nos municípios de Sandovalina, Mirante do Paranapanema e Narandiba, mas contam com trabalhadores arrematados em uma vasta área de abrangência que contabiliza grande parte dos municípios da região e se estende às franjas do norte do Paraná, Minas Gerais e estados do Nordeste brasileiro, dos quais, historicamente sempre partiram grandes contingentes de trabalhadores para os períodos de safra da cana em São Paulo. A definição destas empresas justificou-se, especialmente, pelo elevado grau de trabalhadores migrantes envolvidos, por usufruírem das terras griladas (públicas e devolutas) para a produção e abastecimento de matéria prima e por acessarem investimentos externos público-privados sobre seu capital. Apesar do enfoque maior dado a estas agroindústrias, sempre que necessário citamos e abordamos as demais empresas que atuam ou atuaram na região.

Metodologicamente utilizamos dados quantitativos e informações primárias sobre as agroindústrias e respectivos grupos econômicos, tanto os que coletamos diretamente na pesquisa de campo como aqueles disponibilizados institucionalmente por meio eletrônico e por entidades representativas das empresas ou governamentais como exemplo os dados sobre investimentos públicos e privados no setor agroindustrial canavieiro. Também aferimos e obtivemos informações qualitativas a partir da realização de trabalhos de campo e entrevistas junto a migrantes que estavam trabalhando e/ou que foram desempregados, bem como funcionários e representantes das empresas. Para esboçar o retrato da dinâmica do emprego-desemprego foram de suma importância os dados disponibilizados pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) sobre a movimentação e rotatividade no mercado de trabalho formal, somado ao levantamento de informações junto a órgãos de

fiscalização, como o Ministério Público do Trabalho (MPT) sobre os casos notificados de não cumprimento e violação da legislação trabalhista nas unidades canavieiras.

O objetivo de traçar este percurso metodológico foi visando possibilitar reunir e confrontar informações oficiais e institucionais (aquilo que as lentes do Estado não têm conseguido captar) com a dinâmica real e concreta das relações laborais dentro do setor, baseado na subcontratação e informalização de mão-de-obra; terceirização e quarteirização de serviços etc. Ou seja, almejamos com o trabalho em tela evidenciar e discorrer sobre a função do emprego de trabalhadores migrantes (e/ou seu refluxo no processo produtivo atual) na fase de reprodução ampliada do capital canavieiro diante dos reveses da crise econômica internacional, mais fortemente sentida em âmbito nacional a partir de 2011-2012.

O resultado deste percurso, recolocou desafios para o tema de pesquisa e a necessidade de continuar o caminhar, fazer a articulação de novos nexos e questões abertas. Ainda que nem sempre esteja explicitamente colocado nesse texto, um elemento central que o motivou é a imperiosa necessidade de pensar a mobilidade do trabalho no Brasil sob a perspectiva das determinações de raça e classe. O que indubitavelmente deve permitir ascender a graus mais elevados de compreensão sobre as formas assumidas pela acumulação de capital, o mundo do trabalho, as particularidades da formação social brasileira e com isso (não devemos olvidar), os desafios a serem superados para a revolução social em nosso país.

Partindo destes pressupostos, no Capítulo 1 analisamos a dinâmica histórico-geográfica da formação territorial do Pontal do Paranapanema e a criação das condições para a expansão da agroindústria canavieira, sua consolidação e dinâmica interna deste capital agroindustrial. Bem como o papel desempenhado pelo Estado brasileiro no fortalecimento, modernização e internacionalização do modelo do agrohidronegócio.

No Capítulo 2 discutimos a dinâmica da crise estrutural do capital e seus desdobramentos para o rearranjo produtivo de investimentos e formação monopólica no setor canavieiro no bojo da *commoditização*. Relacionamos o movimento de influxo de capitais no agronegócio canavieiro e seu reflexo direto no processo de concentração e reestruturação do processo produtivo vide a intensificação da colheita mecanizada, o desemprego e o aprofundamento da mobilização e degradação do trabalho.

No Capítulo 3 apresentamos a cartografia de trajetórias traçadas pelos trabalhadores migrantes que chegam no Pontal do Paranapanema e discutimos a complexidade desse processo de mobilidade territorial do trabalho determinado pelo ciclo de acumulação e valorização de capital no setor canavieiro como revelador da particularidade da formação socioespacial brasileira, marcado pela cisão e segregação de um conjunto de pessoas do mercado formal de trabalho, impondo-lhes à condição permanente da migração em busca de emprego, esteja este onde estiver e independente das condições para ser executado.

Finalizamos esse trabalho com algumas considerações sobre os impasses colocados sobre o futuro desses trabalhadores, tanto os que permaneceram na região como para os que regressaram a seus territórios de origem. Levantamos questões e apontamos possíveis caminhos, partindo de propostas extraídas do diálogo e acompanhamento da realidade dos migrantes nos últimos anos, que coloca no horizonte a realização de uma proposta de reforma agrária e políticas públicas para favorecer o desenvolvimento econômico e humano das comunidades afetadas e tão empobrecidas pelo permanente fluxo migratório ao longo de décadas.

No entanto, o desafio central colocado à esta realidade e que deveria tocar a toda humanidade, diz respeito à forma assumida pelo sistema do capital na contemporaneidade (da qual a crise de 2008 é sua expressão econômica), com um grau de destruição planetária sem precedentes na história, com esgotamento das possibilidades de deslocar geograficamente os problemas gerados pela crise, haja visto esta ser sistêmica, estrutural e intrínseca à forma de sociabilidade do capital.

Fica difícil imaginar nesse cenário, portanto, a resolução de problemas concretos da classe mais explorada, dentro de uma perspectiva da ação estatal ou menos ainda sob um Governo ou outro, empossados para administrar um momento específico da barbárie do capital. Objetivamente esta possibilidade parece estar cada vez mais distante caso não ocorra uma intervenção radical no curso do modo de produção dominante que rege a sociedade.

2 LUTA DE CLASSES E DINÂMICA TERRITORIAL DO PONTAL DO PARANAPANEMA - SP

Os conflitos fundiários decorrentes da forma de apropriação, posse e uso da terra, sempre foi a característica central para definir a região do Pontal do Paranapanema, extremo oeste do estado de São Paulo. Esta questão histórica tem origens na expansão colonizadora para o interior do estado (marcha para o oeste), mas o conflito ganhou novos contornos e maior repercussão política no início dos anos 1990 com a entrada do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na luta de classes na região.

A disputa territorial passou a ter grande expressividade e espaço nos noticiários regionais e nacionais pautada nos embates travados pelos trabalhadores do campo denominados “sem terra”, que na verdade eram camponeses, assalariados rurais, expropriados que se organizaram na luta por terra, trabalho digno e a realização da reforma agrária contra os interesses dos latifundiários e do agronegócio. A natureza desta disputa, radicada no controle da propriedade privada da terra (ainda que ilegal e ilegítima) perpassa a busca pelo exercício de poder do capital sobre o trabalho. Seu desdobramento passa por uma variante de nuances oriundas da imposição da hegemonia de classe do capital, via de regra, através da coerção e da violência, visando à conformação da estrutura espacial necessária ao seu processo reprodutivo e de acumulação.

Esse estado de conflito permanente da luta de classes, relação de conflitualidade¹⁰, é o eixo comum que articula e fundamenta a organização espacial da região do Pontal, bem como os condicionantes para a manutenção do poder político-econômico da *burguesia agrário-rentista*¹¹ subserviente aos imperativos reprodutivos do capital agroindustrial oligopolizado.

Considerando a interpretação do processo constituinte do sistema do capital enquanto modo de produção dominante na sociedade, como uma estrutura

¹⁰ A conflitualidade é um processo constante alimentado pelas contradições e desigualdades do capitalismo. O movimento da conflitualidade é paradoxal ao promover, concomitantemente, a territorialização – desterritorialização – reterritorialização de diferentes relações sociais (FERNANDES, 2008, p. 174).

¹¹ Por burguesia entendemos a “classe social composta dos proprietários do capital que vivem dos rendimentos por ele gerados. Pertencem à burguesia os industriais, os comerciantes, os banqueiros, os empresários agrícolas e os donos de empresas de serviços” (SANDRONI, 1999, p. 68).

econômico-social que subordina outras formações sociais previamente existentes, deve-se salientar que:

[...] as novas forças produtivas e relações de produção não se desenvolvem do nada, [...]; mas o fazem no interior do desenvolvimento da produção existente e das relações de produção tradicionais herdadas, e em contradição com elas. (MARX, 2011, p. 217, grifo do autor).

Referindo-se especificamente ao processo de expansão das relações capitalistas de produção sobre novos territórios, a exemplo das colônias, o aspecto analítico diferencial ressaltado por Marx é o desenvolvimento do sistema burguês como uma totalidade; como um sistema orgânico que possui em si pressupostos determinativos capaz de sobrepor-se e subordinar a si todos os elementos da sociedade, seja assimilando, reorientando ou destruindo as formas sociais pré-existentes para atingir sua finalidade econômica. Ele exemplifica esta análise citando a conversão da velha propriedade fundiária na moderna propriedade fundiária capitalista, radicada na *renda da terra capitalizada*. E na determinação ineliminável do trabalho, enquanto *trabalho assalariado* para o capital, como condição de reprodução deste.

É assim que devém uma totalidade historicamente. O vir a ser tal totalidade constitui um momento de seu processo, de seu desenvolvimento. – Por outro lado, quando, no interior de uma sociedade, as relações de produção modernas, *i.e.*, o capital está desenvolvido em sua totalidade e essa sociedade se apodera de um novo território, como as colônias, p.ex., ela descobre, mais especificamente, seu representante, o capitalista, [descobre] que seu capital deixa de ser capital sem trabalho assalariado, e que um dos seus pressupostos não é só a propriedade fundiária em geral, mas a propriedade fundiária moderna; propriedade fundiária que, como renda da terra capitalizada, é cara, e, enquanto tal, exclui a utilização imediata da terra pelos indivíduos. (MARX, 2011, p. 217, grifos nossos).

O afloramento desta contradição descrita por Marx revela quão fundamental é o desenvolvimento da moderna propriedade fundiária como instituição econômica, ou seja, como condição *sine qua non*, para o funcionamento das relações de produção especificamente capitalistas na sociedade. A este modo, a renda da terra altamente capitalizada e concentrada em poucos proprietários, converte um grande contingente de indivíduos em “excluídos”, despossuídos da terra, que, pela condição única de possuidores de força de trabalho, dependem da sua venda, como seu recurso final para sobreviverem. E é justamente este recurso (o consumo da força de trabalho humana), que transfere a energia vital para fazer funcionar o empreendimento

capitalista, mediante um grau de exploração no qual o/a trabalhador/a produza muito mais do que aquilo que realmente recebe pelo trabalho.

Situado os pressupostos, propomos uma “leitura” geográfica do processo de territorialização das relações capitalistas de produção no Pontal a partir do espectro de contradições estruturais e lutas intensas que fundamentam a sua configuração espacial (específica) e seu papel dentro do circuito reprodutivo do capital.

A discussão aqui proposta se orienta, portanto, pela *particularização* do processo histórico constituinte do poder de classe das oligarquias regionais através do controle territorial - da terra e da força de trabalho - como fundamento espacial da questão agrária e da atual hegemonia do capital agroindustrial canavieiro no Pontal do Paranapanema.

Essa conformação territorial conflitiva, encimada na prevalência do latifúndio enquanto força material da dominação burguesa, se deslanchou na região num período marcado pela disputa imperialista e de ascensão de empresas monopólicas no plano internacional, instaurado ainda nas décadas finais do século XIX, e principalmente em todo o decorrer do século XX¹². Do final dos anos 1990 em diante vimos que a corporificação dos interesses monopólicos do capital vem sendo orquestrada por meio do pacto de poder entre Estado, latifundiários e setores da burguesia interna e estrangeira. Não que antes não fosse assim, mas nas últimas duas décadas e meia há claramente uma guinada por parte deste bloco em selar unidade de classe em torno de uma proposta para o campo brasileiro através do agronegócio, permitindo assim re-impulsionar um novo ciclo de reprodução ampliada do capital em âmbito nacional, recolocando em cena as condições degradantes e precarizadas das condições de vida, de exploração irrestrita da força de trabalho, revigoração das migrações e ao mesmo tempo o aprofundamento do desemprego, da destruição do

¹² É importante salientar, como sugere Ladislau Dowbor, que a internacionalização não é uma novidade que surge na fase imperialista do capitalismo na segunda metade do século XIX, mas um fenômeno intrínseco à sua forma de ser desde a gênese. “O que se modifica é a forma da internacionalização e, conseqüentemente, a função dos países hoje subdesenvolvidos no processo de acumulação do capitalismo” (DOWBOR, 1985, p. 69). Christian Palloix, citado pelo autor na mesma página, distingue três tipos de internacionalização do capital: a primeira até o século XIX, na qual predominou a internacionalização do capital-mercadoria (M’); a segunda se dá a partir do final do século XIX na qual toma peso fundamental o capital-financeiro (D), sobretudo através do financiamento de infraestruturas para melhorar as condições e intensificar a produção de matérias primas via de regra à exportação; por fim, a fase que ganha predominância no pós-guerra (1945) é a internacionalização do capital-produtivo. Na Europa correspondendo justamente ao período do chamado Estado de bem-estar social e no Brasil ao período de auge do *desenvolvimentismo*.

meio ambiente, da concentração fundiária e da expropriação dos camponeses, quilombolas, indígenas, pescadores e povos tradicionais com pouca ou já sem nenhuma terra.

Quando empregamos a palavra *latifúndio* queremos definir “o tipo de grande propriedade rural caracterizada pela existência de vasta área inculta ou cultivada com tecnologia primitiva e baixo investimento de capital” (SANDRONI, 1999, p. 331). Entretanto, esta definição, digamos, clássica, na atualidade - a partir dos ciclos de modernização experimentados na segunda metade do século XX e início do XXI - , pode ser revista no que se refere ao emprego de ‘tecnologia primitiva’ e ‘baixo investimento de capital’. Ao contrário, tem se confirmado nos estudos e levantamentos recentes, que “quanto maior a concentração de terra, maior a concentração de investimento, de maquinário, que vai se expandindo para diferentes setores” (VILLELA, 2016).

Sabemos que a formação do latifúndio no Brasil se inicia com a colonização do território a partir das Capitanias Hereditárias e a política de Sesmarias, ou seja, a doação de imensas extensões de terras da Coroa portuguesa por parte dos donatários para ricos beneficiários que, em contrapartida, eram obrigados a cultivá-las e pagar a sexta parte à Coroa sob risco de revogação do direito de explorar a terra se não o fizessem. Esse modelo de colonização do território brasileiro, desde sua implantação na década de 1530 vai perdurar formalmente até 1822, quando é assinado o acordo de “Independência”. Passado este período, quase 300 anos, ficou mais que fincado as bases para a estruturação do território nacional assentado no latifúndio e seus correlatos danos sociais, econômicos e ambientais.

Iniciada na segunda metade do século XIX com abertura das primeiras glebas, a colonização da região hoje conhecida como Pontal do Paranapanema foi permeado pelo constante e, via de regra, sangrento extermínio dos grupos indígenas, sobretudo os de matriz étnica guarani: caiuás, xavantes e caingangues, também chamados de Coroados. O processo de usurpação das terras ganhou maior interesse comercial e especulativo no bojo da expansão da cafeicultura e da “marcha pioneira

moderna” para o oeste paulista aprofundando assim a ofensiva de aniquilação e expulsão dos povos nativos para o exercício do controle territorial¹³.

Conforme analisaram Dióres Abreu (1972), Pierre Monbeig (1984), e José Ferrari Leite (1998) o recurso à *grilagem* de terras sempre foi prática recorrente dos usurpadores para posterior tentativa de legitimação da posse de extensas áreas na região. Com a valorização advinda do café somada à expansão da rede ferroviária para extração madeireira e fundação das primeiras vilas e cidades, o comércio ilegal de compra e venda de terras devolutas tornou-se ainda mais recorrente.

O *modus operandi* que resultou nesta verdadeira pilhagem territorial, exemplifica como se deu a expansão dos interesses econômico-patrimoniais das oligarquias na apropriação das terras públicas no estado de São Paulo e no interior do país. Foi a partir da “Lei de Terras” de 1850, que se estabeleceu juridicamente a terra enquanto mercadoria; vendável e comprável igual a qualquer outro bem mercantil. Esta alteração jurídica foi fundamental para dar impulso às investidas da burguesia agrária em se apropriar de extensas áreas, formando um sem número de latifundiários e demarcando o poder oligárquico na estrutura agrária brasileira. Servindo como estrutura de poder político e de exploração do trabalho, o latifúndio também passou a atender para os fins especulativos como formação de uma reserva de valor para futuros empreendimentos ou simplesmente para não fazer nada, como evidência material da ‘extensão do poder’ de uma determinada família¹⁴.

Através destes expedientes o controle territorial na região do Pontal foi se consolidando com a derrubada da floresta nativa visando à formação de fazendas e arregimentação de famílias imigrantes que chegavam através da Estrada de Ferro Sorocabana (EFS) em busca de emprego, direcionadas em grande parte à instalação de colônias agrícolas para dar “legitimidade” à posse e uso da terra. A renda e apropriação do lucro capitaneado por companhias, empresas agrícolas e fazendeiros sustentava-se no empobrecimento e extenuação desta força de trabalho empregada nas frentes de trabalho mal remunerada em lavouras comerciais, nas “parcerias agrícolas” ou em atividades como extração de madeira e desmatamento para a

¹³ Nas palavras de Monbeig “a marcha pioneira moderna acabou a obra de destruição dos índios, encetada na época colonial” (1984, p. 132).

¹⁴ Prática comum na Roma antiga, na qual a aristocracia e oficiais do Exército que não exploravam plenamente as terras que lhes eram concedidas, simplesmente “mantinham-nas como sinal de nobreza” (SANDRONI, 1999, p. 331).

formação de novas áreas de cultivo. Estas formas de trabalho, constituintes da organização territorial do latifúndio, combinava formas violentas de exploração e expropriação das famílias camponesas, estabelecendo, por sua vez, a forma de reprodução social precária dos trabalhadores. Era-lhes imposto sobreviver somente com o mínimo necessário à reposição das energias desgastadas na labuta e sem questionamentos do *modus operandi* padrão. Quem ousa-se sofreria as consequências.

Como bem demonstra os estudos histórico-geográficos anteriormente citados, a formação espacial do Pontal do Paranapanema, com a caracterização geo-histórica que hoje conhecemos, foi largamente desenvolvida num curto período de tempo (menos de 150 anos), isso, quando comparado a outras regiões do estado de São Paulo que acumulam séculos de existência. A colonização deste vasto estoque de terras localizado no oeste do planalto ocidental paulista foi a última empreitada a ser realizada pelo ímpeto bandeirante no estado, oportunizada pela promulgação da autoritária e excludente Lei de Terras.

Geograficamente os sentidos da colonização no Brasil se deram das áreas costeiras para o interior (de leste para oeste), estruturado em um sistema econômico extrator de riquezas e bens naturais remetidos exclusivamente à metrópole portuguesa. A interiorização desta economia colonial e escravista, serviu, no primeiro momento, aos objetivos de extrair riquezas e viabilizar as condições logísticas para o escoamento dos produtos, conforme a finalidade mercantilista daquele período. No entanto, foi na consolidação de um amplo sistema de produção de monocultivos, implementado sobre a forma *plantation*¹⁵, que a economia escravocrata e colonial vai realmente se estruturar e enraizar os alicerces da formação econômico-social brasileira.

A forma *plantation*, criada durante o Brasil-colônia para potencializar a produção de mercadorias como o açúcar, café, fumo, etc., era organizada a partir de três elementos centrais: grandes áreas agrícolas/latifúndios, monoculturas e intensa exploração do trabalho. Este modelo, agressivo com os/as trabalhadores/as e com a natureza, vai deixar um triste legado de degradação humana e ambiental ao mesmo

¹⁵ Grande exploração agrícola monocultora, que engloba atividades de cultivo e beneficiamento às explorações escravistas coloniais no continente americano (sobretudo Brasil, Antilhas e Estados Unidos), cuja produção se destinava basicamente à exportação de gêneros tropicais (algodão, fumo, café, açúcar etc.). (SANDRONI, 1999, p.474).

tempo em que delineia o sentido, o ritmo e a forma de relação capital-trabalho no solo brasileiro.

É inequívoco dizer que a conformação territorial do espaço agrário nacional (da colônia aos dias atuais), possibilitou consolidar de tal modo o poder de classe da oligarquia rural, da burguesia brasileira, que ao longo de mais de cinco séculos se mantém de modo inalterado a estrutura agrária. Realização tornada possível durante todo o período, por meio da aplicação direta da violência, seja de forma privada ou estatal, constituindo assim, o elo predominante para sustentação do regime político de exploração estabelecido.

A presença tão marcante da plantation colonial sulcou de tal forma o território deste país, que a contemporaneidade do mundo do trabalho mostra que, na essência, esta forma não foi encerrada no final do século XIX. Algo que estruturou nossa formação espacial, econômica e social enquanto sociedade, enquanto povo, não se encerra com o fim de um regime escravocrata e sua substituição por outro igualmente explorador. Do mesmo modo o racismo, o patriarcado e outras formas de opressão e discriminação arraigado à ossatura daquela e desta sociedade também não se dilui deste modo. Significa dizer que os fundamentos que corporificam esta sociedade enquanto tal não se altera por decreto ou por uma pretensa mudança jurídica no ordenamento político que transitou do regime de escravidão para o sistema de assalariamento.

Fechada a digressão e retomando a questão do Pontal, está claro que a colonização da região já se insere dentro do regime capitalista juridicamente estabelecido sobre o 'trabalho livre'. Não de outra forma, para realizar os interesses econômicos da elite dominante foi investido recursos e cometido uma série de crimes desde falsificações de documentos, compra de apoio político até ameaças e coerções contra quem se interpusesse em contrário. A ganância visava levar a cabo a extração, o saque das riquezas pré-existentes (como a madeireira) e incorporar as terras da região ao circuito econômico dominante.

Ferrari Leite (1998) remonta o processo de grilagem das terras desde a sua gênese citando diversos fazendeiros, atores, companhias e empresas que se embrenharam nessa missão 'modernizante' como a Companhia Marcondes de Colonização, Indústria e Comércio, Companhia Imobiliária e Agrícola Sulamericana e a grande empreiteira Camargo Correa, encarregada de dar prosseguimento à

construção do ramal ferroviário que atravessaria o rio Paraná e ligaria o estado de São Paulo com o mato Grosso do Sul. Todas estas empresas adquiriram extensas glebas de forma ilícita e passaram a lucrar com sua venda sob a omissão (ou aval) do Estado. O então distrito de Rosana, emancipado como município nos anos 1990, foi nomeado, por exemplo, em homenagem à filha do colonizador e dono de terras nos arredores, o empreiteiro Sebastião Camargo, fundador da construtora Camargo Correa.

Com o fim de ilustrar estes expedientes, Leite (1998) discute em detalhes a pressão e estratégias usadas por fazendeiros e afins para aumentar suas posses sobre áreas reservadas no Pontal do Paranapanema em meados do século XX. E no mesmo sentido Dióres Abreu (1972) argumenta sobre a articulação dos grupos de interesses regionais junto ao Estado para assegurar o monopólio das terras em favor dos fazendeiros contra trabalhadores imigrantes, garantindo assim oferta de mão-de-obra sempre disponível a ser explorada nas lavouras. Nas palavras do próprio autor “não era pequeno também o interesse dos fazendeiros em impedir o acesso fácil dos imigrantes à terra, de maneira que não fossem desviados da finalidade precípua por que se estimulava sua vinda: servirem de mão-de-obra para as fazendas de café” (ABREU, 1972, p. 25).

À medida que este processo de intrusão foi se espacializando, sobretudo a partir do momento em que o Estado brasileiro assumiu a tarefa de impulsionar o desenvolvimento industrial-capitalista do país a partir de 1930, novas áreas seriam incorporadas ao circuito produtivo demarcando assim o poderio econômico atomizado das oligarquias regionais, especialmente sobre áreas ainda não colonizadas na qual se inseria o extremo oeste paulista nas décadas iniciais do século XX. A efervescência política que desemboca na posse de Getúlio Vargas, traz consigo mudanças econômicas e sociopolíticas para o estado de São Paulo, apontando a recuperação dos negócios pós-crise de 29, por isso “cresce o valor dos terrenos e sua especulação. Jornais de São Paulo publicavam anúncios de vendas de terras férteis no oeste do estado”, em decorrência disso tanto aumentaram as vendas como “multiplicaram a invasão de intrusos em glebas desocupadas” (LEITE, 1998, p.53).

Ruy Moreira (1985) denomina esse momento como sendo de constituição do *espaço da ordem liberal* enraizada na estrutura espacial agroexportadora autonomizada pelo Estado republicano-oligárquico liberal. Em sua análise, “este

espaço molecular oligárquico-republicano traz em seu bojo a força que contém em germe a industrialização: o trabalho assalariado”, ou seja, “a indústria surge para atender às necessidades da reprodução dessa massa assalariada ocupada na agroexportação, [...]” (MOREIRA, 1985, p. 56).

O dinamismo e variedade dos métodos utilizados para construção do Pontal como o ‘espaço do capital’ não tem nada de idílico e não fica atrás, em termos de violência, daqueles descritos por Marx quando analisa o processo de acumulação primitiva ou originária do capital, no primeiro livro de sua obra magna.

A argumentação apresentada nesta seção do capítulo orienta o entendimento daquilo que está na origem e ao mesmo tempo é a essência da divisão social e territorial do trabalho imposta pelo modo de produção capitalista: a dissociação entre os produtores e os meios de produção: “A expropriação e a expulsão de uma parte da população rural libera trabalhadores, seus meios de subsistência e seus meios de trabalho, [...]” (MARX, 2011, p. 860).

O estudo sobre o processo de acumulação primitiva do capital ocorrido na Europa, conforme relata Marx (1996 e 2011) no famoso capítulo 24 d’O Capital, é fundamental, pois, explicita o DNA do modo de produção capitalista que tem na expropriação sua condição precípua. As colônias e os territórios dominados por aquelas potências econômicas, foram forjadas à ferro, fogo e sangue, resultando em formações econômico-sociais híbridas, como a brasileira. A análise marxiana destrincha os expedientes perniciosos de acumulação primitiva, assentados na mais brutal violência e, ratifica, que todos estes métodos “utilizam o poder do Estado, a força concentrada e organizada da sociedade”, pois, “a força é o parteiro de toda sociedade velha que traz uma nova em suas entranhas. Ela mesma é uma potência econômica” (MARX, 2011, 864). Seguindo na mesma trilha de análise, confirma Harvey:

Toda formação social, ou território, que é inserida ou se insere na lógica do desenvolvimento capitalista tem de passar por amplas mudanças legais, institucionais e estruturais do tipo descrito por Marx sob a rubrica da acumulação primitiva. (HARVEY, 2005, p. 127).

Conformada nesses moldes, como parte de um processo internacional de acumulação de capital e atravessada por antagonismos sociais, os fundamentos espaciais da formação brasileira combinam complexos históricos do passado e do

presente delimitador da vida social como o colonialismo, escravismo, patriarcalismo, autoritarismo e assim por diante. A transição para a sociedade “livre capitalista” não superou estes entraves estruturais que, por sua natureza, são hostis e bloqueiam a realização de qualquer projeto que busque aprofundar a democracia para além dos interesses econômicos dos grupos de poder hegemônicos.

A concentração privada dos meios de produção da vida e da riqueza, a expropriação sistemática dos trabalhadores, especialmente camponeses, trabalhadores rurais, indígenas, quilombolas, converte-os em vendedores de força de trabalho, em proletários, “livres das amarras” e vínculos territoriais como a posse da terra por exemplo (que obstaculizam a mobilidade espacial dos indivíduos), como deve ser a condição de toda e qualquer mercadoria. Impõe-se este cenário com o uso da violência física para expulsar os trabalhadores das terras e concentrando os meios de produção para, posteriormente, os explorá-los como assalariados, pois:

O processo que cria o sistema capitalista consiste apenas no processo que retira ao trabalhador a propriedade de seus meios de trabalho, um processo que transforma em capital os meios sociais de subsistência e os de produção e converte em assalariados os produtores diretos. (MARX, 2011, p. 828).

É justo reconhecer que este processo de expropriação não é algo linear ou absoluto, sua vigência tem como fundamento a tendência imperativa à proletarianização dos trabalhadores, esteja ele com terra - no caso dos camponeses pobres (como argumentava Lênin) - ou não (IAMAMOTO, 2001).

Estes fundamentos, nos possibilita analisar a incorporação do Pontal do Paranapanema ao circuito produtor de mercadorias enquanto singularidade da dinâmica espacial brasileira, que se substancia pelo uso da violência, despojamento de populações nativas, expropriação de trabalhadores e assim por diante. São expedientes característicos da formação histórico-geográfica e, como já dissemos, demarcam o poder da burguesia e suas expressões oligárquicas regionais em atender aos imperativos do capital, para salvaguardar seus interesses e privilégios a qualquer custo.

Com iniciativas sanguinárias contra trabalhadores (perseguições e assassinatos), suborno de autoridades e instituições públicas, falsificação de

documentos e todo tipo de atrocidade contra os povos indígenas originários¹⁶, trabalhadores rurais e ribeirinhos.

O surgimento do modo de produção especificamente capitalista, da produção fundada no capital, provoca uma mudança fundamental no decurso da história humana. Essa alteração se expressa na determinação de novas relações sociais de produção (exploração do trabalho assalariado e apropriação privada da riqueza) no cerne da atividade humana e na relação desta com a natureza através de novos incrementos da técnica, ritmo e disciplina sobre o metabolismo social do trabalho.

Este processo de desenvolvimento capitalista de um modo geral traz consigo “transformações físicas espetaculares em seu escopo e radicais em suas implicações” (HARVEY, 2013) com o avanço das forças produtivas, a modificação dos modos de vida, na forma de disciplinamento e subordinação do trabalho e na organização espacial da atividade produtiva nos países e regiões. A concertação e ordenamentos espaço-temporais não se dá de forma homogênea nas distintas realidades e economias nacionais, em muitos casos o capital precisa “se ajustar” para garantir o ciclo acumulativo, combinando valorização num determinado local e desvalorização em outro. O geógrafo norte americano define essa territorialização não-homogênea do capital como uma característica própria do desenvolvimento geográfico desigual do capitalismo.

O ajuste ou ordenação espaço-temporal de que fala David Harvey, é uma tentativa do capital de superar sua própria crise de sobreacumulação num dado sistema territorial, que se expressa pelo excedente de trabalho (portanto desemprego em alta) e excedentes de capital (produtos em excesso no mercado, capacidade produtiva ociosa e/ou excedente de dinheiro sem oportunidade de novos investimentos produtivos e lucrativos). (HARVEY, 2005, p. 93).

Esses excedentes podem ser potencialmente absorvidos pelos seguintes fatores: (a) o deslocamento temporal mediante investimentos em projetos de capital de longo prazo ou gastos sociais (como a educação e a pesquisa) que adiam a futura reentrada em circulação de valores de capital; (b) deslocamento espaciais por meio da abertura de novos mercados, novas capacidades produtivas e novas possibilidades de recursos, sociais e de

¹⁶ Com a destruição das aldeias e extermínio quase que completo das comunidades indígenas anteriormente existentes no Pontal do Paranapanema, foi destinada uma pequena porção de terra no município de Tupã, aglutinando etnias distintas de povos remanescentes num mesmo espaço físico, denominado simbolicamente de Aldeia Vanuire.

trabalho, em outros lugares; ou (c) alguma combinação de (a) e (b). (HARVEY, 2005, p. 93-94).

Após desenvolver sua argumentação sobre estes três setores, o autor faz uma consideração importante de que “tudo isso depende do papel mediador crucial das instituições do Estado e/ou financeiras em revezar o direcionamento dos fluxos de capital entre os três circuitos do capital” (p. 97). O Estado exerce o poder político de forma territorializada (circunscrita ao território), ao contrário do capital que têm uma ação contínua, ‘sem fronteiras’ nacionais ou regionais, por isso exerce (o Estado) um papel fundamental na reprodução capital. É a “entidade política, o corpo político, mais capaz de orquestrar arranjos institucionais e manipular as forças moleculares de acumulação do capital” (HARVEY, 2005, p.111), para preservar o padrão de assimetrias e disparidades nas trocas preservando os interesses capitalistas dominantes nesse âmbito. Evidentemente que essa ação política é orientada e retroalimentada pelos organismos multilaterais como OMC, que promove o comércio injusto para defender os interesses e vantagens dos países mais ricos sobre os mais pobres (idem).

Corroboramos a interpretação deste autor, portanto, na compreensão de que a acumulação originária não é um processo correspondente somente à fase imatura ou pré-histórica dos primórdios do capitalismo que foi ou será superado ao longo do desenvolvimento deste modo de produção. Em suas palavras, diz, “todas as características da acumulação primitiva que Marx menciona permanecem fortemente presentes na geografia histórica do capitalismo até os nossos dias” (HARVEY, 2005, p. 121), no entanto, busca distinguir criteriosamente esta forma primeira “que abre caminho à reprodução expandida”, da acumulação por espoliação, “que faz ruir e destrói um caminho já aberto” (HARVEY, 2005, p. 135). É esclarecedora a síntese feita por Carlos Brandão, interpretando o texto harveyniano acerca desta importantíssima distinção nas formas de acumulação:

A primeira teria desempenhado o papel de descortinar horizontes, fronteiras e arenas para acumulação, disponibilizando terreno renovado ao processo de auto-valorização permanente de capital, desbravando novos *loci* de rentabilidade. Já a segunda cumpriria a função de expropriação de espaços já existentes, predando-os (devastando e desvalorizando ativos, nichos de mercado, patrimônios etc.) para engendrar oportunidades lucrativas capazes de absorver excedentes de capitais não empregados. (BRANDÃO, 2010, p. 45).

A atuação do Estado no ordenamento capitalista do espaço brasileiro durante o século XX, vai se concretizar fundamentalmente em dois períodos. Inicialmente nas décadas 1930 a 1950, da política econômica de *substituição de importações* do período varguista até os *Planos de Metas* do Governo Juscelino Kubitschek, e posteriormente com os anos do mal designado *milagre econômico* no auge da ditadura militar, do final da década de 1960 ao início dos anos 70. Com exceção das propostas não realizadas que marcaram a incipiente passagem de João Goulart pelo Planalto, nenhum dos governos ousou tocar na estrutura fundiária no campo. Houve sim reforço do pacto classista entre latifúndio, bancos e empresários industriais para constituição dos Complexos Agroindustriais (CAI's) no bojo da estratégia nacional de desenvolvimento. O conteúdo e os desdobramentos deste pacto modernizante para a agricultura se exprimem na “fusão acelerada da agricultura aos capitais monopolistas multinacionais, seja na forma dos complexos agroindustriais, seja na forma das grandes propriedades de ‘fronteira’”; e, com maior expressividade na “concentração urbana/mobilidade territorial do trabalho gerada pela intensificação da desterritorialização do campesinato pela capitalização da agricultura” (MOREIRA, 1985, p. 54, grifo nosso). Todas as atrocidades e formas de violência praticadas contra os camponeses e demais povos do campo e das florestas não foram inauguradas durante este processo e muitos menos encerradas naquele período como se pode verificar comumente ainda hoje, na permanente e conflitiva reconfiguração do espaço agrário brasileiro¹⁷.

O conflituoso itinerário da consolidação do poder de classe do latifúndio no “desbravamento” do denominado *Sertão do Paranapanema* e a correspondente crítica sobre as formas de uso, ocupação e domínio da terra, estão detalhados nos estudos supracitados de geógrafos, historiadores e nos registros e acervos de prefeituras, paróquias e instituições de Estado como a Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP), Procuradoria Geral do Estado (PGE) etc. Contudo, há um conjunto de fatos, acontecimentos e elementos históricos que não estão narrados na literatura, que estão preservados na memória e vivência dos agricultores, assalariados rurais, posseiros, ribeirinhos, homens e mulheres que produziram a história. Felizmente a organização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)

¹⁷ Estudos importantes sobre a formação e contradições do espaço agrário brasileiro, seus conflitos e implicações, podem ser encontrados em Oliveira (2007), Moreira (1990 e 2014) e na vasta obra do sociólogo José de Souza Martins.

na região, fruto desta tensão social, sintetiza e expressa a um só tempo, o anseio e a memória coletiva dos trabalhadores convertida em práxis de luta.

Refazendo este percurso, a partir desta e outras análises de caráter historiográfico, é possível entender os aspectos singulares dessa formação territorial e, com isso, procurar desnudar e enriquecer a complexa trama de mediações que a particularizam em sua relação com a dinâmica mais geral do modo de produção, ou seja, compreendê-la enquanto totalidade em movimento. É sob este prisma que devemos compreender o processo histórico subjacente à constatação dos dados oficiais que classificam as regiões do Pontal e do Vale do Ribeira como sendo as mais pobres do estado de São Paulo no quesito socioeconômico. Neste âmbito, o desafio que se coloca à nossa frente é exatamente de evidenciar a dinâmica e contradições marcantes do processo social da exploração/subordinação do trabalho; da incessante luta de classes; das alternativas e resistências que produzem realidades e territórios sob a materialidade dos conflitos da relação *capital-trabalho*.

A burguesia regional, latifundiária e de cariz coronelista, após assistir o declínio das iniciativas econômicas como o algodão e a pecuária bovina (gado de corte), vem assegurando hodiernamente sua reprodução atrelada à esteira do crescimento do capital agroindustrial canavieiro, via contratos de arrendamentos e/ou fornecimento de cana-de-açúcar, que, tem possibilitado alinhar os interesses dos distintos seguimentos (THOMAZ JUNIOR, 2009).

Como evidencia Thomaz Junior (2011, p. 309) o acesso a investimentos públicos e privados, somados à disponibilidade de terras (planas, férteis e bem localizadas do ponto de vista logístico) e águas superficiais (de rios, reservatórios e lagos) ou subterrâneas (via aquíferos), atestam o sucesso da marcha expansionista dos negócios do capital, balizada pela divisão dos lucros entre os empresários, acionistas, bancos, credores e “detentores” de terras. É esta a equação de interesses que sintetiza a palavra *agrohidronegócio* ou, de forma mais abrangente, o termo *agrohidromineralnegócio* como expressão do desenvolvimento do capital no campo brasileiro.

representantes de classe do setor²⁰. Sob o ímpeto de cimentar o apoio da “opinião pública” local, esta estratégia discursiva busca a integração social e política dos interesses econômicos dos grupos dominantes dos seguimentos do agronegócio [e do Estado] na escala regional, afastando de cena a plêiade de contradições inerentes ao modelo (SOUZA, 2011). Encimada numa relação social alienada, fundamentada na propriedade privada, o enriquecimento dos capitalistas é sustentado pelo empobrecimento e extenuação dos trabalhadores empregados no setor canavieiro, que sobrevivem precariamente com o mínimo necessário à reposição das energias gastadas na produção.

A aliança capital e latifúndio estão amalgamados sob a tutela do Estado no escopo de interesses de classe de fazendeiros e empresários do agronegócio. De todo modo, ao capital pouco importa se esse ou aquele é o possuidor ou o proprietário jurídico da terra, o fundamental é que estejam afastadas as barreiras que obstaculizam o seu ciclo reprodutivo. Este aspecto inclui o fato não tão comum de observarmos situações nas quais o próprio empresário é o detentor de terras, ou, o inverso, o fazendeiro ser o próprio dono da empresa agroindustrial.

Por sua vez, a Ministra da Agricultura considera que as contradições inerentes ao latifúndio no Brasil é apenas um brado ideológico dos “movimentos da baderna contra a ordem”, pois “ele não existe mais”, como se tivesse sido pulverizado junto com os agrotóxicos despejados no solo; o latifúndio era [no passado segundo ela] a expressão do atraso, mas foi superado historicamente pela pungência da moderna agricultura²¹. O que este discurso revela é que o latifúndio, como representação social do poder no campo, em si mesmo é a expressão dos interesses de classe do capital e ao mesmo tempo materialização (imobilização) deste na forma de terras (mercadorias). Por todos estes motivos para ter assegurado seu poder, a burguesia brasileira historicamente nunca deixou de ser latifundiária, territorialista, patrimonialista e assim por diante.

²⁰ Para conferir as declarações de amor ao setor canavieiro na região, basta o acesso ao site da UNIPONTAL em: www.unipontal.com.br.

²¹ Recentemente a ministra Kátia Abreu declarou em um de seus pronunciamentos que “*não existe mais latifúndio no Brasil*”. É possível ler essas e outras declarações instigantes da ministra nos vários portais de notícias do agronegócio na internet e em sua própria página: <www.senadorakatiaabreu.com.br>, acesso em out. 2015.

Num cenário como este, de total hegemonia de um modelo falido (do agrohidronegócio), são inúmeros os desafios colocados ao avanço de qualquer projeto de desenvolvimento que esteja calcado na perspectiva dos trabalhadores. Tampouco têm avançado as iniciativas *reformadoras*, assegurados na Constituição Federal de 1988, que procuram fortalecer as ditas “pautas democráticas” e espaços de ‘construção cidadã’ como os Territórios da Cidadania e Colegiados de Desenvolvimento Territorial²², fomentados, em particular, pelo Banco Mundial. Teoricamente estas iniciativas procuram democratizar o acesso à terra, viabilizar políticas públicas para os trabalhadores do campo e da cidade e desconcentrar o poder político e econômico local.

O atendimento à reivindicação dos trabalhadores é em geral produto do embate de classes e, via de regra, o Estado-capitalista negocia com setores da classe dominante a melhor forma de atender tais demandas. Primeiro porque esta ação não pode contrariar os interesses reprodutivos do sistema metabólico; segundo porque há uma intenção clara do Estado-capitalista em frear e minar a ação dos movimentos sociais e políticos dos trabalhadores; terceiro, no caso da política de reforma agrária, ao atender à demanda para implantar assentamentos rurais, o Estado está assegurando um “estoque” de força de trabalho nessas áreas de ocupação recente, que pode ser utilizada no presente ou no futuro pelo capital como forma de viabilizar seus projetos econômicos.

As Ligas Camponesas tinham na reforma agrária sua pauta central e reivindicavam melhores condições para o campo. O Estado como reação antidemocrática e violenta, perseguiu e assassinou lideranças camponesas para minar o movimento, mas em contrapartida foi pressionado a dialogar com a pauta que originou a luta dos trabalhadores rurais e ganhou ampla adesão popular da classe trabalhadora. Não por que quisesse atendê-la, lembremo-nos que se tratou de um regime autocrático implantado por um golpe militar de Estado, mas a pressão popular mostrou que só a repressão física não seria suficiente para resolver o problema, por isso a alternância de táticas no afã de evitar ou reduzir situações nas quais os

²² Desde 2008 foi constituído na região o Colegiado de Desenvolvimento Territorial – CODETER, no âmbito do Programa Territórios da Cidadania do Governo Federal (CODETER, 2010), que reúne diversos agentes do poder público dos municípios, governo estadual, representantes do Governo Federal, militantes de movimentos sociais e entidades da sociedade civil atuantes na formulação de estratégias e propostas para o *desenvolvimento local*.

trabalhadores poderiam ser levados à revolta, insurgências ou simplesmente organizarem-se para lutar por direitos.

Quando há uma ação do Estado que beneficie diretamente a classe trabalhadora, geralmente decorre de dois motivos: ou é porque não há outra possibilidade frente à força da luta e reivindicação da categoria ou é porque faz parte da própria estratégia de desenvolver o capital. As duas formas podem, inclusive, estarem imbricadas na mesma finalidade. Estas duas motivações, possuem uma relação dialética, pois na sociedade do capital a democracia não é um atributo inato e dado, ela só é permitida existir se houver quem a defenda e lute para isso; caso contrário, é um empecilho a menos para os patrões. É preciso luta permanente, em determinados contextos da luta de classes o que aparenta ser um ganho para os trabalhadores, também pode revelar-se como seu contrário.

Nesse sentido foi a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural – ETR elaborado no bojo das *reformas de base* proposta pelo então presidente João Goulart, que estendeu ao campo um conjunto de direitos trabalhistas vigentes no meio urbano provocando uma forte mudança nas relações de trabalho agrícolas. Contudo, tendo transcorrido poucos meses de sua promulgação o golpe cívico-militar mudou o cenário político e sepultou o Estatuto do Trabalhador Rural e implantou o Estatuto da Terra (ET) com a promulgação da Lei nº 4.504 de dezembro de 1964, estruturando as “condições favoráveis ao empreendimento capitalista na agricultura” (DELGADO, 1985, p. 44, grifo do autor).

No estudo a esse respeito Ferrante (1979) nos mostra que:

o Estatuto do Trabalhador Rural foi a expressão ideológica para obter meios de mobilização política das massas rurais ao regime político, fez parte do ‘jogo’ exigido pela política de conciliação mantida no Estado Populista para atender às expectativas de mobilização das massas rurais. Se efetivamente aplicado o Estatuto promoveria algumas transformações econômico/sociais, importantes em nossa estrutura agrária. Entretanto, essa perspectiva permaneceu como uma potencialidade não realizada. (FERRANTE, 1979, p. 194 *apud* ANTONIO, 1990, p. 18).

Já Martins (1989) é taxativo ao afirmar que a alteração do Estatuto do Trabalhador Rural e a publicação do Estatuto da Terra (1964) elaborado pelos militares, tinham objetivos claros em afastar os trabalhadores do campo de grupos de esquerda como o PCB (Partido Comunista Brasileiro) ou as Ligas Camponesas e atrelar o trabalho (organizações sindicais) ao Estado autoritário, perseguindo

lideranças e reprimindo movimentos revoltosos. Ao ser apresentado ao Congresso, o texto do Estatuto parecia possibilitar e disciplinar a realização da reforma agrária no campo, no entanto:

O Estatuto da Terra seria, na verdade, um instrumento de modernização do campo e de estímulo à disseminação da empresa rural. Se condenava o latifúndio, condenava também o minifúndio, isto é, a agricultura familiar praticada por grande número de pequenos lavradores no país. (MARTINS, 1989, p. 48).

A publicação do novo Estatuto autoriza com instrumento legal a intervenção direta do governo militar sobre as propriedades para impor o favorecimento da empresa capitalista, em especial os grandes grupos econômicos, com ampla sonegação fiscal com fins de remover obstáculos para direcionamento de investimentos sobretudo na região amazônica.

Corroborando a linha argumentativa anterior, o estudo de Antonio (1990) concluiu que a instalação das primeiras glebas estatais destinadas ao assentamento de trabalhadores no Pontal, ao mesmo tempo em que foram conquistas que partiram de suas lutas, contraditoriamente reforçaram os interesses capitalistas com a possibilidade de legitimação e regularização das terras públicas devolutas.

A colonização estatal na Alta Sorocabana não teve somente o sentido de amenizar e institucionalizar os conflitos, mas também, e sobretudo, atender os interesses do capital; teve e tem, até o presente momento, o firme propósito de regularizar, legalizar e valorizar monetariamente as terras, - públicas, devolutas -, que eram, na maioria, reservas florestais e, apresentavam-se, e, ainda apresentam-se com problemas jurídicos e não podem ser comercializadas". (ANTONIO, 1990, p. 15).

O Estado viabilizou as condições objetivas para consolidação da lógica capitalista no território do Pontal a partir dos incentivos político-econômicos, garantias jurídicas (estratégia de regularização fundiária gradual) e implantação da infraestrutura necessária. Essa intervenção foi acentuadamente mais intensa na segunda metade do século com a construção de quatro Usinas Hidrelétricas (UHE) (Cativara, Taquaruçu, Rosana) no Rio Paranapanema, e Porto Primavera (Rio Paraná), instalação de destilarias de álcool, além de incentivos financeiros diretos a projetos agropecuários.

Concomitante à perpetuação dessa situação, ainda mais inflamada pelo aguçamento da luta de classes com o desemprego e a carestia alastrada pela crise

econômica dos anos 1980, confluíram para a aglutinação da classe trabalhadora no final do regime ditatorial, a reorganização dos sindicatos e o surgimento dos movimentos sociais organizados. Em especial o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que atinge ampla expressividade política junto aos trabalhadores a partir de julho de 1990, com suas primeiras ocupações de terras no Pontal do Paranapanema, demarcando uma posição política de enfrentamento ao poder latifundiário para implantação da proposta de reforma agrária sobre as terras públicas e devolutas da região.

Ao longo dos últimos 25 anos, a luta dos trabalhadores e trabalhadoras *sem terra* conquistou - até agora, no corrente ano de 2016 - 114 assentamentos rurais, que abarcam 6.282 famílias distribuídas sobre mais de 142.427 mil hectares de terra²³. Entretanto, há mais de seis anos não ocorrem novas desapropriações de terra na região, reflexo das opções feitas pelos governantes e hegemonia do projeto do agrohidronegócio como diretriz econômica e política de reprodução do capital que tem no Estado a materialização do domínio e a gestão territorial dos interesses de classe na escala regional, estadual e nacional.

Os dilemas atuais da luta pela terra e a paralisia da reforma agrária no Brasil possuem relação direta com o estágio do desenvolvimento do modo de produção capitalista em escala global e as novas formas de valorização e apropriação do sobretrabalho assumidas nos diferentes espaços mundiais para garantir a expansão incessante da acumulação capitalista. Dentro desse processo o Estado brasileiro sob pretexto de desenvolver as forças produtivas no campo sob o mando das oligarquias agrárias, desde meados do século XX têm cumprido papel central no financiamento, garantias político-institucionais e no ordenamento dos empreendimentos e projetos que integrem o latifúndio ao capital-industrial e financeiro.

A reconfiguração territorial e produtiva do espaço agrário brasileiro neste início do século XXI corresponde à dinâmica internacional de retomada econômica do capital monopolista em escala mundial, marcado pela forte demanda por commodities agrícolas e matérias primas como minério de ferro, principalmente pela economia chinesa. Este impulso imperialista ditado pelos principais países capitalistas reatualiza

²³ Conferir o Banco de Dados da Luta Pela Terra (DATA LUTA), Relatório Pontal do Paranapanema 2013. Disponível em: <www.fct.unesp.br/4/nera>, acesso em 13 de abril de 2015.

as contradições sistêmicas do modo de produção sobre um novo patamar no contexto da economia intensamente globalizada. Como ficou evidente nos desdobramentos da crise de 2008, que, aparentemente se concentrava apenas no sistema financeiro, a explosão da “bolha financeira” representou somente uma faceta do complexo articulado de contradições inerente à totalidade do capital.

A espacialidade da crise provocou prejuízos financeiros às empresas e arrefecimento dos rendimentos no mercado especulativo, o que refletiu diretamente na desvalorização dos capitais, queda dos investimentos no cenário internacional, queda no preço das *commodities* e na (in)consequente reação.

Concretamente, no caso brasileiro, esta dinâmica do capital em crise vem refletindo profundamente no setor canavieiro, definindo uma reorganização interna na produção com a centralização de capitais (a partir do fusionalamento de grupos econômicos e aquisições de unidades processadoras) e a concentração de capitais (sobretudo pela modernização das plantas produtivas, investimento em inovação, implementos, máquinas e mecanização da colheita, plantio e etc.).

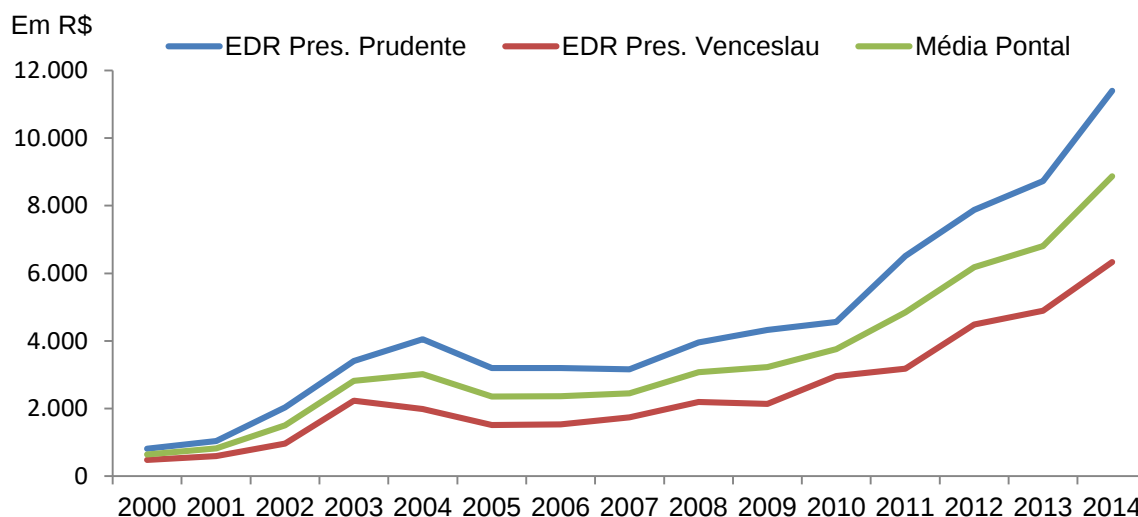
Este intenso processo de reordenamento do capital agroindustrial canavieiro, como muito bem demonstrado por Oliveira (2009), tornou possível uma articulação multi-escalar dos interesses econômicos (firmas, donos de terras, investidores, Estados, etc.) das mais diversas localidades e escalas geográficas que confluem para tal empreendimento nas regiões e lugares, redefinindo a rede de relações sociais e de produção, as funções e papéis hierarquicamente articulados no bojo da divisão territorial e técnica do trabalho.

No Pontal do Paranapanema para que fosse tornada possível esta processualidade do ordenamento territorial capitalista, ocorreu nos anos recentes, especificamente entre os anos de 2007 a 2010, um amplo investimento de capitais na região, direcionados para aquisição/arrendamento de terras, infraestrutura, reforma e construção de instalações agroindustriais, maquinários e equipamentos visando a reorganização espacial e produtiva da atividade sucroalcooleira e a demarcação do terreno para expansão e consolidação da nova fase de acumulação do capital agroindustrial canavieiro.

A entrada de grandes grupos econômicos na região, fortemente sustentados pelos investimentos públicos e privados (como veremos no capítulo

seguinte), refletiu diretamente sobre a variação do preço da terra, demarcando um ponto de inflexão na elevação a partir de 2009 e 2010 adiante, como demonstrado abaixo (Gráfico 1), pelo levantamento anual do Instituto de Economia Agrícola (IEA) da Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo (SAAESP).

Gráfico 1 - Preço da terra nua (cultura de primeira) no Pontal do Paranapanema-SP



Fonte: Elaboração própria, dados obtidos através do IEA/CATI – SAAESP (2015).

De acordo com a metodologia utilizada pelo IEA para aferir o preço da terra no estado de São Paulo, a terra de cultura de primeira é aquela “potencialmente apta para culturas anuais, perenes e outros usos, que suporta manejo intensivo de práticas culturais, preparo de solo, etc. É de produtividade média a alta, mecanizável ou ligeiramente declivosa e o solo é profundo e bem drenado” (IEA, 2016).

Esta nova ofensiva, baseada na produção de monocultivos para exportação se insere dentro da estratégia do capital financeiro internacional em expandir a produção de commodities e controlar as cadeias produtivas de soja, milho, celulose, carnes, açúcar e, mais recentemente, o álcool em escala mundial. É bastante conhecido que o sucesso deste empreendimento, como mostra Thomaz Junior (2009), depende do acesso a terras planas, férteis, com disponibilidade hídrica (por isso estrategicamente concentrado sobre o Aquífero Guarani e da Bacia do Rio Paraná), que são aptas ao processo de mecanização produtiva; é por esta motivação, somado ao elemento de proximidade com os grandes centros consumidores e de escoamento das mercadorias, que a expansão da soja, eucalipto e cana-de-açúcar vem ocorrendo

em toda região oeste do estado de São Paulo, parte do Mato Grosso do Sul, noroeste do Paraná, Triângulo Mineiro e sul-sudoeste de Goiás, dando consolidação territorial ao denominado Polígono do Agrohidronegócio, pois:

A dinâmica dos negócios agropecuários, particularmente vinculados à expansão e consolidação da cana-de-açúcar, das plantas agroprocessadoras, na medida de sua estreita vinculação à apropriação privada da terra e das fontes de água ou dos recursos hídricos, estimula-nos a operar/aperfeiçoar o conceito de agronegócio. Ou seja, o sucesso do agronegócio não pode ser atribuído somente à sua fixação à territorialização e/ou monopolização das terras, mas também ao acesso e controle da água. (THOMAZ JUNIOR, 2009, p. 160 e 304).

Por todo este jogo de interesses a marcha expansionista do capital redimensiona as migrações internas, a mobilidade do trabalho e avança sobre os territórios camponeses acirrando os conflitos em torno da posse da terra e acesso à água, destruindo a saúde e integridade dos trabalhadores e suas comunidades; e também a aparente “disputa” intra-burguesas entre latifundiários pecuaristas, empresas canavieiras e grandes grupos econômicos seja por terras ou por investimentos e apoios estatais a seus empreendimentos, o que em nada afeta a unidade irrestrita na defesa dos interesses classistas do capital.

2.1 Consolidação e dinâmica interna do capital agroindustrial canavieiro

A explosão na produção e comercialização de veículos automotores em escala mundial e, especialmente os veículos movidos a álcool²⁴ ou *flex fuel*, a forte transição ao modo de vida urbano em consonância com a homogeneização dos padrões de consumo em praticamente todo o mundo ocidental, são reflexos da dominação imperialista materializado nos conglomerados industriais e na rede de monopólios, *trustes* e transnacionais que passaram a controlar a economia global na viragem do século XX. Sob este cenário interessa-nos analisar a forma desigual e combinada de reprodução do capital nos territórios e as implicações imbricadas na conformação e re-produção desses territórios a partir dos desdobramentos espaciais da luta de classes. A reunião desses elementos determina a totalidade concreta de situações, conflitos e articulações que definem os limites e possibilidades colocadas

²⁴ O primeiro carro a álcool produzido no Brasil foi o Fiat-147, desenvolvido no ano de 1978.

à luta dos trabalhadores frente à hegemonia capitalista e o poder de classe da burguesia.

Quando do lançamento do Programa Nacional do Álcool (Proálcool) em 1975, o argumento era de que as vantagens do álcool-combustível brasileiro, como fonte renovável, contrapondo-se ao padrão petróleo-dependente num período de crise de oferta e alta dos preços internacionais do barril do combustível fóssil, simultaneamente à queda acentuada das cotações do açúcar. O que se pretendia a montante com a instauração do programa era o fortalecimento da relação secular de privilégios e favores especiais como meio de selar a mediação estatal na atividade sucroalcooleira (THOMAZ JUNIOR, 2002, p. 76). A territorialidade das ações estatais no setor (no bojo da ditadura empresarial-militar), iniciadas com o financiamento sistemático – com a política de crédito subsidiado à agricultura - a partir do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) em 1965, resulta na consolidação do Complexo Agroindustrial Canavieiro (CAIC) como expressão desdobrada da modernização agrícola, alinhavando as ligações intercapitais, técnica e financeiramente no campo brasileiro como discute de forma crítica o geógrafo Antonio Thomaz Junior (2002, p. 86).

A todo o momento é possível ler nos jornais, revistas e documentos do setor, propaganda e estratégias de *marketing* que reforçam a “vocação” e potencialidades do etanol no mercado dos “biocombustíveis”. As características peculiares da agroindústria canavieira no Brasil, bem como seus desafios, viabilidade econômica e limites, têm sido amplamente estudadas no meio acadêmico de longa data. Sem dúvida, no rol das diferencialidades elencadas nestes estudos estão as condições edafoclimáticas e a imensa disponibilidade de terras férteis e aptas à produção da gramínea no país, mas o elemento central é a forma diversa de organização da produção canavieira em território brasileiro nos marcos do modo de produção capitalista. As características deste setor foram sendo conformadas na larga experiência da produção de açúcar e derivados do melaço, primeiramente no Nordeste durante os períodos colonial, imperial e republicano até meados dos anos 1950, sempre oferecendo ao senhor de engenho a garantia de apropriação de vastos excedentes gerados na produção.

Sem perder suas raízes íntimas de monocultura, concentradora de terras e de intensa exploração do trabalho, característica estabelecida no sistema de

plantations como já dissemos, a produção canavieira como cultura quinhentista foi adaptando-se tecnicamente ao longo do desenvolvimento das forças produtivas capitalistas, o que acarretou mudanças na organização e na forma de produzir no setor. Este reflexo foi sentido mais diretamente a partir de 1890 e dos anos iniciais do novo século que se iniciava, primeiro com a organização dos engenhos centrais e logo depois com a usina²⁵ como sugere a professora Marilda Vilella Iamamoto:

A usina é uma expressão precoce da industrialização da agricultura, exigindo o trabalho assalariado na transformação da matéria-prima e a apropriação privada, pelo usineiro, das condições de produção agrícolas e industriais, controlando o processo de produção como uma globalidade. (IAMAMOTO, 2001, p. 114).

O aparecimento da usina no processo produtivo canavieiro é importante porque marca o momento de mudanças fundamentais nas relações de trabalho e na própria forma de organização da sociedade brasileira seguindo o itinerário da “modernização”. É o prenúncio da moderna indústria que revolucionaria o modo de produção tradicional de até então, restrito aos engenhos de açúcar da região Nordeste. A usina, como expressão “moderna” da organização do sistema fabril na agricultura, possibilitou colocar em movimento a engrenagem da produção e reprodução do capital propriamente dito, ou seja: acumulação, constituição do lucro capitalista oriundo da exploração e subordinação do trabalho. Na análise de Iamamoto (2001, p. 113), “o advento das usinas, no final do século XIX, [...] expressa a *transição da manufatura à grande indústria no setor canavieiro*”, conjugando o uso de máquinas, insumos, equipamentos, trabalho assalariado, procedimentos e técnicas advindas dos avanços científicos logrados pela revolução industrial inglesa e largamente implantada na agricultura estadunidense.

A mudança para esta nova base técnica proporcionou a superação dos entraves e limites postos à força humana no processo produtivo, destinando ao trabalhador individual a condição de mera “peça” secundária na operação da máquina, primeiramente na parte fabril das agroindústrias, visto que, na parte agrícola o trabalho manual sempre foi fundamental nas atividades de plantio, tratos culturais e corte, por isso, só gradualmente foi sendo substituído pela maquinaria. Na maior parte das

²⁵ Estabelecimento industrial equipado de máquinas, nas quais se processa a transformação de matéria-prima em produtos finais ou semiacabados; fábrica. (HOUAISS, 2001).

empresas hoje, considerando os dados obtidos para o estado de São Paulo, o índice de mecanização é bastante elevado como veremos no terceiro capítulo.

O fato é que essa modificação possibilitou um salto da produtividade e, consequentemente, o aumento do desgaste e penosidade do trabalho, destacadamente na parte agrícola das empresas, na qual o ritmo de produção é intensificado pelo emprego da máquina, tanto no plantio como no corte da matéria-prima que alimenta o processamento industrial. Para atingir este patamar produtivo os capitalistas precisam fazer um significativo investimento, com a vantagem de que:

[...] a máquina pode ser usada para aumentar a produtividade física do trabalhador ao mesmo tempo que permite que os capitalistas controlem a intensidade e o ritmo do processo de trabalho mediante a regulação da velocidade da máquina. O trabalhador torna-se então um mero “apêndice” – um escravo - da máquina. (HARVEY, 2013, p. 169).

A modernização dos velhos engenhos foi posta enquanto necessidade para reorganizar seu papel agroexportador e redefinição econômica frente ao cenário de abolição da escravatura e transição para a República²⁶, o “trabalho livre” e a nova configuração espacial do capitalismo mundial que ingressava em sua fase monopolista. Isso fez com que a partir de 1890 houvesse maior especialização da cadeia produtiva do açúcar com a separação da operação fabril da parte agrícola, separação rapidamente superada com o surgimento da usina.

De acordo com Ruy Moreira a proposta dos engenhos centrais não dá certo por que era apenas a “forma nova que se buscava dar ao velho sistema do engenho levado à crise com o fim do trabalho escravo e o envelhecimento da tecnologia dos cultivos e dos fabricos”, por isso a forma da usina, “reafirma o sistema integrado da agroindústria tradicional ao tempo que reestrutura as relações técnicas da produção, as relações de trabalho e as relações de classes tanto da lavoura quanto da indústria [...]”. (MOREIRA, 2014, p. 95).

No afã de afastar os riscos e fortalecer os capitais do setor agroexportador, dos barões do café e do açúcar, o Estado passou a direcionar maior subvenção à produção destas mercadorias como forma de ampliar a estrutura e escala produtiva,

²⁶ Nesta transição para o “trabalho livre” Gileno de Carli indagou sobre o destino dos trabalhadores ex-escravizados após o treze de maio de 1888 no Pernambuco, traçando uma genealogia do emprego destes trabalhadores nos engenhos e usinas da época, como mostra o estudo de Santos (2012).

com baixo ou nenhum custo pelo uso da terra²⁷ e usurpação dos bens naturais. Umbilicalmente alicerçada sobre excelentes condições para superexploração do trabalho à base de baixíssima remuneração, ou mesmo na permanência do uso de trabalho escravo ou em condições similares, apesar de declarado oficialmente o fim da escravidão.

Decorridos mais de 120 anos depois daquele 13 de maio de 1888, a permanência das práticas laborais degeneradas na atividade econômica evidencia a peculiaridade da formação espacial brasileira (MOREIRA, 2014). As formas sociais da acumulação por espoliação estão na origem da formação e sustentam o funcionamento da produção canavieira, significa dizer que este sistema produtivo é, em si mesmo, expressão e causa daquela forma de acumulação do capital que cumpre sempre o papel de elevar a taxa de lucro por qualquer meio necessário.

O surgimento da usina ao lado de uma série de transformações nas relações de trabalho, tanto no campo como nas cidades, veio acompanhado de um conjunto de alterações que ocorriam na própria forma de organização da sociedade brasileira até então. Tanto é que para plena concretização do intento capitalista neste território foi necessário a redefinição dos estamentos jurídico-administrativos constituídos.

A instauração jurídica da propriedade privada da terra e da abolição da escravatura, juntamente com a ausência por parte do Estado na implementação de qualquer política de acesso à terra, moradia, trabalho, educação e saúde que pudessem “garantir” o mínimo para a reprodução humana do contingente de trabalhadores negros e negras de descendência africana, foram pré-condições essenciais para a consolidação do processo de acumulação especificamente capitalista e para a subordinação [estrutural] do trabalho ao capital (IAMAMOTO, 2001, p. 113). Isso não anula o fato de que, mesmo a sanguinária exploração do trabalho [de negros e negras] durante a “escravidão legal” já estar inserida dentro do processo global de acumulação primitiva de capital. Todavia o sistema escravil [ou mesmo a servidão] tendo os/as trabalhadores/as negros/as ou indígenas como cativos, não combinava com a dinâmica do *novo* modo de produção emergente no

²⁷ Em 2013 pouco mais de 36% da cana processada era fornecida por terceiros (CONAB, 2013, p. 13).

“mundo moderno” (ao menos no papel), mesmo que tenha sido fundamental para sua consolidação²⁸.

O fato é que no decorrer do século XX o conflito de interesses entre os proprietários das usinas e fornecedores passou a demandar do Estado, ainda no governo varguista da década de 1940, uma ação mediadora que visasse “regulamentar” as relações entre os fornecedores de cana-de-açúcar e usineiros, também estabelecendo um salário mínimo ao trabalhador rural da agroindústria, desta forma foi instituído o *Estatuto da Lavoura Canavieira*. Todavia, sabemos o abismo existente entre a criação das normas jurídicas e o cumprimento destas pelos patrões, pois a única lei a ser seguida pelo capital é a do Lucro sob quaisquer circunstâncias. Na verdade, o que se quis com a criação do Estatuto, foi garantir o monopólio do abastecimento regular de matéria-prima à usina e o controle direto desta sobre os fornecedores (IAMAMOTO, 2001, p. 125), entretanto, uma vez instaurado o conflito, este viria a se amenizariam somente no final da década de 60 “graças à recuperação dos mercados internos e externos do açúcar” (SZMRECSÁNYI; MOREIRA, 1991, p. 67).

A atuação do Estado, visto como “parceiro” (OLIVEIRA, 2009), ou mesmo na condição de protagonista do empreendimento canavieiro, sempre foi fundamental na mediação dos conflitos *capital x capital* e *capital x trabalho* como meio para assegurar as condições favoráveis à manutenção da alta lucratividade no setor. Nesse sentido o surgimento do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) na década de 30 canalizou ações para o planejamento de modernização da produção canavieira em escala nacional, oferecendo financiamentos subsidiados para produção, armazenamento e comercialização segura, além dos investimentos em pesquisa e assistência técnica necessária para o salto de produtividade naquele momento. Ações como esta passaram a ser uma constante após a década de 30 e na segunda metade do século XX, tendo na criação do Proálcool (1975-90) o ápice da parceria “Estado-Usineiro”. Na prática os usineiros de São Paulo intervieram em vários momentos sobre os objetivos do IAA, que refletiu em uma redistribuição de cotas para produção de açúcar e do álcool, favorecendo a maior participação dos produtores paulistas, e no

²⁸ Para que surja e se desenvolva o modo de produção capitalista, é preciso que se confrontem homens que dispõem de recursos para comprar a força de trabalho como mercadoria e homens que só dispõem da sua força de trabalho como única mercadoria que têm para vender. (NETTO, 2008, p. 86)

reconhecimento da gradativa alteração no centro hegemônico da agroindústria do Nordeste para o Centro-Sul (SZMRECSÁNYI e MOREIRA, 1991, p. 61).

Junto à lista de “fomentos estatais” está o Estatuto da Terra (1964) e a alteração radical do Estatuto do Trabalhador Rural (1963) pelos militares - objetivando “tranquilizar” os camponeses revoltosos (de modo especial o movimento das Ligas Camponesas demandantes da “reforma agrária na lei ou na marra”). Acrescenta-se a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) em 1965, que passou a comandar os subsídios à modernização da agricultura. Estas medidas em conjunto formaram as condições materiais–jurídico-políticas e burocrático-administrativas para aprofundar o desenvolvimento capitalista ou empresarial da agricultura, direcionando o desencadeamento de um novo patamar de produção e acumulação de capitais no meio rural, concatenado organicamente pelo Estado, latifundiários e empresários capitalistas (brasileiros e estrangeiros), com o objetivo de também ampliar as formas de controle sobre os trabalhadores.

As alterações dessa fase foram estruturantes para redefinição da relação cidade/campo e para a consolidação de um novo padrão técnico-produtivo na agricultura brasileira, marcado fortemente pela interdependência direta desta com a indústria, o que levará a emergência de uma nova categoria, já citada, muito utilizada pela literatura especializada em estudos sobre o campo a partir da década de 70, definidora deste aprofundamento das relações capitalistas no meio rural: os Complexos Agroindustriais (CAI's)²⁹.

O forte sistema de crédito (SNCR) sem dúvida foi decisivo para fornecimento por parte do Estado, das bases materiais para o crescimento econômico e viabilização da “modernização” da agricultura brasileira, refletindo imediatamente sobre a taxa de lucros do setor, na concentração e centralização de capitais. Por outro lado, a impossibilidade dos pequenos agricultores de terem acesso aos pacotes de créditos para financiar a produção, paralelo à interiorização e expansão do capital para regiões “não integradas” ao (novo) circuito produtivo, condenou à migração milhares de famílias camponesas do meio rural e concretizou o caráter totalmente conservador e excludente da chamada “modernização” capitalista da agricultura.

²⁹ Thomaz Junior (2009) destaca que o conceito de CAI, desde o seu surgimento, apresentou limites explicativos quanto à amplitude das contradições que se desdobravam da relação capital-trabalho, e, frente aos novos elementos que povoavam (e povoam) as formas geográficas.

José Graziano da Silva (1996) defende que para o capitalismo se reproduzir é necessário a criação de um mercado interno para “livre circulação da mercadoria”, ao qual a divisão social do trabalho é o processo fundamental, separando assim alguns tipos de transformação das matérias-primas da agricultura e criando novos ramos industriais com características próprias. Analisando o caso da Rússia, Vladimir Lênin em seu famoso livro, “O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia”, constata que mesmo não havendo esse mercado interno amplamente consolidado o desenvolvimento do capitalismo vai simultaneamente criando os diversos ramos do mercado, desde bens de consumo até os de produção, acentuando assim a divisão social do trabalho e aumentando o crescimento da importância do consumo de bens intermediários no processo; “[...] o ‘mercado interno’ cresce, de um lado, graças à transformação em mercadoria do produto da agricultura mercantil empresarial, e, de outro, graças à transformação em mercadoria da força de trabalho vendida pelo campesinato pobre” (LENIN, 1982, p. 36).

A “modernização” conservadora, ou o chamado “desenvolvimento capitalista” na agricultura, com a alteração na base técnica da produção através da intensificação do uso de tratores, insumos e equipamentos, favoreceu o desemprego de trabalhadores rurais assalariados e a expulsão de um número expressivo de famílias camponesas das terras por conta da forte concentração fundiária nas décadas de 1960 e 1970. São justamente esses contingentes de trabalhadores camponeses (assalariados, posseiros, arrendatários, parceiros, meeiros) que vão questionar a posse e o uso da terra, acirrando os conflitos entre os trabalhadores expropriados de um lado e a burguesia possuidora das terras e dos meios de produção do outro.

No que tange as forças produtivas, o reflexo foi direto com a aplicação das inovações científicas, métodos e técnicas novas que propiciaram a superação das determinações da natureza, antes limitantes para a agricultura, como: qualidade do solo, clima, tempo de germinação em função das condições naturais etc. Pode-se dizer que houve uma racionalização da prática agrícola com maior subordinação das “leis da natureza” aos interesses do metabolismo do capital. Este, como relação social de subordinação do trabalho à produção de mercadorias, passou a determinar o tempo, o ritmo e a produtividade da atividade agrícola, alterando não só a forma de produzir (integrada à indústria), mas também a totalidade das relações sociais de

trabalho tradicionalmente construídas pela produção artesanal do trabalhador ativo e integral, que passa agora a ser subutilizado, parcelado, especializado dentro do processo produtivo de larga escala da agricultura exportadora.

A intensidade e a interdependência da agricultura com a indústria de bens de capital e também com a indústria processadora elevaram o padrão tecnológico da produção, que, juntamente com a prática especulativa da terra impuseram limitações crescentes às formas tradicionais de produção, tendo como reflexo no campo uma “[...] intensificação da concentração da propriedade privada da terra, com a desterritorialização de pequenos produtores, colonos, posseiros etc. e a recriação de novas formas de relações de trabalho, como a intensificação do assalariamento” (THOMAZ JUNIOR, 2002, p. 82 e 83).

A incorporação de tecnologias e novos implementos no processo produtivo da agroindústria canavieira fortaleceram o processo de valorização e reprodução ampliada do capital no setor, pois quando se altera o padrão técnico-científico também se redefine o delineamento do ritmo e da intensidade do processo de trabalho. Não se pode deixar de lado na questão das inovações tecnológicas, o casamento dos interesses do setor com órgãos externos de pesquisa; Fundação Ford e Fundação Rockefeller no incentivo e formação de centros de pesquisa laboratorial; e órgãos ligados ao próprio setor como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e o Plano Nacional de Melhoramento da Cana-de-açúcar (PLANALSUCAR), como constata a pesquisa doutoral de Ana Maria Soares Oliveira:

o processo de incorporação de tecnologia, tem caminhado junto à intensificação dos Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento (P & D), ligados direta ou indiretamente às empresas produtoras de bens de produção (especialmente no estado de São Paulo, onde esta atividade alcançou maior patamar de desenvolvimento). A ligação entre a Copersucar (Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo), as empresas produtoras de máquinas e equipamentos e os departamentos de pesquisa das empresas agroindustriais canavieiras, se tornou efetiva por meio da busca de soluções para melhorar o desempenho agroindustrial. (OLIVEIRA, 2009, p. 61).

Por tudo isso que a tecnologia, transformada em força produtiva a partir da tecnificação das ciências, não deve ser entendida simplesmente como um conjunto de “coisas” (máquinas, adubos químicos, sementes, insumos etc.), mas como uma relação social ou “um conjunto de conhecimentos aplicados a um determinado processo produtivo” (KAGEYAMA; SILVA, 1982, p. 16). Como no sistema capitalista o

objetivo da produção é sempre o lucro e a autovalorização do próprio capital, a tecnologia que lhe é adequada é aquela que permite gerar e expandir o ciclo acumulativo.

Uma vez que as relações sociais de produção são a essência de um modo de produção ou de uma formação econômica, a tecnologia cumpre duas funções básicas sob o ordenamento do capital: a) primeiramente, em termos econômicos, a de aumentar a produtividade do trabalho e consequentemente da taxa de lucro; b) num segundo plano atua como forma de controle social, reproduzindo a divisão hierárquica do trabalho para manutenção da dominação deste, dentro do modo capitalista de produção (vide o taylorismo-fordismo). Essa alteração iniciada nos anos anteriores em países como o Japão, no Brasil se intensificou nas empresas canavieiras principalmente a partir da década de 90 quando do surgimento de: a) novas instituições de fortalecimento e representação dos interesses do setor, especificamente dos empresários paulistas escudados através da Única, da Coopersucar e de sindicatos patronais para fazer o *lobby* junto aos governantes; b) pela redução do número de trabalhadores formais; c) do acentuando emprego das inovações científicas no melhoramento genético da gramínea³⁰; d) e através da desarticulação/cooptação na atuação dos sindicatos de trabalhadores combativos.

Pautada pelo apoio estatal via transferência de renda, financiamentos subsidiados, oferecimento de condições logísticas, pesquisa e assistência técnica (OLIVEIRA, 2009, p. 59-60), a modernização do setor através da concentração e centralização de capitais, desde a criação do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) na década de 30, até a instituição do Programa Nacional do Alcool (Proálcool) na década de 70, pode ser caracterizado por uma incessante disputa intercapital. Disputa por maiores subsídios para operacionalização das alternativas tecnológicas e organizacionais, no que diz respeito às exigências de adequação ao mercado, em busca do melhoramento da estrutura produtiva e da diversificação dos produtos.

De fato, a década de 1970 marca um ponto de inflexão para o setor sucroalcooleiro em escala nacional. As medidas adotadas, orquestradas sobremaneira pelo Estado ditatorial, passam a reconfigurar o cenário produtivo da

³⁰ Uma das modificações foi, por exemplo, a possibilidade de produzir a *cana-de-ano* em alternativa à *cana-de-ano-e-meio*, reduzindo o tempo do ciclo produtivo, como mostra Thomaz Júnior (2002, p. 143 e 144).

agroindústria canavieira³¹ e a redefinir as condições objetivas para um novo processo de acumulação dentro do setor, tendo como consequências imediatas o surgimento de uma nova arquitetura organizacional. Operacionalizada, em primeira instância, para a (i) “eficiência produtiva”, técnica e organizacional; (ii) superexploração do trabalho e negligenciamento dos direitos trabalhistas, ambientais; e (iii) absorção irrestrita de recursos públicos, incentivos fiscais e financiamentos.

A partir dessa fase o papel histórico desempenhado pelas oligarquias regionais até a época, especificamente dos estados do Nordeste no controle das usinas canavieiras, passou a se reestruturar com a inversão de capitais em busca do aumento da produtividade e de melhores condições de competitividade no mercado, que por sua vez, requereriam novas (e melhores) terras, já propícias à mecanização do corte, especialmente em finais da década de 80³². O que se seguiu foi a modernização das plantas fabris, realocação produtiva, racionalização da produção, e melhoramento genético das variedades de cana, por exemplo, através do Plano Nacional de Melhoramento da Cana de Açúcar (PLANALSUCAR).

A atuação do Estado sempre foi um dos marcos definidores para o alcance dos elevados patamares de lucro e também para garantia de segurança aos capitais individuais investidos no setor frente às flutuações da instabilidade do mercado capitalista global. No entanto a crise capitalista trouxe toda uma série de intempéries à economia nacional a partir dos anos 80, com reflexos na adoção de políticas de austeridade econômica com baixo crescimento, superinflação, desemprego, arrocho salarial; somado à reformas e privatizações que dilapidaram o patrimônio público e sucatearam áreas como educação, saúde, transportes, moradia etc., de modo particular, nos dois governos de Fernando Henrique Cardoso, materializando uma agenda política e econômica denominada de *neoliberalismo*. Os ideólogos do capital passaram a recolocar na pauta de debate e nas ações dos governantes e setores do empresariado as máximas falaciosas da saída do Estado da economia, do “deixe-

³¹ Utilizamos o termo *agroindústria canavieira* com base em Thomaz Júnior (2002) por encampar a totalidade das empresas do setor canavieiro (Usinas, Destilarias, Usinas Anexas, Destilarias Anexas, entre outras).

³² Oliveira (2009, p. 66) defende que o aumento da mecanização se deu tanto como parte da estratégia do capital em se reestruturar, quanto por uma resposta aos movimentos grevistas como o caso de Guariba em 1984.

fazer” e do mercado “autorregulável”, por outro lado, aprofundam o saque e transferência de recursos públicos para seus cofres privados.

O esgotamento do aporte financeiro para o Proálcool, antes injetado pelos governantes (dos militares à FHC), somado a perda do apoio das montadoras de automóveis por conta do baixo crédito dos consumidores nos carros a álcool, estamparam os sinais de “crise”, entretanto, apesar do “fechamento da torneira”, os mecanismos protecionistas que drenavam os recursos do erário público não foram desativados de imediato. Na sequência dos fatos a valorização do açúcar no cenário internacional fez com que os empresários invertissem rapidamente o foco de sua produção para a exportação açucareira, deixando em segundo plano a proposta do Proálcool (THOMAZ JUNIOR, 2002, p. 100-101).

O bom momento vivido pelo programa passou a se desmoronar sentindo os ruídos da crise na escala mundial. Aliado a esses acontecimentos, na esteira da ofensiva liberalizante do Consenso Washington, as medidas de abertura comercial tiveram vazão na justificativa de incapacidade por parte do Estado em continuar os financiamentos, e, na fragmentação da estrutura decisória que elaborava e geria a atividade canavieira. Isso deu início ao processo de desregulamentação do setor, que foi finalizado com a retirada do papel do Estado no estabelecimento dos preços da cana-de-açúcar, do açúcar e do álcool hidratado, eliminando impeditivos ao aumento do lucro pela elevação dos preços (OLIVEIRA, 2003).

Entretanto, a queda dos preços internacionais do açúcar e a redução da demanda interna por álcool levou o setor a uma crise sem precedentes na viragem do século XX com forte estagnação, desinvestimento e falência. Um cenário que só começa a mudar a partir de 2002 com o resgate da política de subvencionamento do setor, com uma “nova” injeção de financiamentos proposta pelo governo federal, sobretudo no início do segundo mandato do Governo Lula, denominado por alguns de: “Novo Proálcool”³³. Referência feita devido à retomada dos fortes investimentos para o setor adjunto a medidas “institucionais” para reimpulsionar seu novo crescimento.

³³ Mendonça (2006) analisa que com a retomada da disponibilização de créditos e o aumento do percentual de álcool adicionado à gasolina estamos assistindo à implantação de um novo Proálcool pelo governo federal. Conferir, além do documento citado, o texto disponibilizado em: <http://www.social.org.br/relatorio2005/relatorio033.htm#_ftnref1>, acesso em: 09 set. 2009.

A necessidade de elevação da produtividade para garantir o patamar da competitividade e concorrência no mercado capitalista internacional fortemente oligopolizado estava colocado para o setor, por isso, o Estado brasileiro, via bancos públicos, fundamentalmente, atendeu à necessidade, direcionando grandes aportes financeiros já no primeiro mandato do Governo Lula. Como mostra Oliveira (2009) nessa primeira década dos anos 2000 houve um rearranjo territorial, organizacional e produtivo do setor a nível nacional que reconstituiu sua hegemonia, reposicionando seu poderio no seio da sociedade brasileira.

Procurando “aproveitar” as denominadas “vantagens comparativas” na geografia internacional da produção canavieira, tais como disponibilidade de terras, abundância em recursos naturais e baixa custo da mão-de-obra, etc. o Estado passou a fazer uma forte inversão para estruturar e modernizar o setor canavieiro induzindo e atraindo capitais no rol de investimentos internacionais. Para elevar a produtividade da vasta área de terras sob a posse ou influência dos “usineiros”, alguns dos focos principais da ação estatal foram os investimentos na pesquisa e inovação quanto às variedades de cana, reformas dos canaviais e plantas fabris, aquisição de máquinas para o corte e plantio e “sofisticação” do gerenciamento.

Quanto maior a extensão da área a ser cultivada maior a utilização de máquinas e construção de infraestruturas, isto implica em mais investimentos em capital fixo, ou seja, na “imobilização” de um volume maior de capitais. Por este motivo a taxa de retorno dos capitais, para compensar o investimento, necessita ser mais elevada, neste caso, requer-se um aumento da produtividade do trabalho.

Para fazer esse investimento produtivo no empreendimento, considerando as particularidades da agricultura de que fala Marx (2012), o crédito exerce papel fundamental assim como a concorrência e perspectivas de demanda para o produto no mercado. Mesmo questões como a pressão exercida pelos trabalhadores por aumento salarial e melhoria das condições trabalhistas (como se sucedeu a partir do desfecho da histórica Greve de Guariba em São Paulo), além de outros fatores que surgem a partir do momento em que se coloca em movimento o ciclo da acumulação capitalista, são condicionantes que, via de regra, requer um ajuste ou outro dentro do percurso.

O problema é que este processo de fixação ou imobilização de capitais gera uma contradição que obstaculiza o desenvolvimento do próprio capital. Guilherme

Delgado (1985) analisa com base na formulação de Rudolf Hilferding (1877-1941) sobre o capital financeiro, que a elevação da densidade de capital fixo, que significa maior investimento produtivo (D'), se coloca como uma espécie de barreira para migração dos capitais entre os diferentes setores, por exemplo, de ramos mais especializados para outros, pois, “a liberdade do capital é uma condição para a nivelção da taxa de lucro” e esta liberdade “se perturba quando a afluência ou fuga do capital não pode tomar lugar livremente” (HILFERDING, 1963, p. 205 *apud* DELGADO, 1985, p. 132).

Essa barreira que o desenvolvimento capitalista faz surgir enseja novas maneiras de centralização do capital, movendo o sistema a retransformar-se em formas fluidas de valorização, que logrem superar as barreiras impostas pela crescente imobilização do capital produtivo, sob a forma de capital fixo. Nessa nova etapa de desenvolvimento capitalista, que identifique inicialmente com o processo de conglomeração, a luta concorrencial assume claramente a forma de mobilização (centralização e concentração) ampliada de capital [...] (DELGADO, 1985, p. 133).

A entrada do capital financeiro cumpre justamente o papel de “romper os obstáculos” e dar maior fluidez ao capital imobilizado, aumentando o seu *tempo de rotação* no processo de valorização para retransformá-lo continuamente em ativos financeiros; e foi justamente este o movimento ocorrido no momento imediatamente posterior à explosão da crise econômica global em 2008. Este é o tema que trataremos no próximo capítulo

O influxo de capitais no agrohidronegócio e de modo geral no escopo de interesses dos conglomerados agro-químico-alimentar-financeiros tem sua materialidade na produção industrial de commodities, como a soja, milho, algodão, eucalipto, o açúcar e o álcool mais recentemente. Esta ofensiva redimensiona o poder de classe do capital e expressa o movimento real das contradições de seu metabolismo destrutivo tanto na exploração/expropriação do trabalho como na espoliação/apropriação da natureza, colocando o movimento de autovalorização do capital pelo agronegócio no centro do conflito de classes no Brasil (THOMAZ JUNIOR, 2010). Esta apropriação do trabalho excedente pressupõe uma reconfiguração geográfica das relações sociais, da propriedade e da ação governamental. Isto significa dizer que ocorre toda uma reconfiguração capitalista da produção social do espaço.

A trajetória de acumulação e reprodução do capital agroindustrial canavieiro, passado os ciclos econômicos ascendentes, novamente se determina pelas alterações internas no bojo do mercado internacional, especialmente após o agravamento da crise internacional. Esta refletiu diretamente na abertura de capital das empresas e redirecionamento dos capitais sobreacumulados para cadeias de valor, quer dizer, os setores com alta possibilidade de valorização e ganhos extraordinários. Trocando em miúdos, é o capital financeiro na dianteira do processo acumulativo, subordinando o capital industrial dentro do ciclo de reprodução ampliada em escala internacional.

Não deslocado desta conjuntura, está a proibição da queima da palha de cana-de-açúcar no estado de São Paulo e a predominância, quase que completa, do corte mecanizado nos canaviais que traz (além do desemprego) velhos e novos problemas para o trabalho no setor e a economia de um modo geral, expressando, cada-vez-mais, uma paisagem robotizada e tecnificada pela presença das máquinas substituindo massas de trabalhadores.

3 CONTEXTO DA CRISE CAPITALISTA E OS IMPERATIVOS DA MOBILIDADE DO TRABALHO

A eclosão da crise financeira internacional em 2008 expressa tão somente o atual estágio das contradições estruturais vigentes no sistema de mediações do capital, portanto, que trazem em si implicações muito maiores do que a dimensão econômico-financeira. O itinerário da *destrutividade* sistêmica é cotidianamente revelado através dos conflitos territoriais, do morticínio das guerras, da fome e da pobreza, no racismo e xenofobia contra imigrantes, nas migrações forçadas, no desemprego e descarte crescente de trabalhadores do mercado de trabalho. Sob este espectro de opressões e reprodução ampliada dos signos da barbárie pelo capital, assistimos em diversas partes do mundo mobilizações crescentes que partem desde o mais astuto conservadorismo-burguês, preocupado com a queda nos faturamentos e a manutenção do regime de dominação-acumulação; até a ala mais radical do movimento político dos trabalhadores, interessada na subversão da ordem capitalista para a auto-emancipação da classe trabalhadora. Frente esta realidade os articuladores ideológicos da burguesia - sobretudo os organismos financeiros pactuados à grande mídia - trabalham no sentido de ocultar os fundamentos da crise e mitigar seus efeitos como forma de proteger seus interesses e manter o poder de classe contra possíveis ameaças à ordem reprodutiva do capital.

Com base na análise de István Mészáros (2011b), na qual cita o jornal norte americano *The Financial Times* - segundo ele, o mais completo jornal da burguesia internacional -, vemos que a essencialidade da imprensa em resguardar a ordem e o poder econômico do capital está assentada no mais puro cinismo e inocuidade de críticas ao atribuir as causas da crise às “falhas na administração” por parte dos operadores do capitalismo, como evidenciado na matéria em que responsabiliza representantes democratas e republicanos pelo “vácuo de liderança e deliberação responsável” sobre os graves efeitos da crise para a economia global.

Na crítica radical propugnada por Mészáros (1987, 2007, 2011a, 2011b), fica patente que a crise de nosso tempo não começou com o problema da especulação imobiliária nos EUA, mas tem sua origem a partir do aprofundamento da *disjunção radical* entre a produção genuína (humanamente significativa e compensadora) e a autorreprodução ampliada do capital. O capitalismo contemporâneo vem atingindo um

grau tão elevado de oposição desta disjunção radical que suas implicações poderão ser devastadoras para o futuro da humanidade, pois:

o capital é totalmente desprovido de medida e de um referencial humanamente significativos, enquanto seu impulso interno à autoexpansão é *a priori* incompatível com os conceitos de controle e limite, para não mencionar o de uma autotranscendência positiva. Por isso, ao invés de aceitar as restrições positivas necessárias no interesse da produção para a satisfação das necessidades humanas, corresponde à linha de menor resistência do capital levar as práticas materiais da autorreprodução destrutiva ampliada até o ponto em que levarem o espectro da destruição. (MÉSZÁROS, 2011a, p. 699, grifos do autor).

Até o estopim da crise atual, a articulação das contradições estruturais do sistema veio se arrastando há pelo menos quatro décadas antes e diferentemente das crises periódicas ou conjunturais que podem ser mais ou menos resolvidas com sucesso no plano da própria estrutura estabelecida, esta crise afeta a própria estrutura em sua totalidade (MÉSZÁROS, 2011b). Esta análise contundente e inspiradora do pensador húngaro nos remete a analisar o capitalismo enquanto totalidade de uma forma social *em si* contraditória, historicamente determinado como produto das relações de classe e não como sendo uma abstração inatingível, imutável e externo ao mundo dos homens (*sic*) ou indiferente à ação humana transformadora.

A supremacia deste sistema produtor de mercadorias coloca de forma inexorável a necessidade insuprível de extração de trabalho excedente com fins a acumulação de capital. Esta fundamentação ontológica da forma de ser do capital, atualmente está supradeterminada através da integração transnacional dos sistemas produtivo, comercial e financeiro sobre a superexploração do trabalho em distintas escalas, a superespeculação financeira e na concentração da renda e da riqueza patrimonial³⁴. Frente a esta hegemonia do capital transnacionalizado, o trabalho cada vez mais fragmentado e precarizado ainda não conseguiu formular alternativas à altura que possam superar ou mesmo se contrapor. Este problema fundamental, na análise contundente do pensador húngaro (MÉSZÁROS, 2007, p. 127), remete ao fato de que “a pluralidade setorial do trabalho está intimamente ligada à pluralidade

³⁴ De acordo com relatório recentemente publicado pela OXFAM, organização não-governamental de direitos humanos: “A crise da desigualdade global está chegando a novos extremos. O 1% mais rico da população mundial detém mais riquezas atualmente do que todo o resto do mundo junto. Poderes e privilégios estão sendo usados para distorcer o sistema econômico, aumentando a distância entre os mais ricos e o resto da população. Uma rede global de paraísos fiscais permite que os indivíduos mais ricos do mundo escondam 7,6 trilhões de dólares das autoridades fiscais. A luta contra a pobreza não será vencida enquanto a crise da desigualdade não for superada” (OXFAM, 2016).

conflituosa hierarquicamente estruturada dos capitais, tanto no interior de cada país em escala global”.

O fato alarmante é que o movimento articulado das contradições sistêmicas do capital reproduz a um só tempo a mais alta tecnologia, por exemplo, no uso de drones (chamados em português de VANT's – Veículos Aéreos Não Tripulados) tanto para alastrar o terror no oriente médio quanto para o monitoramento agrícola de monoculturas no Brasil em concomitância à vigência do trabalho escravo, do deslocamento forçado de pessoas, da desqualificação profissional e do embrutecimento de toda sorte de aflições que atinge a classe trabalhadora.

A massificação da tecnologia e automação de processos produtivos está na razão direta do aumento absurdo da exploração e deterioração do trabalho vivo. A intensificação da atividade produtora de mercadorias, sobretudo nos redutos da informalidade, reduz ainda mais o tempo de vida útil do ser que trabalha de modo que quanto mais alto o lucro aferido, maior a parcela de indivíduos adoecidos e invalidados no trabalho.

Quanto mais concentrada a riqueza e o volume do capital investido, maior o desemprego crônico e o descarte para aqueles que já não conseguem se reinserir no mercado de trabalho ou perderam a expectativa para tal fim. Do mesmo modo, quanto mais limitadas forem as possibilidades expansivas do capital, maior a fabricação de guerras e uso de todos os meios necessários para retomada de seu ciclo reprodutivo. Na fase atual os problemas e contradições do sistema se tornam cada vez mais intensos e graves, posto que, “crescimento e expansão são necessidades imanentes do sistema de produção capitalista e, quando os limites locais são atingidos, não resta outra saída a não ser reajustar violentamente a relação dominante de forças” (MÉSZÁROS, 1987, p. 54).

O sociometabolismo do capital impõe de modo implacável todo seu potencial destrutivo sobre a humanidade não somente através da perpetuação das guerras imperialistas, mas também pela exacerbação dos irremediáveis problemas ambientais e sociais em escala planetária. O problema central da crise estrutural, conforme a análise de Méészáros (2011 e 2014) se fundamenta na impossibilidade do sistema em transpor as limitações objetivas que se interpõem à sua dinâmica expansionista ilimitada. Por este motivo as duas grandes guerras da primeira metade do século XX foram não apenas “necessárias” ao ajuste capitalista, mas também úteis

enquanto válvula de segurança para o realinhamento da relação de forças que criou as condições para renovação de sua dinâmica expansionista no período posterior, ainda que de forma limitada. No entanto o uso continuado da guerra, sobretudo as globais, além de acarretar graves implicações para a viabilidade do sistema [por exemplo, a ameaça real de extinção completa da vida humana]³⁵ atesta a sua incapacidade e impossibilidade de poder “equalizar” ou, menos ainda, “sanar” as contradições e antagonismos intrínsecos a seu organismo, sendo que elas são incorrigíveis e insuperáveis dentro de sua lógica perversa (MÉSZÁROS, 2011, p. 332-333).

Durante séculos do desenvolvimento histórico a ameaça do desemprego em massa era apenas algo latente sob o capitalismo, de forma que o crescimento do ‘exército de reserva’ do trabalho “não só não representava uma ameaça fundamental para o sistema enquanto se mantivesse a dinâmica da expansão e da acumulação lucrativa do capital, mas, ao contrário, era um elemento bem-vindo e necessário para sua boa saúde” (MÉSZÁROS, 2011, p. 332); ele (o desemprego) era justificado por fatores conjunturais e visto como algo “estritamente temporário” que seria devidamente superado com o tempo. Situação radicalmente oposta se dá a partir do momento em que “o deslocamento expansionista e a acumulação tranquila do capital sofrem uma interrupção importante” e passa a emergir um novo padrão de desemprego que estava latente, o chamado desemprego crônico que se interpõe como limite absoluto do capital e é delineado no bojo de uma “crise estrutural potencialmente devastadora” (MÉSZÁROS, 2011, p. 333). Se ao longo de décadas o capital teve condições de “administrar os antagonismos internos de seu modo de controle por meio da dinâmica do deslocamento expansionista”, agora, a gravidade é tamanha não só devido ao fato de estarmos diante dos antigos antagonismos do sistema, mas também pela condição agravante de que “a dinâmica expansionista do deslocamento tradicional também se tornou problemática e, em última análise, inviável” (MÉSZÁROS, 2011, p. 343).

Justamente por sua amplitude sistêmica, a natureza desta crise é distinta de todas as outras, se expressa nas esferas do social, econômico, ambiental e político.

³⁵ Basta recordar que “as duas guerras globais do século XX, apesar de seu imenso impacto destrutivo, não conseguiram oferecer o espaço vital necessário para a expansão econômica tranquila baseada no desenvolvimento pacífico” (MÉSZÁROS, 2011, p. 333).

Seu potencial destrutivo, permanentemente reiterado pela indústria da guerra, coloca a vigência da barbárie como dimensão da vida cotidiana sobre a qual devemos conviver/aceitar como uma “ineliminável” e “natural” condição existencial da humanidade. Este pressuposto sofisticado - de que a guerra é indispensável para existência da paz -, diretamente atrelado aos interesses do complexo bélico-armamentista assenta-se sobre o seguinte fato: “as instituições do capitalismo são inerentemente violentas e agressivas: elas são edificadas sobre a premissa fundamental que prescreve a ‘guerra, se falham os métodos ‘normais’ de expansão” (MÉSZÁROS, 1987, p. 53).

O autor húngaro sustenta esta afirmação argumentando que são de tal modo grande os interesses em jogo por parte das grandes empresas e grupos financeiros, que já não são suficientes as “formas tradicionais” de controle indireto (econômico) sobre as decisões do Estado, por isso os porta-vozes do capital monopolista assumem o controle direto dos “postos de comando” da política, assim:

A política fica condenada a seguir um padrão de movimento reativo tardio e de curto prazo, em resposta às crises desconcertantes que necessariamente irrompem, numa frequência crescente, na base econômico-social da produção auto-saturante de commodities e da acumulação do capital que se auto-invalida. (MÉSZÁROS, 1987, p. 53, grifo do autor).

Por estas motivações o choque econômico internacional e a consequente queda da taxa de lucro a partir da década de 1970 impulsionaram uma nova ofensiva conservadora e a corrida por excedentes que valorizassem o capital, instaurando o neoliberalismo enquanto diretriz motora da ação estatal e da governabilidade. O cenário econômico-político da década 1980 e, sobretudo a de 90, é marcado pela passagem para uma “nova temporalidade histórica do capitalismo global” caracterizado pela “expansão e afirmação da contra-revolução neoliberal, com a vigência da financeirização e barbárie social” (ALVES, 2013). Para sermos ainda mais precisos, poderíamos definir este projeto como “financeirização da barbárie social”, pois é o que nos remete a pensarmos quando nos referimos ao desemprego, as precárias condições de vida, as privatizações e desestabilidade gerada pelo desmantelamento dos direitos e conquistas dos trabalhadores no período. O estabelecimento do programa neoliberal expressa o esgarçamento dos antagonismos sociais que estão na essência do modo de produção hegemônico.

Na América Latina a expansão do capital financeiro foi largamente intensificada no final da década de 1980 e toda a de 90, representando a ofensiva do capital (fictício) sobre os Estados Nacionais e territórios dos países periféricos como mecanismo de ampliar a acumulação global. Este movimento impactou profundamente na flexibilização, fragmentação, desregulamentação e precarização do trabalho a partir das “novas” técnicas de gestão, controle e disciplinamento da força de trabalho para a extração do mais valor.

O pagamento dos juros e dividendos dos capitais especulativos (financiadores) e o foco na rentabilidade dos ativos no mercado foi ganhando cada vez mais centralidade em detrimento do reinvestimento na atividade produtiva o que se desdobra na crise atual (RANIERI, 2006). É neste período que se acentuou a “autonomização” da esfera financeirizada do capital, a redivisão territorial e internacional do trabalho e a formação das megacorporações e conglomerados industriais que sacramentaram o consumo global de mercadorias e o papel agroexportador de países como o Brasil, tendo no processo organizacional do trabalho as dimensões da reestruturação produtiva com base no toyotismo (sistêmico ou parcial) que remontam o cenário das relações laborais no “chão-da-fábrica” e a forma de extração do valor³⁶.

O período atual é especialmente ilustrativo para compreender os sentidos e a centralidade do trabalho na constituição fundante da sociedade e, por meio disso, o porquê da crise do capital, aparentemente gerada no mercado financeiro. Sem deixar de ser um tema polêmico entre teóricos e analistas do *modus operandi* capitalista, a ponderação sobre a pertinência da categoria trabalho - conteúdo material da riqueza plasmado na forma mercadoria - nos fornece elementos para elucidação da gênese e vicissitudes da crise, sendo uma crise que afeta a estrutura de reprodução da forma-valor como veremos:

Na sociedade capitalista os produtos do trabalho em sua generalidade são convertidos em forma de valor e, assim, o valor se torna a categoria central da produção social. Nesse tipo de sociedade, a forma elementar da riqueza é a mercadoria – a forma mais simples de valor – e os produtos do trabalho em geral são convertidos em mercadorias – formas de valor. (FERREIRA, 1992, p. 94).

³⁶ A análise sobre as dimensões da reestruturação produtiva, podem ser encontradas em Antunes (1999) e Alves (2007).

Intelectuais contundentes como Francisco de Oliveira (2009), observam que atribuir as causas da crise à sua expressão financeira ou à ingerência especulativa no cerne de grandes economias como a dos EUA são apenas expressões evidentes que não tocam no essencial do problema, que é a crise na realização do valor. Por isso é enfático ao dizer que estamos diante de uma crise da globalização do capital, ou ainda “a primeira grande crise” da etapa mundializada do capital, na qual a marca característica é a “fantástica ampliação da fronteira da mais valia nos últimos 20 anos” com a incorporação de formidáveis 800 milhões de novos pares de braços ao mercado de trabalho mundial. Na origem do colapso desta crise, está o problema da incorporação da mais valia gerada por estes milhões de “novos trabalhadores”, advinda de países como a China e Índia, e a impossibilidade de sua realização no mercado global. Observa o sociólogo:

Isso produziu uma revolução na medida em que dobrou ou triplicou a oferta de mão-de-obra oferecida ao capitalismo, dilatando a fronteira da mais-valia, sem, contudo, propiciar uma expansão equivalente da capacidade de realizá-la. (OLIVEIRA, 2009, p. 03).

Corroborando esta assertiva, mesmo se utilizando de pressupostos teóricos distintos para analisar a crise estrutural do capital, Botelho (2013, p. 07) argumenta que esta crise, “é estabelecida quando são ativados os limites dessa expansão, como o esgotamento das fronteiras geográficas ou o desemprego acompanhado de uma expansão do mercado consumidor”.

As últimas quatro décadas foram marcadas pelo impacto destrutivo no mundo do trabalho da profunda reorganização da exploração capitalista com a chamada “terceira revolução industrial”. Este processo de intensificação da extração do valor segue em vigência com a degradação brutal do sujeito que trabalha a partir do consumo das energias físicas e dilapidação dos corpos, nervos, músculos e sua subjetividade no processo produtivo. Em países como Brasil e do grupo denominado de BRICS³⁷ (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), que possuem como principal elemento comum a modernização tardia, o novo padrão técnico, as inovações nas formas de gestão somadas às conhecidas vantagens comparativas acirram a

³⁷ Para informações consultar a página do Itamaraty em: <http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3672&catid=159&Itemid=436&lang=pt-BR>, acesso em: 11 de ago. 2015.

concorrência intercapitais permitindo lucros extraordinários através da superexploração do trabalho e na apropriação sem limites dos recursos da natureza.

Esse processo reconfigurou o trabalho, tendo a emergência de várias formas do que se define como trabalho atípico, ou seja: aumento do número de trabalhadores temporários ou contratados por empreita, os com jornadas *part-time*; ausência de contratos e/ou dos direitos previdenciários (total ou em partes); aumento dos trabalhadores informais e dos que migram em busca de emprego (VASAPOLLO, 2007, p. 100 e THOMAZ JUNIOR, 2009, p. 126). Tais modificações vieram atender à necessidade de elevação da produtividade do capital, atingindo as empresas “através da reorganização sócio-técnica da produção, da redução do número de trabalhadores, da intensificação da jornada de trabalho dos empregados, do surgimento dos CCQ’s (Círculos de Controle de Qualidade) e dos sistemas de produção just-in-time e *kanban*” (ANTUNES, 2007, p. 16). Podemos entender a crise atual, justamente como uma crise desse modelo da dita *acumulação flexível* iniciado a pouco mais de 30 anos.

Desgraçadamente a humanidade nunca se viu tão arrastada para o “beco sem saída” de sua destruição como está hoje e, para infelicidade geral, as falsas alternativas propostas pelo reformismo e pelas tentativas de reconciliação com a ordem somente retroalimentam a “desigualdade estrutural incorrigível” do sistema social “incuravelmente injusto” do capital (THOMAZ JUNIOR, 2011, p. 307-8). Neste trágico cenário a classe trabalhadora sofre com o encolhimento dos salários, piora das condições laborais, “flexibilização”, perda de direitos de toda ordem, mobilidade forçada e constante rotatividade no emprego (ou em busca deste), para não falar dos muitos que já perderam a perspectiva de encontrar emprego e sofrem com o desemprego estrutural (MÉSZÁROS, 2007).

No ano de 2006, em texto introdutório à edição inglesa do volumoso livro “Os limites do capital”, e mesmo em textos anteriores (HARVEY, 2005), David Harvey alertava que:

Os ganhos especulativos de hoje são fundamentais para a sobrevivência das classes superiores, mas isso evidentemente implica a ameaça de importantes desvalorizações quando várias bolhas de ativos explodirem. A categoria escorregadia do “capital fictício” é, como Marx observou há muito tempo, algo sem o qual o capitalismo não consegue viver, mas que pode facilmente fugir do controle. (HARVEY, 2013, p. 31)

Os impactos financeiros causados após a propagação da crise foram enormes, para termos uma noção aproximada devemos observar como demonstra Albuquerque (2013, p. 09) os “movimentos do valor de mercado das ações negociadas nas bolsas de valores do mundo”. Em 2007 a somatória da capitalização do mercado global de ações atingiu o pico histórico de US\$ 60,8 trilhões. Irrompida a crise, no final de 2008 esse valor decaiu bruscamente para próximo da metade daquilo ou US\$ 32,5 trilhões.

Nos dois anos seguintes através da ação estatal injetando recursos, ação tão falsamente condenada pelos defensores da “livre regulação” do mercado, a capitalização foi reconduzida para a cifra de US\$ 47,7 trilhões e em seguida US\$ 54,9 trilhões, respectivamente em 2009 e 2010. Decrescendo para US\$ 47,4 trilhões em 2011 e novamente ascendendo para US\$ 56,6 trilhões em 2012, conforme os dados do *World Federation of Exchanges* (WFE) disponibilizados por Albuquerque (2013).

De acordo com o estudo feito por este autor a ação concertada de Estados Nacionais é um ponto chave para contenção da crise e ela demanda a intervenção a partir de um conjunto de ações estatais para *escorar o valor das ações* nas palavras de Brenner (2002, p. 241 *apud* ALBUQUERQUE, 2013, p. 09). Uma destas saídas têm sido as mudanças tecnológicas e financeiras articuladas com outras para impulsionar contratendências à queda da taxa de lucro, tanto pela busca de novos mercados e novas regiões para a produção capitalista, quanto pela articulação do Estado nessas funções, dando nova dinâmica às mudanças estruturais que se refletem no reposicionamento do trabalho (ALBUQUERQUE, 2013, p. 12-13).

Tendo completado pouco mais de sete anos de sua erupção, os desdobramentos da atual crise seguem em curso e ainda há incertezas sobre seus efeitos e as possibilidades de uma nova e duradoura recuperação do sistema global. A manifestação da recessão ou mesmo estagnação e os problemas sociais daí decorrentes como desemprego e carestia se dá de forma desigual nas distintas latitudes, atingindo de maneira mais profunda alguns países ou de forma menos impactante outros, a depender de sua situação interna e do grau de dependência externa frente ao sistema econômico internacional. A globalização do sistema do capital necessariamente exprime a globalidade de sua crise estrutural. Portanto diante do patamar de internacionalização econômica, a interdependência entre os países não permite que aja exceção para não realizar os ajustes e adoção de medidas de

austeridade para mitigar os efeitos desta crise³⁸. Sob este cenário os papéis e títulos monetários se desvalorizam repentinamente nas Bolsas de Valores, incumbe-se ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e ao Banco Mundial o papel de ditar as diretrizes, ou seja, impor medidas de “ajuste econômico” popularmente conhecido como *política de austeridade* para “retomar o crescimento” e “evitar” que o sistema vá ao colapso total.

Para a classe trabalhadora que sente “na pele” os efeitos das medidas adotadas, isto significa a reorganização em escala internacional da exploração de sua força de trabalho como forma de elevar a taxa média de lucro e recompor a valorização dos capitais. Na União Europeia os níveis de desemprego permanecem elevados, próximo aos 30 milhões e em grande parte jovens. O caso da Grécia é bastante emblemático, mas outros países *eurodependentes* também passam pela recessão econômica. A economia chinesa que crescia num ritmo galopante nos últimos anos vem acumulando ondas sucessivas de baixo crescimento (considerado para os padrões chineses), com variação negativa do PIB nos últimos anos de menos 3%, declinando de 10.6% em 2010 para 7.4% em 2014³⁹.

Somado a isso, a explosão recente do deslocamento massivo de pessoas fugindo de guerras, da fome, do desemprego e toda sorte de problemas, aguça ainda mais os efeitos perversos que está na essência da globalização capitalista. Este acontecimento de grande repercussão mundial também nos provoca a refletir sobre as implicações inerentes à mobilidade do trabalho, que vai além da questão da oferta e demanda (rotatividade) da força de trabalho ou da enganosa pregação burguesa da “mobilidade social” (setorial) para os despossuídos, que não torna mais democrática a ordem estabelecida e, menos ainda, altera a divisão hierárquica de classe fundamental e fundante da subordinação do trabalho. Enquanto na escala internacional o capital se utiliza de uma fluidez e mobilidade total sobre o espaço para maximização dos lucros (pode migrar na velocidade da luz de uma região à outra ou entre países), a mobilidade do trabalho se depara com “imensos obstáculos práticos

³⁸ O caso grego tem sido muito didático nesse sentido com a obstrução das pretensões político-econômicas do Partido Syriza pela ação conjunta da Comissão Europeia, o Banco Central Europeu e o FMI (a chamada *troika*) diante dos impasses da crise que assola o país na zona do euro. Maiores informações em: <www.cartacapital.com.br/blogs/outras-palavras/grecia-x-troika-confronto-adiado-8078.htm>, acesso: 15/08/15.

³⁹ Dados verificáveis no sítio do Banco Mundial, acessados em 15 de julho de 2015.

e custos materiais proibitivos, pois deve sempre estar rigorosamente subordinada ao imperativo da acumulação lucrativa de capital” (MÉSZÁROS, 2011, p. 188).

Na atualidade a Organização das Nações Unidas (ONU) aponta para existência de mais de 200 milhões de migrantes em todo o mundo, uma comunidade em geral sujeita às vulnerabilidades e com proteções formais limitadas. “Muitos migrantes, se não a maioria, possuem direitos precários e enfrentam futuros incertos. Têm de conciliar a perda da dignidade, a ruptura das famílias e até mesmo o potencial de violência com a perspectiva de ganharem mais” (NAÇÕES UNIDAS, 2014, p. 22). Em seu relatório de 2014, intitulado “Sustentar o Progresso Humano: Reduzir as Vulnerabilidades e Reforçar a Resiliência”, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) ressalta os “aspectos positivos” deste progresso [das migrações] para o desenvolvimento humano como as oportunidades geradas de inovação, partilha de conhecimentos e de tecnologia, acesso a redes transnacionais, conexão das populações e partilha de recursos e capacidades mundiais; e chama à atenção para as “vulnerabilidades e aspectos comuns” dos fluxos migratórios internacionais nas oportunidades de fortalecimento da capacidade de resiliência dos indivíduos dos diferentes países e territórios. Discorrendo sobre os riscos deste processo sobre o “progresso humano”, o texto reúne em poucos parágrafos problemas “comuns” à humanidade como alterações atmosféricas e catástrofes naturais, conflitos e doenças transmissíveis, a alta volatilidade dos preços dos ativos financeiros, dos preços dos produtos de base e dos fluxos de capital. E diz que: “Cada uma dessas ameaças é única, contudo, partilham alguns aspetos comuns, cuja compreensão pode nortear a ação coletiva com vista a soluções eficientes e eficazes” (NAÇÕES UNIDAS, 2014, p. 113-114). Avaliando a evolução e fazendo um balanço prospectivo do desenvolvimento humano sem ir à raiz dos questionamentos, apontando, na maioria dos casos falsas soluções ou propostas mitigatórias para problemas estruturais do sistema mundial, a perspectiva das nações unidas ratifica que “as tendências gerais a nível mundial são positivas e que o progresso continua a ser uma realidade” mesmo que ajam vidas perdidas e “meios de subsistência e desenvolvimento comprometidos por crises e catástrofes naturais ou de origem humana” (NAÇÕES UNIDAS, 2014, p. 06).

Amparado nestas formulações podemos afirmar que o movimento autoexpansivo do capital retroalimentado pela existência de novos mercados está

chegando ao limite, desde o ponto de vista da ampliação da escala geográfica para sua reprodução. O fato óbvio da globalização que é a tendência à expansão absoluta do capital ou a unificação do mundo pelo mercado “chegou ao fim”, posto que, de acordo com a análise feita por Botelho (2013) não há mais uma fronteira externa para expansão capitalista. Nesta análise sugestiva, Botelho (2013) dimensiona a relação entre desenvolvimento do capitalismo e a crise através de suas expressões espaciais. O cientista social é taxativo ao afirmar que:

Ainda que possa existir uma ou outra área do planeta ainda não totalmente incorporada ao mundo da mercadoria e do dinheiro, a dimensão dessas áreas não é suficiente para resgatar o capitalismo e colocá-lo num novo ciclo de expansão. [...] o capitalismo chegou ao seu *limite de expansão geográfica externa*: não há mais possibilidade de criar um novo mercado externo para salvá-lo dessa condição crítica. A globalização representa, portanto, o ápice desse processo de expansão geográfica externa, para além do qual não há mais exterioridade. (BOTELHO, 2013, p. 04).

Interessante citar que Marx no livro dos Grundrisse (MARX, 2011a), esclarece em suas anotações que para o capital é intolerável à existência de limites para sua expansão, por isso estes aparecem como barreiras a serem superadas. Seguindo por este caminho, Harvey (2011, p. 46) recorda que nestes textos, ainda que na forma de rascunhos, Marx “contrasta o ilimitado potencial de acumulação monetária, por um lado, com os aspectos potencialmente limitadores de atividade material (produção, troca e consumo de mercadorias), por outro”; neste sentido (e na mesma página) também observa que “há, portanto, dentro da geografia histórica do capitalismo, uma luta perpétua para converter limites aparentemente absolutos em barreiras que possam ser transcendidas ou contornadas”. E, mais adiante, complementa o geógrafo britânico:

O capitalismo, com efeito, deve gerar e internalizar a sua própria demanda efetiva se quiser sobreviver em condições em que as possibilidades externas estão esgotadas. Se ele falhar ao fazê-lo, como é atualmente o caso, por causa das barreiras à expansão continuada da produção, segue-se uma crise (HARVEY, 2011, p. 96).

O fato de estarem esgotadas as possibilidades externas para realização do valor-excedente, ou seja, uma limitação objetiva ao seu movimento autoexpansivo e esta ser a condição insuprimível própria da lógica do sistema produtor de mercadorias, é o que caracteriza a fase potencialmente destrutiva do capital. Isso quer dizer, como mostra a arguta análise de Mészáros (2011), que as barreiras postas hoje são de uma

ordem diferente àquelas correspondentes a “fase ascendente de seu desenvolvimento sistêmico”.

Enfrentamos as perigosas condições da crise estrutural do capital porque essa forma de controle sociometabólico não está mais em posição de *deslocar* suas contradições e antagonismos inerentes sem ativar ao mesmo tempo os limites intransponíveis do próprio sistema. (MÉSZÁROS, 2011, p. 19).

Ao lado da ausência da possibilidade de deslocamento das contradições e dos antagonismos inerentes ao sistema de sóciometabolismo do capital, se coloca a ameaçadora preocupação sobre a trágica destinação histórica da humanidade. Ou rompemos com a forma metabólica do capital e construímos uma ordem social distinta, emancipada e autossustentada ou a humanidade sucumbirá diante da expressividade da destruição capitalista. Enquanto a classe trabalhadora não estiver suficientemente organizada para impor uma nova ordem que destrua e supere o sistema do capital, este, inexoravelmente irá buscar as formas de autorrecuperação das crises que lhe são inerentes, mesmo que isso custe a própria existência humana na terra.

3.1 Influxo de capitais e a internacionalização do agrohidronegócio canavieiro

O surgimento do *agribusiness*, da qual deriva-se o termo agronegócio, representa a busca do capital pela maximização dos lucros no campo, através da formação de cadeias de valor. Ao lado de um volumoso aporte financeiro, integrado por diversas esferas de capitalistas, está a ampla necessidade de terras, de apropriação da natureza e exploração do trabalho. Portanto, é insuprimível a formação de uma espacialidade adequada à finalidade reprodutiva deste tipo de capital.

Com as atenções para a relação dialética da influência do momento da circulação sobre a produção, Marx (2011) muito bem observou as particularidades deste aspecto denominado por ele de *condição espacial* ou *momento espacial* do processo de circulação que exerce influência decisiva sobre a produção do capital. O autor assevera: “considerada do ponto de vista econômico, a condição espacial, o levar o produto ao mercado, faz parte do próprio processo de produção” (MARX, 2011a, p. 440) e segue argumentando:

Todavia, esse momento espacial é importante, na medida em que a extensão do mercado, a possibilidade de troca do produto, está relacionada com ele. A redução dos custos dessa circulação real (no espaço) faz parte do desenvolvimento das forças produtivas pelo capital, diminuição dos custos de sua valorização (MARX, 2011a, p. 440-41, grifo do autor).

Marx também diz que esta condição ou momento espacial, enquanto condição de existência externa para o processo econômico da circulação pode ser igualmente computado nos *custos de produção* da circulação, de modo que a própria circulação aparecerá não somente como momento do processo de produção em geral, mas como momento do processo de produção imediata.

Traçando um paralelo com o movimento de reestruturação ocorrido no Brasil nos últimos 15 anos, é possível observar que foi objetivado a construção de *condições espaciais* necessárias à revigoração da acumulação de capital, vide a redução dos custos de circulação com volumoso investimento em infraestruturas; expansão do crédito para favorecer as condições para produção; expansão do mercado consumidor de produtos básicos; equilíbrio fiscal e monetário; estabilidade na balança comercial, etc.

No plano teórico e político o período inaugurado com a eleição de Lula em 2003, até o fim do primeiro governo Dilma, vem sendo objeto de polêmicas e debates intensos para caracterizar o modelo de desenvolvimento aplicado. Se durante os anos 1990 a tônica foi atender as exigências imediatas do capital em crise através da restauração via o tripé do projeto neoliberal: “flexibilização” da produção e das relações de trabalho; “desregulamentação” das relações comerciais e dos circuitos financeiros; e “privatização” do patrimônio estatal (NETTO, 2012); a partir dos anos 2000, o plexo de contradições gestadas na década anterior termina por instaurar uma frente política tida como *neodesenvolvimentista* de base ampla e heterogênea (dirigida por setores da burguesia interna e com participação de camadas populares), dando sustentação aos sucessivos governos Lula-Dilma e propiciando a retomada do crescimento econômico do capitalismo brasileiro, concomitante à política de transferência de renda, ainda que dentro dos limites do modelo liberal vigente, conforme a formulação de Boito Junior (2012).

Partindo de outro eixo interpretativo no cerne desse debate, Reinaldo Gonçalves vai apontar que no período de 2003 a 2010 houve uma inversão da ideologia do nacional-desenvolvimentismo que marcou as décadas de 1930 e 1980,

assentada no trinômio: industrialização substitutiva de importações, intervencionismo estatal e nacionalismo, por isso denomina o período inaugurado com a eleição de Lula como sendo da vigência do *nacional-desenvolvimentismo às avessas* (GONÇALVES, 2011). Sua análise é sustentada a partir dos dados que comprovam esta inversão na política econômica baseada na desindustrialização, dessubstituição de importações, reprimarização das exportações, maior dependência tecnológica, maior desnacionalização, perda de competitividade internacional, crescente vulnerabilidade externa estrutural em função do aumento do passivo externo financeiro, maior concentração de capital e crescente dominação financeira, subordinando a política de desenvolvimento à política monetária para controle da inflação. Contrariamente, o plano estratégico do Nacional Desenvolvimentismo estava focado no crescimento econômico e baseava-se na mudança da estrutura produtiva com a industrialização substitutiva de importações e na redução da vulnerabilidade externa estrutural, inclusive fortalecendo o poder político e econômico da burguesia industrial em detrimento dos grandes proprietários de terras (GONÇALVES, 2011, p. 01).

No que toca a estrutura produtiva houve entre 2002 e 2010 uma redução na participação da indústria de transformação dentro do PIB de 18% para 16%, com taxa de crescimento real do valor adicionado em 2,7%. No mesmo período esta taxa de crescimento foi de 5,5% para a mineração e 3,2% para a agropecuária, confirmando o viés *primarizante* da economia brasileira pró-mineração e pró-agropecuária que corresponde justamente à fase de ascensão dos preços das *commodities* no mercado mundial (GONÇALVES, 2011, p. 02).

Isso refletiu no padrão de comércio e das exportações praticadas no país com sentida redução de produtos intensivos em tecnologia (de 13,1% em 2002 para 8,1% em 2010) e aumento do comércio de produtos das indústrias de média e baixa tecnologia que cresceu de 21,7% em 2002 para 25,1% em 2010; reforçando a dependência tecnológica com maior importação de bens e serviços relativos aos gastos com ciência e tecnologia (inovação) no próprio país. Não obstante houve um aumento da participação do capital estrangeiro na economia, fato evidenciado quando se constata que são estrangeiras 26 das 50 maiores empresas brasileiras (as que compõem o “núcleo central” do capitalismo no Brasil), respondendo por uma participação superior a 40% das vendas realizadas pelo conjunto deste grupo (GONÇALVES, 2011, p. 04-06).

É fato notório que nos últimos 12 anos o país passou por uma reorganização espacial na forma de reproduzir o capital, processo ao qual ingressou o país definitivamente no bojo do capitalismo monopolista, marcado pelo aprofundamento de sua subordinação e dependência externa ao capital internacional. A esse domínio e expansão das empresas multinacionais se inter-relacionam três processos simultâneos de acordo com Oliveira (2014), baseado na formulação de François Chesnais (1996): (i) a produção capitalista internacional, (ii) a necessidade de movimentos internacionais de capitais e, (iii) a existência de ações governamentais em nível mundial.

O processo de internacionalização decorreu dos processos de evolução de diferentes setores industriais a partir de uma crescente integração dos fluxos de conhecimentos técnicos, matérias-primas, bens intermediários, produtos e serviços finais através de diversos países do mundo. (OLIVEIRA, 2014, p. 2081).

Esta interpretação da mundialização da agricultura brasileira tem como base o processo de multinacionalização originado a partir da crise interimperialista, quando da “transformação das empresas nacionais em empresas internacionais e multinacionais através da expansão por diferentes países via abertura de filiais, aquisições, fusões, associações etc.”, que, segundo o autor, possibilitou o surgimento de “empresas mundiais decorrente da abertura de seus capitais e da venda de suas ações nas diferentes bolsas de valores do mundo” (OLIVEIRA, 2014, p. 2081).

A fusão e aplicação de capitais norte-americanos na Europa e na Ásia passaram a demandar maior amplitude da mobilidade espacial do capital, por isso foi tão importante o acordo de Bretton Woods, a criação do Banco Interamericano para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial, para assegurar a fluidez do capital em sua fase potencialmente expansionista e igualmente manipulatória no período iniciado após o término a segunda guerra mundial (MÉSZÁROS, 2011a).

Procurando dar base a uma análise crítica e totalizante do processo de financeirização do capital, Chesnais (1996, p. 18) alerta que a palavra ‘globalização’ ou ‘mundialização’ representa um convite imediato a escolher ou criar instrumentos analíticos que permitam captar uma totalidade sistêmica. Quer dizer, empreender análise da totalidade sistêmica “não apenas no tocante ao conceito de capital, que deve ser pensado como unidade diferenciada e hierarquizada”, mas também das

relações políticas de rivalidade, de dominação e de dependência entre Estados para entender a economia mundial.

A mundialização do capital e a pretensão do capital financeiro de dominar o movimento do capital em sua totalidade não apagam a existência dos Estados nacionais. Esses processos, no entanto, acentuam os fatores de hierarquização entre os países, ao mesmo tempo que redesenham sua configuração (CHESNAIS, 1996, p. 18).

No momento imediatamente posterior à sua irrupção os imperativos do mercado financeiro passaram a reorganizar o fluxo global de capitais para países até então menos afetados economicamente como China e Brasil, objetivando a revalorização. Os capitais monetários (muitas vezes produtos genuínos da especulação financeira) deslocaram-se em direção aos capitais produtivos, subordinando o setor produtivo ao capital financeiro internacional.

Os fatores que explicam esse redirecionamento dizem respeito a uma análise objetiva das possibilidades de retomada de lucros em setores e países do espaço global. A análise econômica das variáveis de mercado, taxas de juros, encargos, desempenho empresarial, estabilidade política e financeira dos países, estados ou regiões foco dos capitais são prerrogativas que objetivamente incidem na decisão e direcionamento dos capitais. A dinâmica da geopolítica, ou melhor, a análise geoeconômica cumpre o papel de mostrar ao investidor os riscos e vantagens em se aplicar recursos num país ou num setor “x” ou “y”. Nesta movimentação à procura de “mercados promissores” os analistas e consultores fazem um rígido balanço prévio de mercado sobre os riscos e possibilidades de maior remuneração nos países e setores econômicos alvos do investimento. Ainda que equacionadas todas as variáveis, os riscos não deixam de existir e a “reação e comportamento” dos investidores frente aos riscos iminentes definem as alternâncias de “humor” do mercado, assim como aparece nos noticiários. Por estes motivos a dimensão geográfica tem importância decisiva para o direcionamento de novos investimentos, considerando a velocidade da reprodução do ciclo (rotação) de capital, num determinado lugar e seus condicionantes espaciais.

Marx, como bem lembra Harvey (2005), já falava da supressão do espaço pelo tempo. O que estava contido nesta análise era a importância e o impacto que causaria as inovações tecnológicas e estruturais para aceleração dos fluxos e mobilidade das mercadorias sobre o meio, alterando assim, a própria condição

espacial. Contudo, na geografia histórica do capitalismo “é um incessante impulso de redução, se não de eliminação, de barreiras espaciais, associado a impulsos igualmente incessantes de aceleração da taxa de giro do capital” (HARVEY, 2005, p. 86). Na mesma página, o autor argumenta que a forte tendência à chamada globalização é um exemplo de esforço contínuo da lógica do capital em comprimir a relação espaço-tempo, transformando permanentemente a escala geográfica da paisagem na qual se realiza as atividades capitalistas.

A perspectiva geográfica de Milton Santos (2003) ao abordar a questão locacional para a fixação de capitais considera na teorização sobre a natureza do espaço que:

Cada lugar, pelos modos de produção que abriga, torna-se assim capaz de, num dado momento, atribuir taxas específicas de lucro a cada fração de capital e de remunerar diferentemente também os diversos segmentos da mão-de-obra empregada. E continua asseverando: Cada lugar é, então, definido por uma combinação particular de modos de produção concretos, isto é, por uma forma particular da dialética entre as forças produtivas e as relações de produção. O “valor” do capital é, também, função de sua localização, se bem que o capital possa, por sua vez, modificar o valor do lugar. Quanto aos homens, “segundo o lugar que ocupam no espaço, eles não têm o mesmo valor nem as mesmas oportunidades (perspectivas de valor)”. (SANTOS, 1975a; 1978 *apud* SANTOS, 2003, p. 155).

Esta passagem nos interessa por que advoga que a absorção da força de trabalho, o estabelecimento das relações capitalistas de produção, produz e redefine o espaço social de inter-relação no lugar. A apropriação do lugar pelo capital é seletiva, dada por sua localização espacial, assim como também é seletiva a valorização dos sujeitos por sua posição ocupada na divisão social hierárquica do trabalho. Ele [o capital] provoca uma “revalorização” do lugar e de suas funções através das construções, infraestruturas, conhecimentos e configuração das relações sociais de produção para a finalidade da acumulação.

Os grandes capitais, representados essencialmente pelas companhias e empresas multinacionais, obedecem a uma lógica que é ao mesmo tempo internacional, por sua dispersão geográfica, e interna aos grupos financeiros que estão numa situação de concorrência. A localização no interior do país obedece à regra do lucro, porém, na escolha dos países, as preocupações com a segurança do investimento não estão ausentes. Os países considerados politicamente estáveis atraem mais os grandes capitais. [...] O objetivo final, em toda parte, é o aumento do lucro e a extração de uma taxa máxima de excedente. Se atualmente as firmas multinacionais transferem seus investimentos para o Terceiro Mundo, isto está ligado à baixa de lucro nos países capitalistas centrais. (SANTOS, 2003, p. 151).

Apesar da situação de concorrência entre os capitais, todos correm atrás deste mesmo objetivo que é o lucro, em alguns casos a sobrevivência de um significa a extinção de outro. A cada empreendimento encerrado, três novos se abrem e vice-versa. Na corrida por obter lucro rápido e fácil sob as condições dadas pela globalização, uma informação nova ou antecipada sobre um possível investimento “pode render milhões”. E aqui entram em cena os expedientes perniciosos e corruptores do capital para lograr dispor de tais informações privilegiadas para operar seus negócios.

A descoberta de algo excepcional e potencialmente rentável como exemplo, a descoberta de uma reserva de petróleo a ser explorada num determinado país, no momento de forte demanda deste produto no mercado internacional, é uma forte motivação para fixação de capitais. O surgimento de excedente novo e largamente ampliado a partir do efeito-multiplicação proveniente da extrema exploração do trabalho é resultado desse processo de penetração dos grandes capitais nessas regiões interioranas.

Do ponto de vista dos rentistas internacionais do Estado brasileiro, foram positivas as negociações feitas por Pedro Malan para renegociação da dívida externa do país entre os anos de 1992 e 94, período no qual foi presidente do Banco Central do Brasil no governo Itamar Franco e ministro da Fazenda no governo FHC. Com a adesão ao *Plano Brady* – e todas as imposições liberalizantes que ele representou -, a econômica interna passou a ter maior estabilidade da moeda, concatenada na criação do Plano Real em 1994. Com estas medidas, depois de superado a crise cambial daquela década, foi possível retomar a oferta de crédito e os investimentos, sobretudo para o empresariado rural. Para a estruturação de um pacto de economia política que passou a articular a acumulação de capital no meio rural como política de Estado, quer dizer: “a expansão das cadeias agroindustriais, do sistema de crédito público e do mercado de terras, coetânea à expansão dos mercados mundiais de ‘commodities’” (DELGADO, 2010, p. 112).

O conjunto de medidas adotadas pelo governo FHC nos anos finais do seu mandato, mesmo que de forma não estruturada, impulsionou o relançamento do agronegócio justamente no momento em que o mercado mundial passou a demandar grande volume de produtos primários como soja, milho, açúcar, álcool, carnes, celulose de madeira e minérios; produtos estes que irão dominar a pauta de

exportações brasileiras entre 2000-2010, mantendo o equilíbrio externo e o superávit da balança comercial, como detalha a análise de Delgado (2010).

O sucesso aparente da solução exportadora significará na primeira década do século XXI uma quadruplicação do seu valor em dólares – o valor médio anual das exportações de 50,0 bilhões de dólares no período 1995/99 cresce para cerca de 200,0 bilhões no final da década de 2000; mas o grande campeão dessa evolução é a categoria dos produtos básicos, que pula de 25% da pauta para 45% em 2010. (DELGADO, 2010, p. 114)

Esse sucesso foi aparente, pois já no segundo mandato do governo Lula houve um recrudescimento no equilíbrio do comércio exterior fortemente abalado com o estouro da crise em 2008. A remuneração dos capitais estrangeiros aportados no país não será compensada pelo volume das exportações líquidas, o que novamente irá impelir ao saldo negativo nas contas correntes e o refluxo na balança comercial. Ainda que todas as fichas estivessem apostadas nos saldos comerciais do setor primário-exportador, para solucionar um problema estrutural da crise. A saída encontrada foi justamente fortalecer este setor a partir do sistema de crédito.

Tomando como referência os anos de 1990/92, a variação do Índice de Valor Real do Crédito concedido pelo Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) atingiu 186,29% em 2006/08 e 244,15% no ano de 2010. Esses valores somam uma média anual de despesa pública com subvenções - crédito e Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) - superior a sete bilhões de reais entre 2003 e 2010, com base nos dados apurados por Delgado (2010, p. 117).

Como veremos, o fortalecimento da participação dos capitais estrangeiros na economia brasileira, especialmente no setor primário – no agronegócio, na mineração e extração de petróleo – deve-se ao influxo dos investimentos diretos, sobretudo dos EUA onde a crise financeira teve seu estopim. Em 2000 o setor primário respondia por 2,3% do estoque de Investimento Estrangeiro Direto (IED) no país, no entanto, entre os anos de 2003 e 2009 este setor respondeu por uma fatia de 15,4% do influxo destes capitais acumulado no período (BCB, 2015). O desdobramento direto desse processo reflete na crescente desnacionalização e concentração de capitais, sendo que as 50 maiores empresas passaram a controlar praticamente metade (48,7%) de todas as vendas realizadas pelo conjunto das 500 maiores empresas brasileiras (GONÇALVES, 2011, p. 12-13).

O Brasil desde meados do século XX, quando passou por estágios de “modernização” da estrutura produtiva e sobressaltos de crescimento econômico, foi foco dos investimentos externos em vários momentos. Entre as décadas de 1960 e 1980 grandes volumes de investimentos entraram no país, mas no final dos anos 1980⁴⁰ perdeu espaço para os países do Leste europeu recém-saídos da União Soviética⁴¹ e que apresentavam, em alguma medida, expectativas quanto à restauração capitalista. Com o auge da globalização e do mercado financeiro intensificou-se o fluxo de capitais e também de investimentos. “Atualmente, o Brasil disputa com economias emergentes, como Índia, China e África do Sul”, é o que argumenta Andrea Wolffenbüttel (2006), da revista “Desafios do desenvolvimento”, editada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, em conjunto com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

O cenário da crise econômica, de profunda desvalorização dos ativos financeiros e insegurança sobre os capitais, faz com que ocorram constantes alterações quanto à origem e o destino dos investimentos. Parte dos capitais fictícios é aplicada unicamente para fins especulativos, mas outra parte se materializa na estrutura produtiva dos países e se fixam por prazos mais longos, com relativa “estabilidade” diante das crises, são os Investimentos Estrangeiros Diretos (IED)⁴².

Os relatórios das Nações Unidas sobre investimentos internacionais e desenvolvimento nos anos de 2011 e 2013 evidenciaram que mesmo com a redução

⁴⁰ Os anos 1980 e 1990 foram marcados por um intenso aumento das ‘transações internacionais’, a economia mundial estancou em decorrência da superprodução e do baixo consumo, isso reduziu a ‘exploração da capacidade produtiva’ e, conseqüentemente os lucros das empresas, que passaram a direcionar seus fundos para o exterior, alimentando assim a especulação financeira (OLIVEIRA, 2009, p. 95).

⁴¹ Simbolicamente a derrocada da União Soviética (URSS), foi fortemente marcada pela queda do muro de Berlim em nove de novembro de 1989.

⁴² De acordo com a Receita Federal os investimentos estrangeiros podem ser efetuados tanto na forma de investimentos diretos como de investimentos em carteira ou portfólio, quando inferior a 10% das ações da empresa. O investimento direto é caracterizado quando é igual ou superior a 10% das ações ordinárias ou preferenciais que permite o direito a voto na empresa. Divide-se em duas modalidades: participação no capital e empréstimo intercompanhias. A particularidade deste investimento, na forma de IED, é que parece ser mais resistente do que o investimento em carteira frente “às crises financeiras nos países receptores, pois resulta de decisões de longo prazo, não sendo, por isso, afetado pela conjuntura de curto prazo. Em determinados casos, uma queda no preço das ações combinada com a desvalorização cambial pode até atrair o investimento direto estrangeiro” (BRASIL, 2015). Corroborando esta definição Wolffenbüttel (2006) diz que esse tipo de investimento é o mais interessante porque “os recursos entram no país, ficam por longo tempo e ajudam a aumentar a capacidade de produção, ao contrário do investimento especulativo, que chega em um dia, passa pelo mercado financeiro e sai a qualquer momento”.

do fluxo global de capitais estrangeiros após a crise (o fluxo decaiu de US\$2 trilhões em 2007 para US\$1,2 em 2009), os países “em desenvolvimento” ou em transição econômica passaram a ter maior participação no recebimento destes capitais (UNCTAD, 2013 *apud* ALBUQUERQUE, 2013, p. 10). O objetivo das empresas que direcionam os investimentos estrangeiros está diretamente alinhado ao alargamento dos seus lucros através da “captura de parcelas de mercado” em outros países e aproveitamento do processo de abertura ou mesmo formação de novos oligopólios nacionais nos ditos países em desenvolvimento.

As estruturas oligopolistas e as barreiras à entrada deixam poucas opções às empresas dos países em desenvolvimento para ter acesso a um mercado maior e cobrir algumas distâncias do seu atraso tecnológico a não ser transferindo parte do seu capital para as empresas estrangeiras (BRASIL, 2015, p. 01).

O fluxo dos investimentos estrangeiros dá uma medida sobre o grau de internacionalização econômica de um dado país pela influência que exercem nas empresas onde participam e evidenciam os setores mais dinâmicos e com maior capacidade de produzir resultados ou maior capacidade e eficiência na valorização e especulação dos capitais investidos (por exemplo, no caso de abertura do capital ou venda dos ativos das empresas no mercado de ações). Em todo o caso, os IED's possuem maior estabilidade a médio e longo prazo (dimensão intertemporal), “pois os investimentos são seguidos pelos fluxos de produção, venda e lucros, com um certo atraso” além das implicações na “transferência de direitos patrimoniais” (BRASIL, 2015, p. 01).

Os estudos técnicos e mais detalhados sobre a “característica” dessa modalidade de investimentos consideram que os IED's estimulam a transferência de tecnologia para os países receptores, além de expandirem o comércio, criarem empregos, acelerando o desenvolvimento econômico, as exportações e a integração ao mercado global (MORAES *et al.*, 2010). Como é possível observar (Tabela 1 e Gráfico 2), o influxo de investimentos estrangeiros aumentou maciçamente no Brasil nos últimos anos, impulsionando especialmente setores da produção industrial, de matérias primas e extrativa-mineral. O agrohidronegócio canavieiro recebeu parte significativa dos investimentos externos, avalizados e assegurados em larga medida pelos investimentos domésticos realizados pelo maior banco público nacional, o BNDES.

Tabela 1 - Investimento Estrangeiro Direto no Brasil – Participação no capital

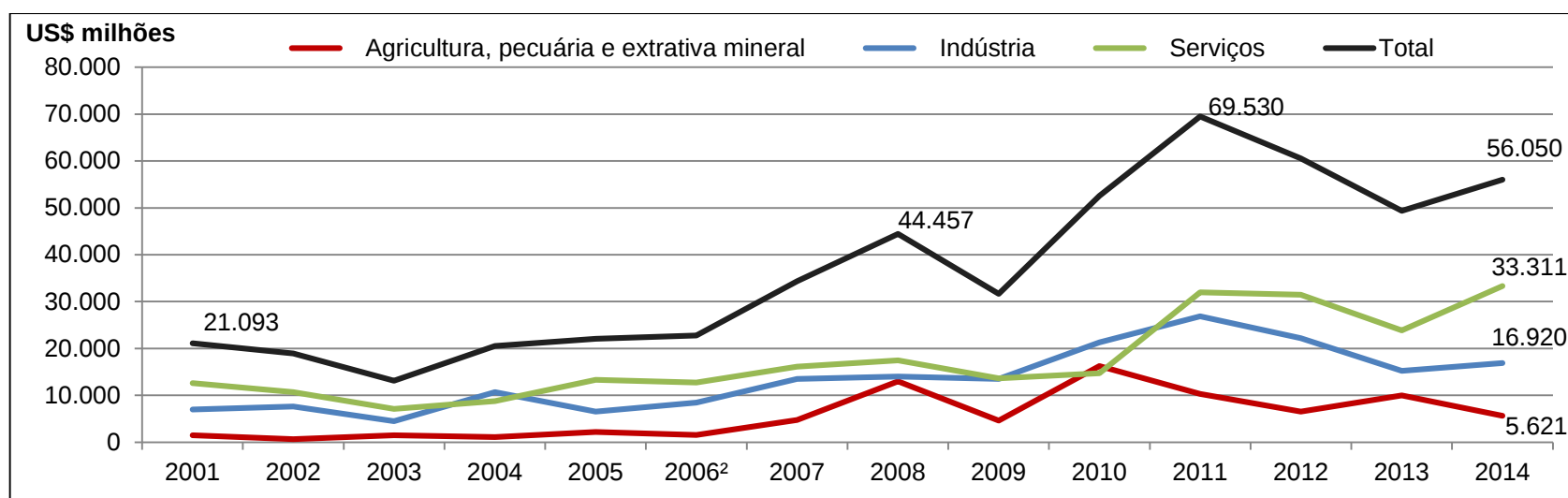
	US\$ milhões													
Setor ¹	2001	2002	2003	2004	2005	2006 ²	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Agricultura, pecuária e extrativa mineral	1.494	638	1.482	1.071	2.194	1.542	4.751	12.995	4.597	16.261	10.297	6.528	9.990	5.621
Indústria	7.001	7.617	4.480	10.699	6.529	8.462	13.481	14.013	13.481	21.273	26.837	22.206	15.218	16.920
Serviços	12.598	10.705	7.126	8.772	13.321	12.765	16.103	17.449	13.601	14.702	31.987	31.444	23.877	33.311
Total	21.093	18.960	13.087	20.542	22.043	22.769	34.335	44.457	31.679	52.583	69.530	60.543	49.342	56.050

1-Distribuição conforme Classificação Nacional de Atividade Econômica (CNAE) versão 1.0.

2-A partir de 2006 segue a Classificação Nacional de Atividade Econômica (CNAE) versão 2.0.

Fonte: Elaboração própria com base em dados do Banco Central do Brasil (BACEN, 2015).

Gráfico 2 - Investimento Estrangeiro Direto - Participação no Capital (2001-2014)



Fonte: Elaboração própria com base em dados do Banco Central do Brasil (BCB, 2015).

Como desdobramentos do impacto da crise deflagrada no segundo semestre de 2008, podemos observar a partir do gráfico e tabela acima apresentados que houve uma ligeira queda nas cifras do influxo de capitais entre 2008 e 2009, que somou U\$13,4 bilhões de dólares; decaindo de U\$43,8 bilhões no primeiro ano para U\$30,4 bilhões em 2009. Na retomada pós-crise, o influxo de capitais foi ainda mais forte, atingindo já em 2010 aproximadamente U\$50 bilhões e tendo seu ápice em 2011 com entrada de cerca de U\$65 bilhões de dólares no país, passando novamente a declinar a partir de então. Outro destaque importante é o crescimento desta modalidade de investimento sobre o setor agrícola a partir do ano de 2006, atingindo um nível praticamente equiparado ao da indústria em 2008 (ano da crise) e superando o setor de serviços em 2010, no seu ponto de maior crescimento nessa série histórica.

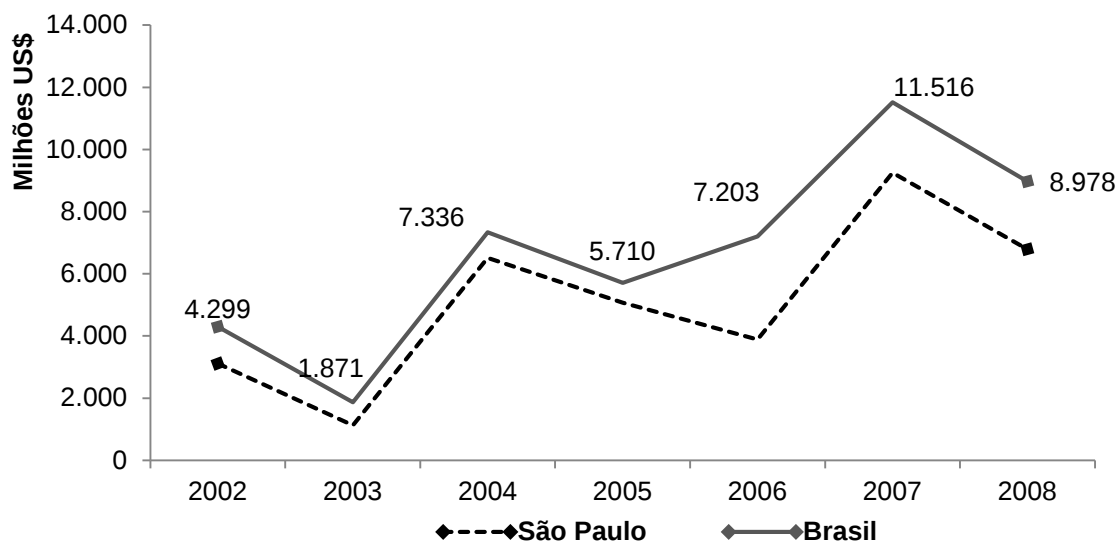
Como citamos anteriormente, houve uma queda desse tipo de investimento no mundo em termos absolutos, o que demonstra serem bastante sensíveis aos efeitos da crise e, ao mesmo tempo, por conta da crise procuram se ancorar nos setores mais 'estáveis' da economia do ponto de vista do lucro, ou seja, maior presença nos setores vinculados mais à dinâmica produtiva e menos nos mercados especulativos. Por este motivo houve uma reconfiguração na fixação desses capitais para os países chamados de "emergentes" na economia global, a exemplo do Brasil e o grupo de países do denominado BRICS, como mostra Albuquerque (2013).

Esta mudança de rota tem uma única justificativa, que é a busca pela valorização dos capitais, por isso o investimento foi em cadeias em ascensão no mercado internacional e com alta taxa de retorno como o mercado das commodities, de biocombustíveis e de terras, como comprova as conclusões do estudo de Alvim e Moraes (2013, p. 118-119): "o processo de internacionalização das cadeias produtivas brasileiras, juntamente com os melhores preços das *commodities* e a potencialidade das terras brasileiras para produção de biocombustíveis, tem estimulado a atração de um maior volume de IED".

Por ser o estado no qual o capital agroindustrial canavieiro está mais densamente constituído, São Paulo concentra também o maior influxo dos investimentos estrangeiros direcionados ao setor. É possível perceber no gráfico abaixo (Gráfico 3) que num curto período de tempo (sete anos), de 2002 a 2008, o estado paulista recebeu mais de US\$35,7 bilhões de dólares. Uma média de US\$5,1

bilhões por ano e que corresponde a mais de 70% do total de IED no país (ALVIM; MORAES, 2013, p. 116-117).

Gráfico 3 - Investimento direto estrangeiro em atividades do agronegócio (2002-2008)



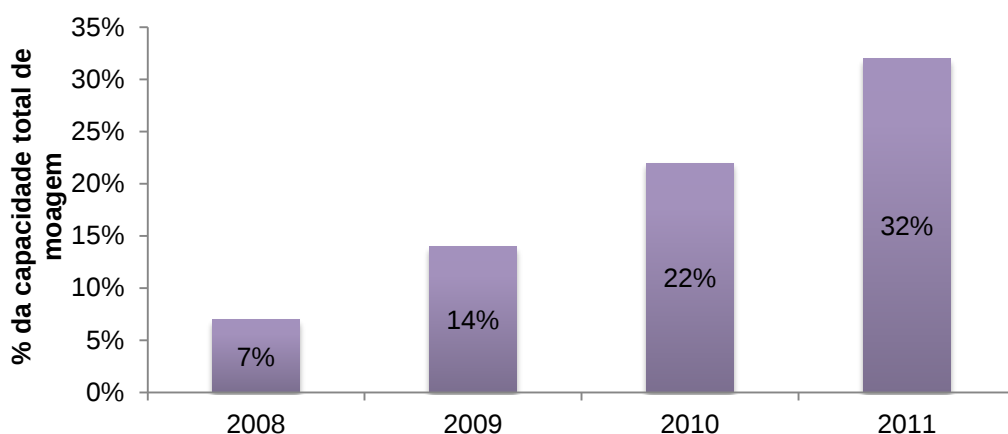
Fonte: Elaboração própria com base nos dados de Alvim e Moraes (2013).

Do ponto de vista dos investidores dos capitais, entre os atrativos para esta escolha dos investimentos no Brasil, positivamente pesou as vantagens sobre a taxa de retorno elevada, acompanhada do robusto investimento estatal via BNDES, as garantias de valorização do investimento externo e os recém-descobertos (na época) campos de exploração de petróleo e gás na camada do pré-sal. A entrada de capitais busca maior liquidez para seus investimentos por isso setores como extração mineral e de produção de commodities são atrativos pela “garantia” de rotação do capital e grau de retorno na forma de lucros. O principal atrativo para a entrada do capital estrangeiro no setor no contexto da crise, de acordo com Plínio Nastari (presidente da DATAGRO), foi a posição de destaque que o Brasil ocupa no mercado internacional como responsável pela exportação de 50% do açúcar mundial e 43% do etanol; além disso, aponta o fato de ter havido um crescimento de 48% deste setor no período de oito anos, enquanto que o resto do mundo teve uma queda de 1% (OLIVEIRA, 2013).

O reflexo direto da entrada deste imenso volume de capitais é a internacionalização da produção canavieira e maior dependência aos capitais estrangeiros; no que tange à produção a mecanização trouxe novos desdobramentos

para o trabalho agrícola: intensificação ainda maior do trabalho e o desemprego. Até o ano de 2013 havia sido investido em torno de US\$22 bilhões de dólares na compra de agroindústrias brasileiras, o que correspondeu neste mesmo ano ao controle de 33% da produção de açúcar e álcool no país por empresas e grupos econômicos estrangeiros, sobretudo do capital norte-americano, francês e inglês, mas também holandês, indiano, norueguês e japonês. Em 2006, quando se iniciou o movimento de abertura dos capitais a participação no setor era de apenas 3%. (OLIVEIRA, 2013). A ofensiva internacional no setor caminhou a “passos largos” no período posterior à grande crise aproveitando a “quebra” de várias unidades e a desvalorização do real; em quatro anos, a capacidade de moagem saltou 25% como demonstra o gráfico seguinte (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Participação de empresas estrangeiras na composição do capital agroindustrial canavieiro



Fonte: Adaptado de Pinto (2011).

Nota-se o forte aumento de investimentos diretos no setor a partir de 2008. No estudo feito por Maurin Pinto (2011) sobre os setores de origem destes capitais, no topo do ranking estão *tradings* e empresas petrolíferas, respectivamente na ordem dos 39% e 35%. Em terceiro lugar aparecem empresas de açúcar e álcool, na marca dos 18% dos IED's. Partindo de levantamento documental e ouvindo a opinião de especialistas e representantes do setor, a autora ilustra que variando entre a opinião mais otimista e menos otimista a participação percentual desses capitais no setor sucroalcooleiro em 2020 deverá situar-se entre 40% e 50% (PINTO, 2011, p. 148-149).

A geógrafa Ana Maria Soares Oliveira, que analisou com afinco os desdobramentos da entrada do capital financeiro no setor, afirma que:

O aumento do interesse dos investidores estrangeiros em adquirir participação acionária de grupos/empresas já consolidadas no âmbito do agronegócio canavieiro, ou mesmo na implantação de novos projetos deve-se, em parte, a possibilidade de internacionalização do uso do etanol, a partir do processamento da cana-de-açúcar. (2009, p. 103).

A entrada de capitais estrangeiros não só é correspondente à internacionalização das mercadorias etanol e açúcar, este na qualidade de *commodities*, mas também corresponde à própria dinâmica de mundialização da agricultura brasileira⁴³. A participação dos grupos econômicos e empresariais nacionais permanece hegemônica e possuem como característica comum a tríade concentração econômica produto da integração vertical e horizontal, a concentração territorial e a mundialização que fundiu a aliança de classe entre burguesias nacionais no plano mundial. Esta verdadeira territorialização monopolística a partir da dinâmica de fusões e aquisições empresariais aumentam seu controle sobre porções do território capitalista através da propriedade direta da terra ou via arrendamentos, formando os grupos monopolistas monocultores, conforme elaboração de Ariovaldo Umbelino (OLIVEIRA, *apud* BELLENTANI, 2015).

Para o diretor da União da Indústria da Cana-de-açúcar (UNICA), Antonio Pádua Rodrigues, a entrada do capital estrangeiro é bem-vinda, pois “não fosse ele, certamente não teríamos aumento da produção este ano. Os estrangeiros é que têm crédito, que estão investindo na modernização das indústrias e na renovação dos canaviais” (OLIVEIRA, 2013).

O estudo recente feito por Bellentani (2015) mostra o processo de monopolização no setor agroindustrial canavieiro com a formação dos conglomerados e atuação direta do capital internacional. Em período relativamente curto vários grupos agroindustriais mundializaram-se adquirindo ou fusionando com outras empresas formando *joint ventures*, como por exemplo:

⁴³ Esse tema vem sendo aprofundado pelo geógrafo e professor da USP, Ariovaldo Umbelino de Oliveira. A tese de Bellentani (2015) intitulada “A territorialização dos monopólios no setor sucroenergético” traz contribuições importantes e se apresenta como um desdobramento desses estudos.

- Raízen Energia S/A: criada a partir da fusão da Cosan S/A (51%) e Shell (49%);
- Odebrecht Agroindustrial S/A: que antes reunia os capitais da Odebrecht S/A (53%), BNDESPar (14,4%), Brenco (16,5%) e Sojitz Corporation (16,1%); e atualmente tem a própria Odebrecht S/A com participação majoritária de 99,8%;
- Grupo Bertin: distribuído entre as ações da Bertin S/A (70%) e o grupo Infinity Bio Energy (30%);

De acordo com levantamento realizado por Oliveira (2014 *apud* BELLENTANI, 2015) apesar do fortalecimento da presença do capital estrangeiro no setor canavieiro “o controle acionário dos grupos ainda se mantém majoritariamente nacional em 74,7%”. Sendo que dos 108 grupos apresentados, 17 são grupos estrangeiros, e, dois têm capitais divididos em 50% nacional e 50% estrangeiro. Entre os 12 principais grupos processadores de cana no Brasil, cinco são diretamente controlados por empresas estrangeiras: Grupos Biosev (Louis Dreifuss, França), Tereos Internacional S/A (França), Bunge (Holanda), Noble Group (China), e Renuka do Brasil (Inglaterra) (BELLENTANI, 2015, p. 98).

Com base na classificação feita por Bellentani (2015) sobre os grupos monopolistas territorializados comparecem as empresas Umoe Bioenergy, COCAL e Usina Conquista do Pontal (Odebrecht Agroindustrial), conforme já citamos, ambas são sediadas na região do Pontal do Paranapanema.

As operações de aquisições de unidades produtivas canavieiras, seja por grupo nacional/doméstico ou internacional/estrangeiro, levam em consideração o custo de aquisição da unidade já instalada, operação denominada *brownfield*, comparado ao custo para construção de novas unidades, chamadas *greenfield*. Esta observação apresentada no trabalho de Maurin Pinto (2011) a partir de entrevistas realizadas com especialistas mostra que o movimento destas operações de aquisição de empresas no setor é acentuado nos períodos de crise quando grande parte das empresas agroindustriais canavieiras encontra-se endividadas e/ou à beira da falência. A informação é verificada pela autora a partir da análise dos dados sobre aquisições no setor entre 1996 e 2011 no qual se constata o pico das transações no início dos anos 2000 com 11 aquisições em 2001 e, posteriormente, em 2008 (com

25), e 2010 (com 26), respectivamente períodos em que compareciam as dificuldades e incertezas sobre as empresas⁴⁴. Primeiro com o fim do Proálcool que as deixou “órfãs de pai e mãe” em meados da década de 1990. Em segundo, e atual, o reflexo direto da crise econômica que continua assombrando o setor, atraindo a atenção dos grupos capitalizados que “aproveitam as oportunidades do momento” para realizarem “aquisições oportunistas de empresas fragilizadas financeiramente” (PINTO, 2011, p. 139).

O estado de São Paulo concentra o maior volume da entrada de capitais estrangeiros e transações/aquisições do setor, não somente por sediar cerca de 60% das unidades em operação, mas também por responder aproximadamente por 65% da produção de cana-de-açúcar, açúcar e álcool, e sobretudo pela competitividade na produção canavieira devido a:

(a) boa infraestrutura logística; (b) proximidade com os mercados consumidores internos e com os principais portos do país; (c) condições climáticas e de solo propícias às variedades de cana existentes e (d) proximidade com os principais fornecedores de bens de capital e insumos em geral. (PINTO, 2011, p. 140).

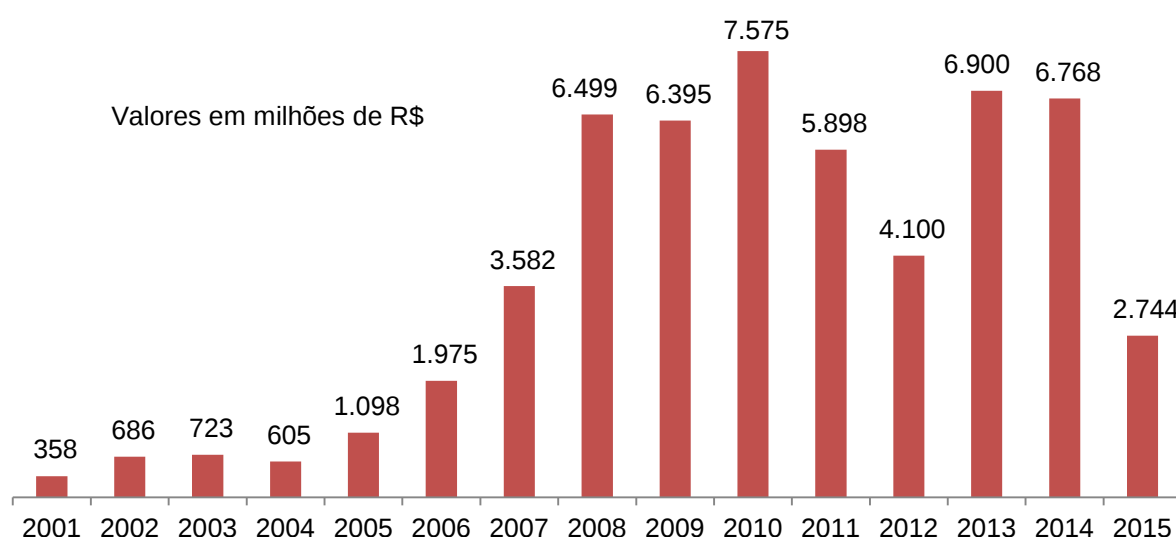
Sem sombra de dúvida esse processo de internacionalização do setor canavieiro foi sendo preparado ao longo dos anos com medidas institucionais, governamentais de incentivo e financiamento para consolidação da supremacia do agronegócio no campo. Neste sentido o Proálcool desempenhou papel central enquanto momento particular da chamada modernização retardatária, lastreada pelo capital fictício, dentro da universalidade da acumulação global, como defende Pitta (2011), ancorado nas formulações do marxista alemão Robert Kurz (1943-2012).

Referimo-nos à política de créditos e financiamentos desembolsados diretamente pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) ou repassados de forma indireta através de bancos públicos e privados. O Banco coordena o sistema de crédito/investimentos ao setor sucroenergético através dos programas: Programa de Apoio ao Setor Sucroalcooleiro (BNDES PASS), Programa de apoio à renovação e implantação de novos canaviais (BNDES Prorenova), bem como do Programa BNDES de Sustentação do Investimento (BNDES PSI) e dos

⁴⁴ Ainda segundo a autora (PINTO, 2011, p. 139) o primeiro auge de transações em 2000 e 2001 coincide com a entrada pela primeira vez de empresas do capital estrangeiro no setor, atingido maior crescimento em 2007 com a participação na compra de 18 empresas, 72% de um total de 25 operações registradas.

projetos contratados no âmbito do Programa de Apoio à Inovação Tecnológica Agrícola do Setor Sucroenergético (PAISS-Agrícola). Estas diversas linhas de financiamentos do Banco para o setor, envolve um montante vultoso de recursos o que torna difícil nosso trabalho de apurar com precisão estes dados. Verificando os documentos oficiais do BNDES, vimos também que há incompatibilidades entre um documento e outro. De toda forma, confrontando os dados disponibilizados temos uma estimativa da evolução dos financiamentos para o setor no período de 2001 a 2015 (Gráfico 5).

Gráfico 5 - Desembolsos do BNDES para o setor agroindustrial canavieiro no Brasil



Fonte: Elaboração própria, base de dados do BNDES (2013, 2015) e Milanez (2008 e 2011).

Esta projeção inclui todas as linhas de desembolsos do Banco (operações diretas e indiretas, automáticas e não-automáticas). Entre 2001 e 2004 há pouca alteração, mas a partir de 2005 o montante desembolsado pelo BNDES deslancha, atingindo pico histórico em 2010 quando foram direcionados mais de R\$7,5 bilhões para o setor. Este foi sem dúvida o período de forte crescimento e expansão produtiva da atividade canavieira – especialmente concentrada no Centro-Sul - impulsionada pela maior comercialização do etanol no mercado interno advinda do aumento vertiginoso da frota de veículos *flex-fuel*. De acordo com a Associação Nacional de Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) a frota nacional passou de 48 mil em 2003 para mais de 5,5 milhões de veículos em 2008. Somente de janeiro a maio de

2008 foram vendidos 988 mil novos veículos *flex* e consumidos cinco bilhões de litros de álcool, um aumento de 54,8% em relação a 2007 (MILANEZ, 2008, p. 05).

O fomento para o seguimento de cana-de-açúcar foi deliberadamente uma estratégia do Estado brasileiro para fortalecimento e suporte à sua internacionalização no mercado global, contando com a participação direta do próprio banco inclusive, através do fundo de participações BNDESPar, como identificado acima. Esta ação se deu sob:

a perspectiva de que Estados Unidos, Japão e União Europeia seriam potenciais consumidores, enormes montantes de crédito foram destinados ao setor. Durante o governo Lula, o financiamento para a indústria da cana chegou a R\$ 28,2 bilhões. Em 2010, foram destinados R\$ 7,4 bilhões para financiar desde o cultivo (R\$ 953 milhões) até a produção de açúcar e álcool (R\$ 5,6 bilhões) e a co-geração de energia (R\$ 665 milhões). (MILANEZ *et al.*, 2008 *apud* PITTA; MENDONÇA, 2012, p. 08).

Segundo analistas do próprio setor⁴⁵ a perspectiva do BNDES era de que seriam investidos R\$ 3,807 trilhões no quadriênio 2013-2016 em setores da indústria e infraestrutura, beirando 30% a mais do que no anterior. Apontam que a partir de estudo realizado pelo próprio BNDES, houve uma redução de capitais investidos em extração mineral (-15,1%), siderurgia (-21,4%) e o setor canavieiro com recuo equivalente a 90,2% comparativamente ao quadriênio anterior. A explicação do Banco é a desaceleração dos segmentos no período de maior investimento de 2008-2011 e em relação ao setor canavieiro “não encontrou projetos significativos”, além do alto nível de endividamento de empresas, por isso a “contenção e redução da alavancagem” (SCHARR, 2013).

O peso da participação do BNDES em algumas empresas e setores da economia, via de regra é decisivo para a sustentação lucrativa no mercado internacional e atração de investimentos externos, por isto cumpre um papel de “indutor” do desenvolvimento capitalista. Nesta perspectiva, a definição sobre qual empresas ou setor; onde será direcionado; e quando conceder os financiamentos, além de decisões econômicas, certamente partem de definições políticas sobre quais grupos econômicos e setores da burguesia será fortalecido pelo aparato estatal. Não obstante num contexto de forte crise financeira e política como o atual, sem dúvida

⁴⁵ Referimo-nos aos articulistas e periodistas que analisam e divulgam informações referentes ao setor em jornais, panfletos, revistas, portais e sites. As informações citadas estão disponíveis em: <www.novacana.com>, acesso em: 21 de ago. 2015.

que estas mediações terminam ou sendo frustradas, ou revistas no ordenamento das prioridades político-econômicas.

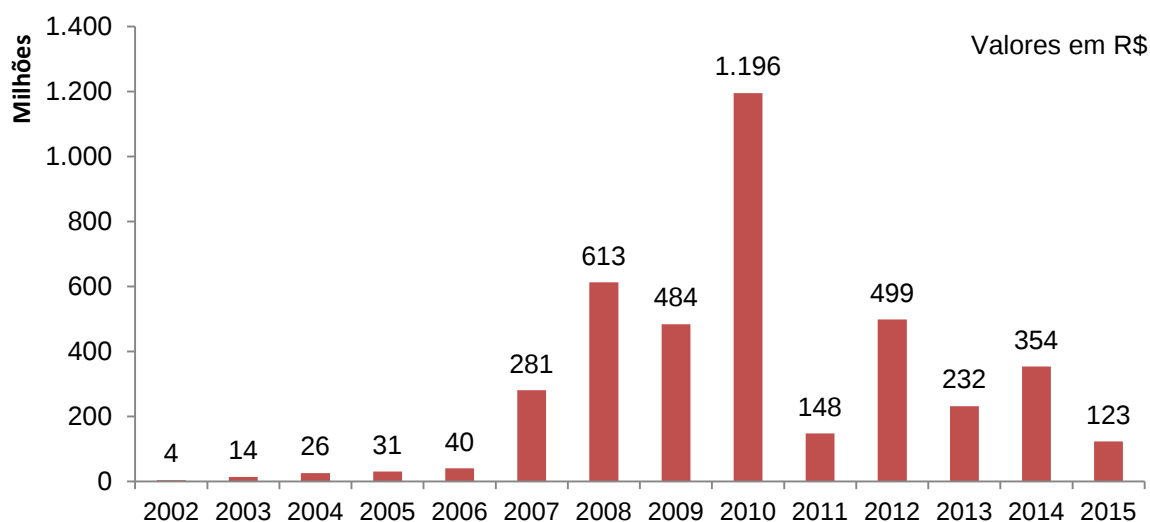
3.2 Reorganização do capital agroindustrial canavieiro e o impacto sobre os trabalhadores canavieiros

No Pontal do Paranapanema, de acordo com as informações obtidas através do portal do BNDES, o período de massificação dos investimentos do Banco foi no quadriênio entre 2007 e 2010, quando três novas unidades canavieiras entraram em funcionamento no Pontal do Paranapanema (Umoe Bioenergy, COCAL II e Conquista do Pontal). Este momento representou um gigantesco salto expansivo na produção canavieira regional, elevando sobejamente o preço e concentração da terra, bem como a arregimentação de trabalhadores para o setor.

A entrada dos grupos econômicos internacionais atraídos pelo potencial do etanol no mercado e as possibilidades de superlucros, foi assegurada pelo Governo Federal quando elegeu o setor sucroenergético como estratégico para investimentos. Todavia, um investimento seletivo, que fomentou⁴⁶ a constituição de oligopólios, a centralização e concentração de capitais, mirando o mercado internacional. A bem da verdade os grupos financiados construíram ou modernizaram suas plantas produtivas, elevando sua composição orgânica, ou seja, investindo em máquinas, instalações, equipamentos e bens duráveis para tornar o processo produtivo mais automatizado. No quadro abaixo (Gráfico 6) há uma demonstração da dinâmica evolutiva dos financiamentos operados pelo BNDES e acessados pelos grupos agroindustriais do Pontal, demarcando a ascensão, auge e declínio dos financiamentos no período de quase 15 anos. Interessante localizar o forte crescimento desses financiamentos, quase que dobrado, entre os anos de 2008 e 2010, momento concomitante de irrupção da crise nos EUA e de seu desdobramento na escala internacional.

⁴⁶ É possível visualizar claramente as estratégias de investimento do Estado Brasileiro na formação de conglomerados econômicos nos setores automotivo, construção civil e do agronegócio. Conforme debatido no item anterior, esta foi uma das estratégias do período caracterizado como neodesenvolvimentista, tendo no Estado-Investidor o motor do crescimento econômico.

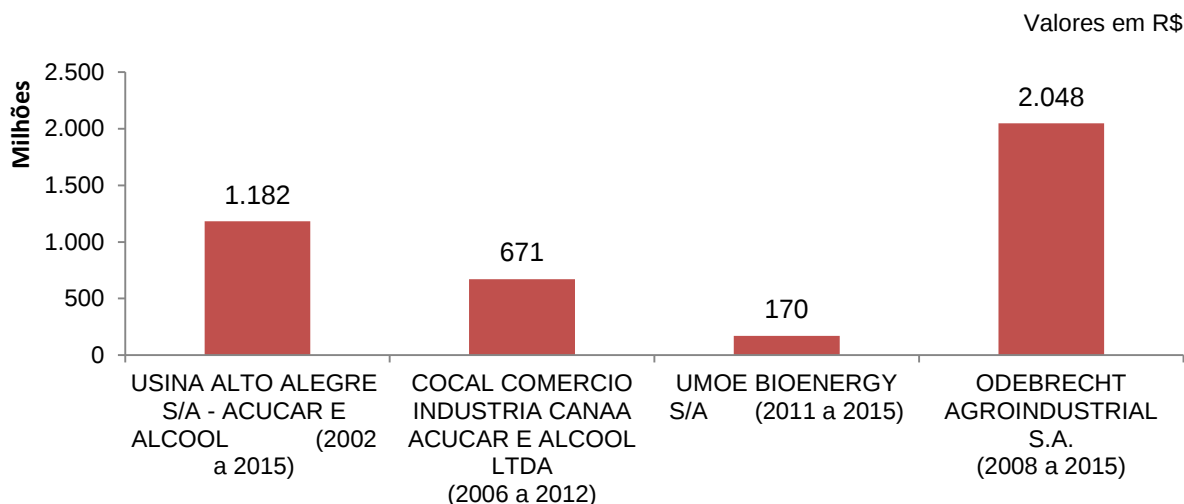
Gráfico 6 – Evolução do financiamento do BNDES para empresas e grupos econômicos que atuam no Pontal do Paranapanema (2002 a 2015)



Fonte: Elaboração própria com base em BNDES Transparente (2015).

A seletividade dos financiamentos, justificada pelos critérios técnicos, político e econômicos do BNDES, foi decisiva para que os novos grupos empresariais, em curtíssimo tempo, assumissem o controle hegemônico do setor em âmbito regional em detrimento dos grupos e empresas canavieiras tradicionais, instalados na época do Proálcool como: Destilaria Alcídia Ltda de 1974 em Teodoro Sampaio; Usina DALVA (posteriormente Destilaria Alvorada D'oeste) de 1979 em Santo Anastácio; Destilaria Decasa Ltda de 1980, em Caiuá/Marabá Paulista; Destilaria Laranja Doce Ltda (ou Santa Fany) de 1981 em Regente Feijó; Destilaria Paranapanema Ltda de 1982 em Narandiba; e Usina Alto Alegre S/A – Unidade Alta Floresta, de 1982 em Presidente Prudente 1982. Com exceção da Destilaria Alcídia, adquirida pelo Grupo Odebrecht em 2007 e a Usina Alto Alegre, consolidada no mercado do açúcar e com amplo acesso aos pacotes de créditos e financiamentos ofertados pelo BNDES, todas as outras unidades encerraram suas atividades na região.

Gráfico 7 - Financiamento do BNDES distribuído por grupo econômico que atua no Pontal do Paranapanema - SP (2002 a 2015)



Fonte: Elaboração própria, com dados do BNDES Transparente (2015).

Os valores apresentados referem-se ao somatório geral do financiamento recebido pelas unidades canavieiras ligadas a tais grupos econômicos (dentro do período considerado), conforme descrição na tabela 2. Por exemplo, com relação à Cocal refere-se às unidades sediadas respectivamente em Narandiba e Paraguaçu Paulista (COCAL I e II). No entanto a base de dados que tivemos acesso não é tão específica sobre o montante desembolsado para cada uma das unidades canavieiras. Em grande parte dos casos o financiamento aparece destinado ao grupo econômico e este direciona para uma ou mais unidades, conforme é possível visualizar a partir do quadro que organizamos apresentado no Apêndice do texto⁴⁷.

A partir dessas informações disponibilizadas no Gráfico 7 é interessante destacar que entre 2008 e 2015, a Odebrecht Agroindustrial beneficiou-se de montante superior ao financiamento acessado por todos os outros grupos que atuam no Pontal do Paranapanema, desde 2002. A Usina Alto Alegre até o ano de 2006, segundo os dados que dispomos, foi a única empresa do setor na região a acessar os financiamentos para atividades agroindustriais. A partir deste ano foram liberados

⁴⁷ Neste quadro é possível verificar com mais detalhe o que argumentamos. O financiamento recebido pela Usina Alto Alegre, por exemplo, além da unidade de Presidente Prudente, pode ser direcionado para a unidade de Florestópolis, Colorado e Santo Inácio no Paraná; o da Odebrecht Agroindustrial para as unidades Alcídia, Conquista do Pontal ou Santa Luzia em Alvorada do Sul-MS e Eldorado em Goiás.

financiamentos para implantação de novas unidades aumentando de forma exponencial o volume de capitais territorializados e, posteriormente (2012 em diante), os recursos são direcionados para fortalecimento e aumento da produção sobre a capacidade instalada das agroindústrias⁴⁸.

O fato é que a queda dos investimentos sobre a produção canavieira e a posterior migração destes para outros setores a partir de 2011 e 2012, justamente no período de queda internacional do preço das *commodities* refletiram na aparente crise pela qual passa o setor atualmente. Tendo transcorrido a fase áurea dos investimentos financeiros no quadriênio 2008-2011, com o aporte de recursos superior a R\$ 26,5 bilhões, a projeção feita para o período 2013-2016 se desencadeia com “investimentos mínimos” além de “muita cautela, com drástica redução nos valores”, na casa de R\$ 5 bilhões, contrariando as expectativas dos segmentos, lamenta os representantes do setor comentando as declarações do BNDES (SCHARR, 2013).

Segundo o gerente setorial do Departamento de Biocombustíveis do BNDES, Artur Milanez, “o cenário que temos é de um setor que atingiu o limite de uso de sua capacidade industrial. A demanda por mais plantio de cana deve ser menor. A prioridade tem que se voltar a expandir a capacidade da indústria”. Na mesma linha completa Carlos Cavalcanti (Chefe do Departamento de Biocombustíveis), é preciso considerar que “o plantio de cana foi intenso nos últimos anos e que a urgência das usinas⁴⁹ por renovar canaviais diminuiu. A mecanização também avançou bastante. Essas demandas foram em sua grande parte sanadas até o ano passado” (BATISTA, 2014).

O ano de 2015 se encerrou contabilizando o incrível saldo de 80 unidades agroindustriais canavieiras de cana-de-açúcar fechadas na região Centro-Sul, uma média superior a uma dezena por ano desde 2008, informa Antonio Pádua Rodrigues, diretor técnico da UNICA em palestra com representantes do setor em Catanduva (MULLER, 2015). Por mais que possa parecer contraditório, apesar do fechamento destas unidades agroindustriais o processamento de cana registrou crescimento na safra 2015-2016, e sinaliza o mesmo comportamento para a safra que se inicia (2016/2017), o que revela estar ocorrendo um acelerado processo de centralização

⁴⁸ O detalhamento dos projetos está apresentado no Apêndice deste trabalho (páginas 131 a 135).

⁴⁹ É importante lembrar que o termo usina diz respeito especificamente as agroindústrias produtoras de açúcar, no entanto, apesar de constantemente empregado pela imprensa, ele é impróprio por não considerar outras atividades canavieiras como a produção de etanol, energia elétrica etc.

de capitais no setor, ou seja, menos capitalistas controlando um número maior de unidades produtivas e da capacidade de produção real, com destaque notório para os grupos internacionais que vêm aumentando sua participação no setor.

De acordo com Muller (2015) “apesar do setor estar com alta produção, o lado negativo e que leva à crise é que os produtos não têm preços que possam levar ao lucro, novamente”.

Ao lado da queda no preço das *commodities* anunciada por organismos internacionais, a verdade é que os últimos anos do “ciclo de ouro” do agrohidronegócio brasileiro foi fortemente sustentado pelo fundo público, sobretudo, via BNDES. As inversões estatais permitiram o setor assumir a liderança na exportação de produtos primários e atrair novos capitais de várias partes do mundo à procura de “bons negócios”. A entrada destes capitais estrangeiros (ou externos) é definidora do grau de internacionalização e rearranjo interno – concentração e centralização - da estrutura produtiva do capital agroindustrial canavieiro no Brasil.

Os investimentos no setor, diz Antonio Pádua Rodrigues,

é uma atividade que tem de continuar, tem que reformar canavial, tem que adubar, reformar máquinas, usinas. Os gastos aumentam e a conta não fecha. Aqueles que podem fazem empréstimo e vão se endividando ainda mais. Aqueles que não podem, não fazem nada, não reformam, não adubam, reduzem a cana e acabam fechando as portas. (MULLER, 2015).

Justamente por não conseguir fazer os “ajustes” necessários ao capital (investimento produtivo de valor-capital novo) que as empresas buscam alternativas para manter ou aumentar seu padrão produtivo, sendo assim “muitas empresas fazem de tudo para ganharem produtividade, reduzir custo da produção, mas não têm fôlego e perspectiva”, ratifica o entrevistado em outro trecho acrescentando ainda que as maiores dificuldades no setor são encontradas nas usinas que, confiantes nos resultados, expandiram muito sua produção no período de 2003 à 2008, alguns grupos inclusive dobrando o número de unidades, aproveitando o “ambiente favorável” (MULLER, 2015). Entretanto, argumenta Rodrigues que o Governo mudou a “regra do jogo” após a crise financeira mundial, já que as condições da política de financiamento foram modificadas. “O endividamento do setor é 1,2 vezes o seu faturamento” o que levou a uma situação difícil que é repassada aos produtores de cana e às empresas de bens capitais que vem sendo fechadas na esteira da crise (MULLER, 2015).

De fato, toda a cadeia envolvida na atividade do setor, incluindo também o D₁ (agrícola e industrial) vem sofrendo com a crise. Tanto é que em 2014 foram eliminados 87 mil empregos por conta da mecanização do plantio, da colheita e fechamento de unidades.

A crise financeira mundial trouxe mudanças significativas para a agroindústria canavieira em relação ao padrão de expansão que se delineou nos anos anteriores. Diversas usinas tomaram empréstimos baratos em dólar, aproveitando a valorização do real, para especular com derivativos cambiais. Com a reversão dessa tendência e a valorização do dólar em relação à moeda brasileira, muitas usinas quebraram. O setor somou um prejuízo de mais de R\$4 bilhões. As empresas deixaram de investir, por exemplo, na renovação de canaviais, tratores culturais e adubação para manter a elevação dos níveis de produtividade. (REDE SOCIAL..., 2012, p. 04).

Vejamos abaixo alguns dados sobre estas modificações, principalmente do ponto de vista da dinâmica do emprego e desemprego no estado de São Paulo e na região do Pontal, determinada a partir da evolução da mecanização da produção.

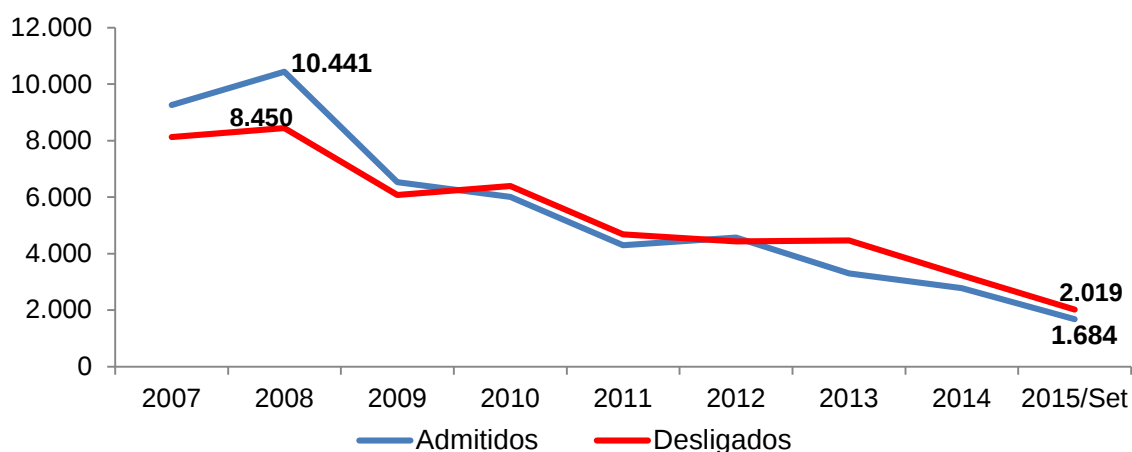
Os dados sobre a evolução da mecanização da colheita de cana-de-açúcar no estado de São Paulo apurados pelo Instituto de Economia Agrícola (IEA) para a safra agrícola 2013/2014, mostra que a mecanização atingiu 84,8% no estado, sendo que a demanda para a colheita manual foi estimada em 51,7 mil cortadores. Cerca de 18 mil a menos em relação à safra 2012/13. Na região do Pontal do Paranapanema⁵⁰, de uma área total de 423.792 mil hectares na safra 2012/2013, 80,4% foram colhidos por máquina, ou seja, 341.012 hectares. Somando os Escritórios de Desenvolvimento Rural (EDR's) de Barretos, Ribeirão Preto, Orlândia, Presidente Prudente e Andradina, têm-se 32% da colheita mecanizada do estado paulista, com índice de mecanização entre 75,4% em Orlândia e 95% no EDR de Andradina. Como aponta a estimativa do mesmo estudo (IEA, 2014), na mesma safra a região do Pontal do Paranapanema contava com 5.487 trabalhadores empregados (formalmente) no corte manual de cana. Em levantamento junto aos dados do Cadastro Geral de Empregados e desempregados (CAGED) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), constatamos que no ano de 2012 haviam sido admitidos 1.549 trabalhadores na atividade de “cultivo da cana-de-açúcar”; 1.707 na “fabricação de álcool”; 1.186 na

⁵⁰ De acordo com o recorte geográfico empregado pelo IEA e a Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) a região do Pontal está representada nos Escritórios de Desenvolvimento Rural (EDR) de Presidente Prudente e Presidente Venceslau.

“fabricação de açúcar bruto”; e 129 na “fabricação do açúcar refinado”, chegando ao somatório de 4.571 vínculos naquele ano.

Como pudemos constatar nas entrevistas realizadas junto aos trabalhadores, essa diferenciação de atividades na produção “não é tão rígida” na prática do dia-a-dia de trabalho como comparece nos dados estatísticos, podendo ocorrer situações onde os trabalhadores desempenhem mais de uma função ao longo de uma mesma safra como também observa Barreto (2013). O fato é que os dados sobre o número de trabalhadores admitidos referentes a 2014 (safra 2014/2015) representam a drástica redução do número de empregados no setor agroindustrial canavieiro do Pontal do Paranapanema. Se no ano de 2008 as admissões atingiram seu número mais alto, contabilizando 10.441 pessoas, somando as mesmas atividades, em 2014 este número cai para 2.777, uma redução superior a três vezes menos. Como já argumentamos no início, essa é a tendência predominante desde o ano de 2008, conforme apresentado no gráfico abaixo.

Gráfico 8 - Emprego no setor canavieiro no Pontal do Paranapanema - SP (2007-2015)

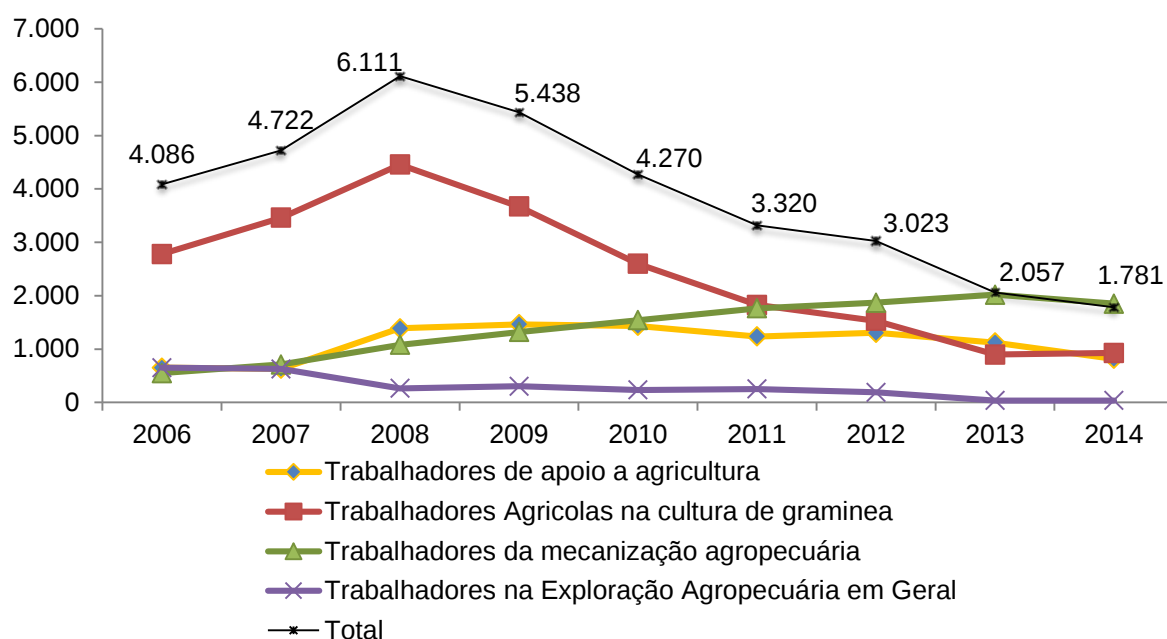


Fonte: Elaboração própria com base nos dados do CAGED/MTE (BRASIL, 2015).

Apresentando agora um quadro detalhado com as ocupações nas quatro atividades agrícolas principais que compõem os denominados *trabalhadores*

*canavieiros*⁵¹ e comparando com a evolução do número de trabalhadores da mecanização agropecuária temos (Gráfico 9):

Gráfico 9 - Vínculo ocupacional no setor canavieiro no Pontal do Paranapanema - SP



Fonte: Elaboração própria com base no banco de dados CAGED/MTE (BRASIL, 2015).

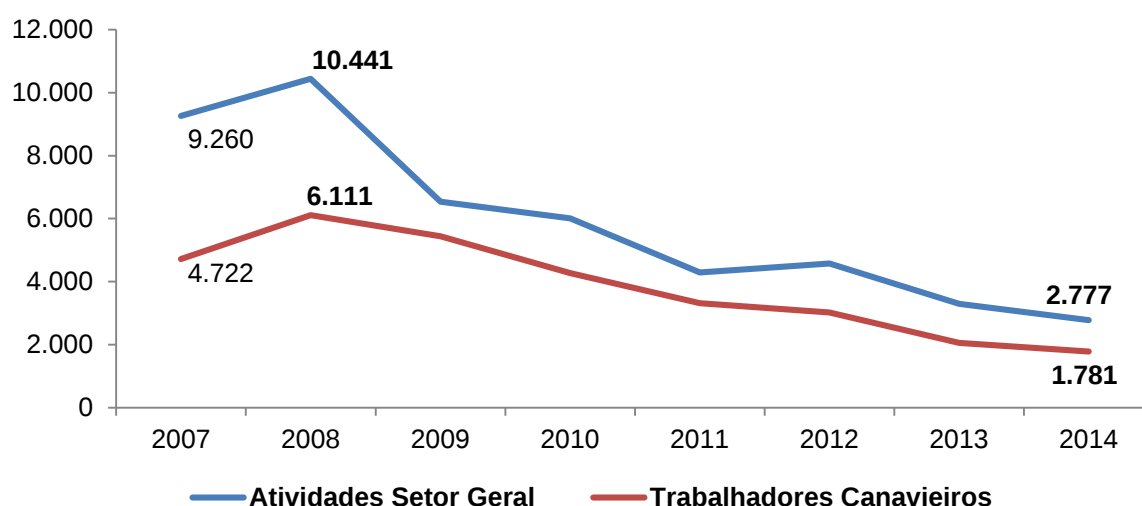
Destaca-se visivelmente a crescente evolução do número de trabalhadores da mecanização agropecuária que somavam 550 em 2006, praticamente duplicando em 2008 quando atinge 1.081 vínculos e, pela primeira vez nesta série, em 2013 supera os demais vínculos ocupacionais dos outros três seguimentos, aqui consideradas em seu conjunto, como sendo os trabalhadores canavieiros, totalizando 2.020 vínculos. A comparação demonstra não somente o crescimento do trabalho mecanizado na agropecuária, mas a incapacidade desta atividade em absorver o conjunto de trabalhadores canavieiros (os que trabalham) desempregados a partir de

⁵¹ Fazemos uso da metodologia proposta por Baccarin; Gebara; Silva (2013) e difundida através do *Boletim Sucroocupação*, na qual a categorização dos *trabalhadores canavieiros* é feita a partir do agrupamento das seguintes ocupações: “trabalhadores de apoio à agricultura”, “trabalhadores agrícolas na cultura de gramíneas” e “trabalhadores da agropecuária em geral”. Estas ocupações em atividades agrícolas das agroindústrias como colheita, tratamentos culturais e plantio da cana, via de regra, reúne os trabalhadores com baixa ou nenhuma qualificação profissional e é feita com base na CBO 2.2 e filtrada a partir das quatro atividades econômicas principais do setor: “cultivo da cana-de-açúcar”; “fabricação de álcool”; “fabricação de açúcar bruto”; “fabricação do açúcar refinado” conforme a CNAE 2.0. Também seguimos a proposta metodológica quanto ao estabelecimento de indicadores de produção e produtividade no setor com os dados referentes às unidades canavieiras do Pontal do Paranapanema.

2008 na região, posto que o número de trabalhadores empregados e/ou readmitidos na mecanização agropecuária é sobejamente inferior ao volume do total de desempregados atividades sucroalcooleiras.

Quando fazemos a comparação entre a queda de postos de emprego no setor em geral⁵² com relação às demissões do conjunto dos trabalhadores canavieiros no Pontal do Paranapanema é possível dimensionar a magnitude da variação (Gráfico 10). Dos 7.664 postos eliminados no setor de 2008 a 2014, 4.330 (aproximadamente 60%) foram de trabalhadores canavieiros desligados das atividades agrícolas e/ou substituídos por máquinas.

Gráfico 10 - Variação do emprego no setor canavieiro em relação aos *trabalhadores canavieiros* do Pontal do Paranapanema - SP



Fonte: Elaboração própria com base no banco de dados do CAGED/MTE (BRASIL, 2015).

No período analisado o número de estabelecimentos declarantes dos dados sofreu uma pequena variação, sendo 47 no ano de 2007, chegando a 50 em 2008 e 2010 e a 45 em 2014. As variações do número de estabelecimentos declarantes têm correspondência direta com o fechamento das cinco unidades

⁵² Conforme citado anteriormente verificamos o saldo de emprego e desemprego no setor a partir das atividades de “cultivo da cana-de-açúcar”, “fabricação de álcool”, “fabricação de açúcar bruto” e “fabricação do açúcar refinado” disponibilizados pelo RAIS/CAGED do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) de acordo com a definição da Classificação Nacional de Atividade Econômica (CNAE 2.0).

canavieiras, que também incidiu diretamente sobre a dinâmica do emprego e desemprego regional.

Na década de 1990 a série de mudanças técnicas e organizacionais do setor atingiram mais fortemente as atividades industriais, administrativas e apoio, implementando a automação industrial, redução da burocracia, terceirização de serviços e *enxugamento* do processo produtivo. Baccarin; Gebara; Silva (2013, p. 23) argumentam que, com estas modificações, “houve redução expressiva no número de pessoas ocupadas em atividades sucroalcooleiras secundárias e terciárias”, mas somente em parte tais mudanças atingiram a área agrícola, pois não alteraram a relação do número de pessoas ocupadas por hectare nas duas atividades fundamentais da lavoura canvieira, o plantio e o corte, que permaneceram sendo feitas de forma predominantemente manual.

A redução dos empregos caminha na ordem inversa do aumento da produção no setor, vide os dados sobre o processamento de cana (Tabela 2).

Tabela 2 - Processamento de cana-de-açúcar no Pontal do Paranapanema - SP

Ano	Área p/ corte (ha)	Área nova (ha)	Produção (ton)
2007	144.725	68.681	11.394.942
2008	191.977	116.579	15.143.687
2009	244.013	68.781	19.597.267
2010	288.410	46.400	21.363.866
2011	323.432	44.448	25.277.244
2012	363.090	56.740	27.616.069
2013	423.792	49.283	27.172.379
2014	375.891	39.124	26.451.425

Fonte: Elaboração própria com base no IEA/CATI – SAAESP (2015).

Vale registrar que a região do Pontal do Paranapanema compreende os Escritórios de Desenvolvimento Rural (EDR) de Presidente Venceslau e Presidente Prudente. Na contramão da redução intensiva dos vínculos ocupacionais no setor, a produção canvieira seguiu o ritmo ascendente de expansão, mais que dobrando a produção entre 2007 e 2011, atingindo crescimento superior à 100% em pouco mais

de quatro anos. Este fato incontestado está diretamente relacionado à dinâmica de inovação e mecanização das operações, particularmente a colheita e plantio, que permitiram o crescimento da produção e da produtividade mesmo com enorme redução do trabalho vivo, manual empregado.

Ao relacionar os dados à respeito da diminuição do emprego e ocupação no setor, sobretudo, os trabalhadores canavieiros (Gráficos 8, 9 e 10) com os dados referentes ao crescimento da área cultivada e da produção em toneladas de cana (Tabela 2), podemos fazer algumas projeções e estimativas da produtividade ou o que estamos chamando, amparados em Gaudemar (1977), de *produtivização* do trabalho⁵³. O enfoque dado com o emprego deste termo é para o redimensionamento da capacidade produtiva do trabalho social empregado pelo capital. O capital enquanto “valor que valoriza a si mesmo”, neste movimento incessante que o impele à autovalorização, necessariamente requer a superexploração das forças produtivas do trabalho, tanto aquele historicamente acumulado e desenvolvido na forma de máquinas (trabalho morto), quanto aquele trabalho vivo e manual, imediatamente empregado na produção das mercadorias com finalidade única de gerar mais-valor.

Considerando o capital-produtivo de uma empresa, ou seja, o dinheiro investido e materializado em máquinas, equipamentos, ferramentas, instalações, matérias-primas e em salário para a força de trabalho que porá em movimento todo o processo de produção, o aumento da capacidade produtiva do trabalho será impulsionado, além da junção destes fatores, pelo grau de exploração, organização do trabalho e de inovações técnico-produtivas.

Como é possível verificar (Tabela 3), na agroindústria canavieira no Pontal do Paranapanema, a redução no estoque de empregos foi inversamente compensada pelo aumento constante na produtividade do trabalho. Este quadro é elucidativo do processo de exponenciação da produção possibilitado pelo uso intensivo de máquinas em substituição do trabalho manual em atividades agrícolas como colheita e plantio.

⁵³ Gaudemar (1977, p. 21 e 190) cunhou este termo para referir-se à potenciação da capacidade produtiva do trabalho por meio de seu deslocamento para as esferas da valorização do capital (passagem da subsunção formal à subsunção real) e a consequente intensificação da capacidade produtiva da força de trabalho, quer dizer, a transição e a composição da mais-valia absoluta e a mais-valia relativa. Ainda segundo o autor, esta é uma “tendência geral” para fazer estender a esfera do trabalho produtivo, pouco a pouco, sobre todas as outras dimensões (p. 14).

Tabela 3 - Estimativa de produtividade do trabalho canavieiro* agrícola no Pontal do Paranapanema - SP (2007-2014)

Ano	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
área por trabalhador (ha)	31	31	45	68	97	120	206	211
tonelada por trabalhador no ano**	2.413	2.478	3.604	5.003	7.614	9.135	13.210	14.852
tonelada/dia por trabalhador	18,3	18,8	27,3	37,9	57,7	69,2	100,1	112,5
cana moída por dia (ton)	86.325	114.725	148.464	161.847	191.494	209.213	205.851	200.390

* Consideramos dados dos trabalhadores da parte agrícola, conforme descrição feita no gráfico 9.

**Ano agrícola refere-se ao período de 132 dias para a colheita, como proposto pela IEA (2014).

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IEA/CATI (2014) e RAIS/CAGED (BRASIL, 2015).

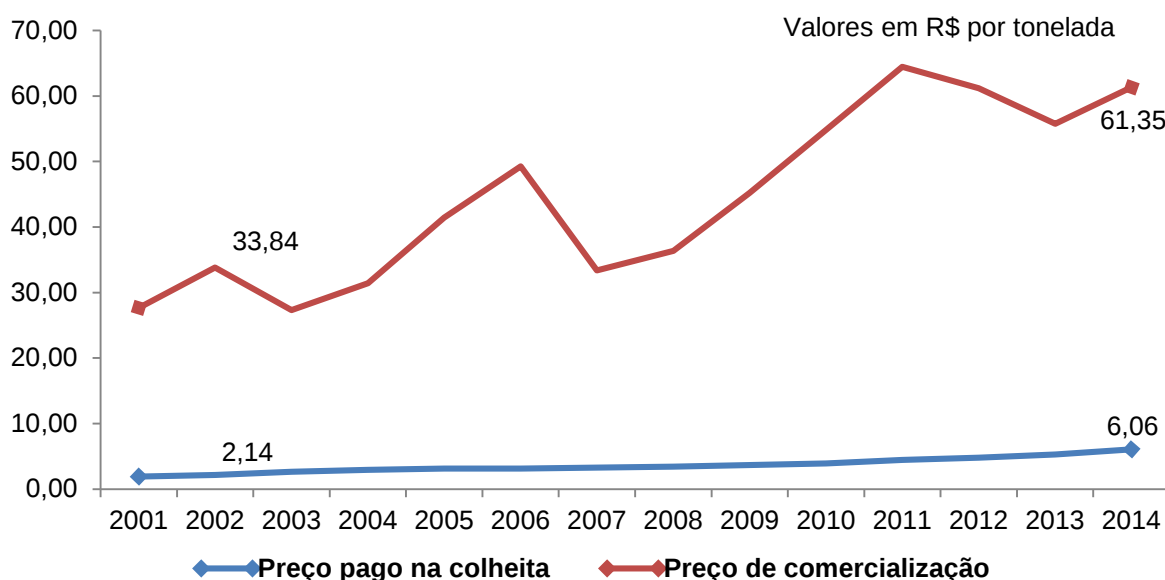
Estabelecendo a comparação entre o tamanho da área cultivada e a quantidade de cana colhida na sua totalidade (independente se foi através de corte manual ou mecanicamente), pelo número de trabalhadores canavieiros empregados, chegamos a resultados interessantes. Se a relação era de 31 hectares cultivados por cada trabalhador empregado em 2007, no ano de 2014 este número salta para 211 hectares cultivados para cada trabalhador empregado, aproximadamente sete vezes mais. Considerando agora os 132 dias destinados à colheita, vemos que o salto é ainda maior. De 2.413 toneladas de cana processada para cada trabalhador empregado durante um ano, este número saltou para 14.852 toneladas em 2014, superando os 600% de aumento em sete anos.

Por fim, o salto de produtividade do trabalho fica ainda mais evidente quando estabelecemos a relação da quantidade de tonelada de cana colhida dividida por cada trabalhador empregado na área agrícola, durante um dia de trabalho; se a média era de 18,3 toneladas por trabalhador empregado em 2007, em 2014 a média atinge 112,5 toneladas por trabalhador; não esqueçamos que estamos considerando aqui, em nosso exemplo, o processo de colheita como um todo, feito manualmente

por homens e máquinas ao mesmo tempo e de modo que esta (a maquinaria), condiciona o ritmo de trabalho do trabalhador. É um exemplo concreta daquilo que referimos anteriormente utilizando o termo da produtivização do trabalho, emprestado de Gaudemar (1977).

Em estudo sobre a relação entre os salários dos trabalhadores rurais e a mecanização na produção canavieira, há uma constatação interessante de que “quanto maior a razão salário + contribuição social sobre preço médio da tonelada de cana, tanto maior o grau de mecanização na colheita” (FAUCONNIER, 1983 *apud* VEIGA FILHO, 1998, p. 63). Tendo como referência esta equação, ainda que não dispomos dos dados referentes à mecanização para todo o período, é possível visualizar (Gráfico 11) a discrepância entre o preço pago pela tonelada de cana ao “produtor” (que na verdade são os fornecedores que comercializam a cana) e aquele valor pago ao trabalhador na colheita.

Gráfico 11 - Variação do preço pago na colheita e na comercialização da cana-de-açúcar no estado de São Paulo



Fonte: Elaboração própria com dados do IEA/CATI (2015).

Desta forma, podemos observar a brutal disparidade entre o preço pago na comercialização da tonelada de cana-de-açúcar e aquele pago por sua colheita ao trabalhador no estado de São Paulo. Certamente esta média ponderada não é

homogênea para todas as regiões canavieiras do estado paulista, mas serve enquanto referência a partir dos dados oficiais. Em todo caso é preciso ressaltar que só a pesquisa direta de campo dentro do universo de trabalho no âmbito do setor, nos permite qualificar e desnudar a “fria e harmoniosa realidade” dos dados estatísticos. Da mesma forma deve ser analisada a evolução média dos salários agrícolas, uma vez que o pagamento por produção, extremamente degradante da saúde do trabalhador, provoca alterações na remuneração final do trabalhador de empresa para empresa.

É equivocado justificar a evolução da mecanização do corte da cana-de-açúcar somente pela suposta escassez de mão-de-obra. Os estudos sobre o tema que possuam o mínimo de seriedade apontam para a exigência de elevação da produtividade do trabalho por um lado, articulada com a redução dos “custos operacionais” com meios de produção e salários do outro, frente à concorrência do mercado capitalista como fatores determinantes. Ambos os fatores, dadas as proporções da correlação de forças da relação capital x trabalho, sofrem interferência pela pressão exercida pela organização política dos trabalhadores na luta por melhoria salarial e melhores condições laborais.

4 ITINERÁRIOS DE EXPLORAÇÃO E MOBILIDADE NA VIDA DOS TRABALHADORES MIGRANTES

“Dadas determinadas circunstâncias, uma classe social é posta em movimento” (SINGER, 1979, p. 52).

Não há dúvidas de que o processo de acumulação de capital redefine o espaço e o ajusta à sua dinâmica para se autorreproduzir, ou seja, o capital constrói a sua espacialidade própria. A expansão e reorganização do capital agroindustrial canavieiro no Pontal do Paranapanema nos últimos anos, impulsionou e mobilizou um intenso fluxo de trabalhadores migrantes arregimentados para o assalariamento no corte da cana-de-açúcar.

A mobilidade espacial do trabalho nestes dois primeiros decênios do século XXI, agora como antes, expressa-se como elemento determinativo na estratégia do capital para consolidar-se territorialmente (THOMAZ JUNIOR, 2009, p. 84) e aferir taxas elevadas de lucro, entretanto, o próprio desenvolvimento pleno da acumulação capitalista ao mesmo tempo em que absorve e explora trabalho não pago, também expropria, desterra, desemprega e descarta os trabalhadores do processo produtivo

A escala de abrangência abarcada nessa mobilização - por exemplo, contratação de pessoas do Piauí e Maranhão - revela-nos que o interesse dos capitalistas do setor é somente um: lucrar rápido e na maior dimensão possível. O que aferimos é que a entrada do capital internacional no setor, ao passo que aprofundou a oligopolização (com poucos grupos controlando a cadeia e as principais plantas produtivas do país), acirrou uma “super concorrência” no mercado de trabalho canavieiro, dando a preferência para a especificidade da força de trabalho migrante. O objetivo único é, dentro de uma unidade produtiva e do setor como um todo, elevar o patamar de produtividade do trabalho manual.

Ao lado desta lógica de exploração do trabalho, baseado na altíssima concorrência entre os trabalhadores, há um outro componente duplamente perverso que é o pagamento por produção, imposto para acirrar ainda mais os ânimos e dilacerar os músculos e nervos; sem contar o roubo ao trabalhador no momento de contagem da quantidade de cana cortada durante o dia trabalhado. São expedientes baseados na mais pura frieza e pragmatismo capitalista, utilizados para estabelecer

uma lógica que literalmente faz “moer e triturar gente” como vêm ocorrendo nos canaviais e unidades agroindustriais (CORNÉLIO, 2008; HOMEM..., 2015).

Mas o que leva esses milhares de trabalhadores ano-a-ano fazerem longuíssimos deslocamentos para se submeterem a este tipo de emprego e sob estas condições de trabalho?

A emergência do padrão urbano-industrial como força motriz do desenvolvimento capitalista do período fordista, redefiniu profundamente a distribuição espacial da população brasileira constituindo de norte a sul, grandes cidades e gigantescas regiões metropolitanas como São Paulo. Acrescente-se o fato de que a combinação de uma estrutura agrária radicada na grande propriedade, concentradora de terras, junto ao processo ultraconservador de modernização agrícola, resultou historicamente em um *excedente estrutural* de mão-de-obra. “Apenas entre 1950 e 1980, mais de 40 milhões de pessoas migraram do campo para as cidades, o que configura um dos processos de urbanização mais rápidos e intensos verificados em todo o mundo” (CAMARGO, 2007, p. 01 e 02).

Os vetores espaciais dos fluxos migratórios no período 1930-1980, eram bipolares, basicamente partia-se do interior para a cidade grande, como exemplo São Paulo o principal destino; no entanto a partir de 1980 passa a ocorrer mudanças no sentido das correntes migratórias principais com gradual perda de atratividade para os antigos destinos. A explicação desta alteração como evidencia os estudos apresentados pelo IBGE (2011) se devem a fatores como inversão nas correntes migratórias, com crescente ocorrência das migrações de retorno; redução de atratividade migratória exercida pelo estado paulista; aumento da retenção de população na região Nordeste; surgimento de novos eixos para cidades médias no interior; esgotamento da fronteira agrícola, aumento da importância dos deslocamentos pendulares e assim por diante.

Fato é que o processo de modernização excludente agudizou as desigualdades regionais inclusive entre a própria massa de trabalhadores assalariados “estáveis”, desempregados e informais; reafirmando a heterogeneidade estrutural que caracteriza o mercado de trabalho brasileiro subordinado às vicissitudes do capitalismo global.

A redução no padrão de ocupação dos assalariados na agricultura, no período acima considerado (décadas de 1950 a 1980), exprime a reconfiguração das necessidades da acumulação de capital sob os ditames da reestruturação produtiva. Neste contexto tornou-se cada vez mais gritante a diminuição do número de parceiros/arrendatários agrícolas e assalariados formais com vínculos mais estáveis no mercado de trabalho, em contrapartida, essa realidade passou a coexistir com “modalidades de trabalho precárias, ocasionais, sem direitos trabalhistas e com baixos níveis de remuneração, como por exemplo, a categoria volante ou bóia-fria” (CAMARGO, 2007, p. 04).

No caso do trabalho assalariado nas lavouras do campo paulista, apesar da redução da população total ocupada em decorrência das transformações técnico-produtivas na agricultura, houve clara opção pelo emprego de migrantes a partir dos anos 1970. Estudo realizado pelo professor José Marangoni Camargo (2007) constatou que entre os anos 1970 e meados da década de 2000 a agricultura paulista eliminou aproximadamente 700 mil postos de emprego, uma redução de aproximadamente 40% da força de trabalho ocupada neste período. Se “em 1971 havia 1,72 milhão de trabalhadores no setor, em 2004, o número caiu para 1,05 milhão” (SETOR..., 2008), por outro lado, o crescimento do emprego de máquinas agrícolas, principalmente tratores, mais que triplicou saltando de 14% para 42% no período.

No entanto, a redução dos assalariados temporários entre os anos 1980 até 2004 foi apenas de 3%, decaindo sua participação de 22% para 19% num período de quase 25 anos. A porcentagem de ocupação do pessoal não-residente na agricultura paulista (composto na maior parte pelos volantes) passou de 24% em 1971 para 38% do total em 1980 (CAMARGO, 2007, p. 41). Os dados revelam o avanço do desenvolvimento capitalista no campo brasileiro, que tem como face principal o acelerado processo de proletarização da força de trabalho rural, com intensificada mobilização de trabalhadores para o assalariamento.

Marangoni também analisa em sua pesquisa que “a maior eliminação de postos de trabalho ocorreu na década de 1990, quando o BNDES (Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social) estimulou a compra de maquinário entre os produtores rurais” (SETOR..., 2008). Sua análise é particularmente importante para nossa pesquisa, pois confirma que a maior mobilização de trabalhadores migrantes

ocorre justamente no momento de maior incremento técnico de modernização/mecanização da produção agrícola. Tema fundamental que buscamos destrinchar nesse trabalho.

Mesmo estando mais disseminado pelo estado paulista no início dos anos 1980, o emprego de volantes esteve mais concentrado nos estabelecimentos agrícolas com uso de técnicas mais avançadas de produção; como analisou Garcia (1985 *apud* CAMARGO, 2007, p. 44), cerca de 70% destes empreendimentos considerados “modernos” recorriam ao emprego temporário dos volantes, enquanto que nas empresas consideradas tradicionais o percentual atingia 40%. Além disso, o maior emprego de volantes:

concentrava-se nas atividades de colheita (69% do total de dias/homem), contra apenas 25% utilizados nos tratos culturais e 4% no preparo do solo e plantio, evidenciando a estreita associação entre a utilização de volantes e a modernização parcial da agricultura paulista. (CAMARGO, 2007, p. 44).

Tornou-se mais vantajoso pagar o salário dos trabalhadores do que “ceder” um pedaço de terra para sua subsistência, o que alterou radicalmente as relações de trabalho no espaço agrícola. Em certa medida isso foi decorrente da valorização das terras e da possibilidade dos capitalistas apropriarem-se de lucros extraordinários a partir da territorialização de seus empreendimentos nas áreas de fronteira remanescentes como a região do Pontal do Paranapanema, que foi a última do estado a ser incorporada à dinâmica recente do agrohídronegócio.

Como mostramos na primeira parte deste capítulo, a dinâmica econômica regional desde sua origem foi assentada em bases autoritárias e antidemocráticas da estrutura de poder do latifúndio e das oligarquias. Da mesma forma como ocorre atualmente com a produção do açúcar e do etanol, as outras iniciativas econômicas viabilizadas na região do Pontal do Paranapanema, no passado recente, foram radicalmente predatórias e excludentes, pois fortaleceram a concentração de terras, destruíram a biodiversidade natural, superexplorou até quando pôde milhares de trabalhadores e, mais que isso, deu soldagem ao pacto intraburguês entre latifundiários/grileiros e capitalistas do Brasil e do mundo.

Este quadro é elucidativo do grau de dependência histórica e integração estrutural tardia ou hipertardia da região aos ditames do capital monopolista, de modo que, a formação de um mercado de trabalho assalariado, a arregimentação de

migrantes, intensa mobilidade e maior rotatividade da mão-de-obra, expressa a articulação escalar da região no contexto da nova divisão territorial do trabalho.

A região de Presidente Prudente, conforme explicitado no primeiro capítulo, foi formada a partir do influxo de imigrantes, inicialmente os mineiros, paulistas, paranaenses e os colonos estrangeiros (MONBEIG, 1984). Nos estudos pioneiros de Monbeig (1984), Abreu (1972), D’Incao e Mello (1976) e Leite (1998) é possível observar a arregimentação do migrante como forma de ocupação da região do oeste paulista, na derrubada das matas nativas, abertura e formação de glebas e fazendas para criação de gado, produção do café e do algodão. A forma de produção e apropriação do excedente na agricultura regional nunca foi uma forma única de “assalariamento puro”, mas sempre a partir de formas distintas e combinadas de relações de produção, o que reflete (ainda hoje) sobre a configuração das relações de trabalho.

Contudo, é a partir da década de 1940 com o cultivo de lavouras comerciais na região que a demanda por trabalhadores aumentou. No período das safras, inúmeros trabalhadores passaram a ser contratados para a colheita o que passou a atrair migrantes, via de regra, camponeses, para estas novas zonas porque “a remuneração era mais alta pela escassez inicial de mão-de-obra, e também porque a terra virgem reproduzia mais abundantemente as plantações que o patrão permitia que se fizessem” (ABREU, 1972, p. 99-100). Falando ainda sobre a demanda por da mão-de-obra volante na agricultura, diz este autor em outro trecho que:

Na época das colheitas – março a abril – a premência de braços tornava-se maior. A colheita do algodão tinha que ser feita em certo prazo e rapidamente para se aproveitarem os dias de estio, pois qualquer chuva poria a perder a produção. Nesta ocasião, a demanda de trabalhadores volantes pelos agricultores trazia uma disputa acirrada e recrutavam-se homens, mulheres e crianças, muito deles vindos da cidade – desempregados e domésticas. (ABREU, 1972, p. 115).

Maria Conceição D’Incao e Mello (1976) apresenta um registro detalhado sobre a arregimentação e exploração de migrantes mobilizados para o trabalho na região de Presidente Prudente na época das plantações de café, já em sua fase decadente, no ambiente da crise de superprodução instaurada na década de 1930⁵⁴. Esses trabalhadores em grande parcela foram submetidos ao assalariamento nas

⁵⁴ Conferir também os estudos de Dióres Santos Abreu (1972).

plantações da agricultura regional, contudo, outra parte passou a se autorreproduzir (na terra) através dos vínculos de parceria, arrendamento e, mesmo, como meeiros nas fazendas.

Boa parcela desses camponeses acaba se juntando, posteriormente, aos novos contingentes de trabalhadores volantes ou “bóias-frias” da região em decorrência dos processos de expropriação, capitaneados pela oligarquia dominante à época, com o avanço do monocultivo de algodão incorporando novas áreas e, posteriormente, a partir do cercamento das terras para o gado e derrubada de parte significativa da mata atlântica nativa para formação de pastagens extensivas. Isso alterou a paisagem até de então, derrubando o restante das florestas, comercializando a madeira e expulsando famílias que dependiam do vínculo de “parceria” para sobreviverem.

A análise da socióloga (MELLO, 1976) voltada para os trabalhadores “bóias-frias”, safristas/diaristas, entendidos por ela como trabalhadores rurais volantes - aliciados por empreiteiros e/ou *gatos*⁵⁵ por atenderem melhor às necessidades do capital - é reveladora das peculiaridades da exploração do trabalho nas colheitas de algodão da época. O interesse pelos trabalhadores migrantes naquele período, assim como hoje, deveu-se (e deve-se) ao fato dos migrantes serem “mais adequados” às demandas por força de trabalho no período das safras e entressafras por parte dos contratantes e, logicamente, “por permitir-lhes mais facilmente furtarem-se aos compromissos legais trabalhistas” (MELLO, 1976, p. 148).

Para suprir a demanda por mão-de-obra na agricultura, bastante escassa nesse período na região, no início e meados do século XX, a prática adotada era trazer grandes levas de trabalhadores do Nordeste, que chegavam pela Estrada de Ferro Sorocabana (EFS) e alojá-los nas fazendas para explorá-los, sobretudo, na época da colheita (MELLO, 1976). Logo em seguida, uma boa parte desses mesmos trabalhadores era aproveitada como parceiros ou arrendatários nas áreas de outras fazendas. Data desse período, décadas de 1940 a 1960, os primeiros registros sobre greves e mobilizações de trabalhadores rurais assalariados na região, não obstante, quando eram desempregados e expulsos da terra, também iniciavam as reivindicações e lutas para permanecerem ou re-conquistar as terras para a

⁵⁵ Maria C. D’Incao e Mello (1976, p. 114) define gato como um elemento de confiança do proprietário ou empresário da terra que ganha, via de regra, a empreita do serviço ou tarefa a ser realizado.

manutenção do seu modo de vida camponês (MELLO, 1976).

Como exemplo dos desdobramentos destes conflitos podemos citar a desapropriação da Fazenda Rebojo (município de Estrela do Norte) que foi resultado de um intenso confronto entre parceiros, arrendatários e o latifundiário grileiro, ocorrido nos primeiros anos da década de 1970⁵⁶. A territorialidade dos conflitos envolvendo trabalhadores rurais expulsos do campo, em conjunto com a aflição de outros contingentes de desempregados que haviam se dirigido à região nos anos 1970 e 1980 para o serviço de construção das barragens das usinas hidrelétricas, formaram a base social que deu sustentação para o surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), conforme discutido na parte final do primeiro item do Capítulo 1.

Focando especificamente a questão da migração para o setor canavieiro na região, os registros encontrados sobre a arregimentação de trabalhadores de outros estados para as agroindústrias locais, dão indícios de que tais práticas de aliciamento estão presentes desde o início dessa atividade, ainda em meados dos anos 1970 e 1980 com instalação das primeiras unidades.

No “Boletim Cá e Lá”⁵⁷, periódico do Serviço Pastoral dos Migrantes (SPM), que circulava entre os migrantes, temos importante registro histórico de uma carta do trabalhador J. Geraldo, migrante do estado de Minas Gerais (município de Minas Novas), que denunciava a situação perversa das condições de trabalho vividas na Destilaria Alcídia, em Teodoro Sampaio.

Escrevo esta carta para dar minhas notícias e pedir uma força, porque estamos aqui com 4 meses de trabalho e sem condições de ir embora para fazer a roça lá em Minas. Nós somos de Mangabeira, município de Minas Novas. No dia em que saímos de lá, eles deram uma folha para assinar e nós não queríamos assinar porque achava que era contrato e o gato prometeu que a gente podia assinar e ficar tranquilo que não era contrato. Depois que nós chegamos aqui, eles falaram que era contrato o que a gente tinha assinado e que só vai vencer em dezembro em diante. Nós não podemos esperar, temos que ir embora fazer a roça. E quem pede a conta e vai embora, sai sem direito a nada e ainda fica devendo para a usina. Com esses 4 meses de trabalho já era pra ter um bom dinheiro, mas nada... Até agora não der pra nenhum dinheiro pra família, e nem dinheiro para a viagem a gente tem. O sindicato bem que podia vim dar uma força para nós que estamos sofrendo. [...] (“BOLETIM CÁ e LÁ”, nº 35, outubro de 1990).

⁵⁶ Além das referências já citadas no texto, estas informações podem ser encontradas na página: <www.camarapprudente.sp.gov.br/historia/hist_oeste/cidades/tsampaio/historia.html>, acesso set de 2014.

⁵⁷ Periódico publicado pelo Serviço Pastoral dos Migrantes (SPM) a partir de cartas e informações enviadas pelos próprios migrantes. A indicação completa se encontra nas referências bibliográficas.

O depoimento dramático de Geraldo é um dos casos dentre vários que não vieram a público, via de regra nas áreas de expansão agrícola e nos recantos longínquos das imensas fazendas de exploração de mão-de-obra barata. Há que se notar que o “território da usina” é o território da exploração por excelência. Até hoje, em não poucos os casos, têm-se muita dificuldade de saber ou fiscalizar as barbaridades que ocorrem nas relações de trabalho dentro do espaço privado das agroindústrias⁵⁸. Neste caso, os trabalhadores migrantes “sofrem sem ter a quem recorrer”, pois estão nas mãos dos capatazes, *gatos* e *turmeiros*⁵⁹ das unidades canavieiras.

De acordo com as informações obtidas junto a assentados/acampados ex-cortadores de cana e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Teodoro Sampaio, a Destilaria Alcídia (pertencente ao grupo Odebrecht Agroindustrial desde 2007 e atualmente paralisada), possui amplo histórico de ilegalidades e artimanhas no que se refere ao seu funcionamento, sobretudo no que tem a ver à legislação trabalhista. A arregimentação de migrantes e subordinação do trabalho dos camponeses e assentados (como fornecedores de matéria prima) foi recurso utilizado em vários momentos de sua história, desde a inauguração até os dias atuais.

João Batista Lima (Entrevistado em 08/10/2015), ex-trabalhador rural, negro, 42 anos, secretário geral do sindicato supracitado, nos conta que antigamente (nas décadas de 1970 e 80) a mão-de-obra para a Destilaria era mais escassa, por isso a Alcídia contratava trabalhadores migrantes desde localidades mais próximas, como do Norte e Noroeste do Paraná, até localidades mais distantes, como os estados nordestinos. Os trabalhadores eram abrigados em colônias e comunidades rurais dentro da própria fazenda, onde assumiam a “responsabilidade” (por contrato ou coerção física) de preparar e formar o canavial para a agroindústria.

Esta forma de subordinação do trabalho, distinta do assalariamento *puro*,

⁵⁸ Iamamoto (2001, p. 235) chama atenção para o fato de que só tardiamente a partir da promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural (1963), que ainda deixava lacunas quanto aos trabalhadores volantes, mas sobretudo, com a Constituição Federal de 1988, que foi feita a regulamentação das relações de trabalho no campo.

⁵⁹ É o responsável pela turma. Muitas vezes uma pessoa desempenha várias dessas funções: é o fiscal da roça, o motorista, o turmeiro, etc. Em 2008 verificamos que os turmeiros também eram contratados pela usina, mas recebiam uma “porcentagem sobre cabeça”, ou seja, por trabalhador no valor de 5% do salário recebido.

era determinante para a recriação desses trabalhadores enquanto camponeses, mesmo fornecendo matéria prima para a agroindústria, pois nas franjas e áreas onde não se plantava cana, era-lhes permitido cultivar os alimentos para o próprio sustento. De acordo com o entrevistado, que também foi funcionário da Destilaria, a relação sempre foi bastante conflituosa entre os trabalhadores e a Destilaria Alcídia, aguçado ainda mais nos anos de crise econômica da década de 80 e com o fim do Proálcool na década de 90.

Quando da aquisição da Destilaria Alcídia em 2007, pelo então Grupo ETH-Odebrecht (hoje nominado somente Odebrecht Agroindustrial), na safra 2008/2009 foram arregimentados aproximadamente 400 trabalhadores dos estados de Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e municípios do Noroeste do Paraná, todos para o corte manual de cana-de-açúcar. Esses trabalhadores ficaram durante a safra alojados nos municípios de Rosana e Euclides da Cunha Paulista e, na avaliação do sindicalista, foi uma “experiência” do novo grupo para iniciar o processo produtivo automatizado que seria implementado no ano de 2009 com a inauguração da nova unidade agroindustrial (Usina Conquista do Pontal), no município de Mirante do Paranapanema, quarta unidade canavieira do Grupo Odebrecht para a produção de açúcar, etanol e co-geração de energia elétrica.

Rubens Germano, ex-trabalhador rural, negro, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Presidente Venceslau e Marabá Paulista, confirma o histórico de violações dos direitos trabalhistas e de ilegalidades de toda natureza no âmbito das agroindústrias canavieiras e diz que há mais de 30 anos que ocorrem casos de aliciamento e contratação de migrantes, desde a instalação das primeiras empresas no Pontal do Paranapanema. Antes a situação era ainda mais difícil, pois a relação de trabalho era desprovida de direitos como décimo terceiro, férias, FGTS, cesta básica etc., somado ao fato de não haver sindicatos ou órgãos fiscalizadores que fossem atuantes. Muitos desses casos ainda hoje são desconhecidos e não vieram a público pela própria falta de fiscalização e atuação dos órgãos responsáveis nas décadas de 1980 e 1990⁶⁰.

O sindicalista destaca que a contratação de mão-de-obra na Destilaria Decasa (desativada), situada no município de Marabá Paulista, antes era feito pela

⁶⁰ As informações foram extraídas de entrevistas realizadas em vários momentos em 2011.

Cooperativa dos Plantadores de Cana (COPLAC) da região de Presidente Venceslau, inclusive dos migrantes. Mas quando da entrada do Grupo Olival Tenório no controle da referida empresa, nos anos 2003 e 2004, juntamente com a frota de caminhões, máquinas carregadoras e equipamentos trazidos do estado alagoano, também foi arregimentado um “seleto” grupo de trabalhadores, tanto da parte agrícola como técnicos da parte industrial e administrativa para moldar a nova unidade no Pontal.

De início foram plantados 5.000 hectares de cana-de-açúcar, além da matéria prima obtida junto aos fornecedores e aproveitamento da experiência com trabalhadores e *gatos* do estado de Alagoas para trazer trabalhadores para a nova unidade, conforme encontramos em 2008, muitos deles residindo na cidade de Presidente Venceslau (OLIVEIRA, 2010).

Um dos casos mais emblemáticos sobre aliciamento de trabalhadores para o Pontal, foi cometido em 2001/2002 pela falida Destilaria Santa Fanny, sediada no município de Regente Feijó, sob a administração de Jacques Samuel Blinder (proprietário) e Laércio Artioli (gerente). Trata-se de uma grande empreitada de arregimentação de indígenas aliciados em aldeias localizadas nos municípios de Aquidauana e Miranda, estado de Mato Grosso do Sul para o corte e plantio de cana-de-açúcar no estado de São Paulo. A partir do que relataram os trabalhadores da destilaria e moradores da cidade de Regente Feijó, uma parcela dos indígenas ficou trabalhando neste município enquanto a outra parte foi levada para Ribeirão Preto, para trabalharem na safra de outra empresa ligada ao empresário Jacques Samuel Blinder e seu grupo econômico. O Ministério Público do Trabalho (MPT) autuou a empresa, em nome dos seus representantes, por crimes de:

Aliciamento de trabalhadores, frustração de direito assegurado por lei trabalhista, falsidade de documento público (CTPS) por omissão de registro e quadrilha ou bando - crimes afetando direitos indígenas - interesse federal na tutela dos índios - crime contra organização do trabalho - constituição federal, artigo 109, incisos IV, VI e XI - inteligência das súmulas 62, 122 e 140 do superior tribunal de justiça e da súmula 115 do extinto tribunal federal de recursos - crime societário - alegações de inépcia da denúncia [...]. (TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL, 2004, grifo nosso).

O Ministério Público do Trabalho possui registros de violações e práticas delituosas por esta destilaria desde meados dos anos 1990 e, por este processo, descobriu-se que Laércio Artioli aliciava indígenas para o trabalho canavieiro há muitos anos, inclusive com o aval e envolvimento de funcionários da FUNAI e, ele

mesmo, se utilizando de uma carteira funcional da entidade, já que o aliciamento e deslocamento de indígenas para trabalhar em outros estados é controlado por lei. Felizmente, os interesses espúrios do capital na coerção destes trabalhadores foram frustrados antes do fim da safra a partir das ações dos “órgãos fiscalizadores”, interrompendo o emprego da força de trabalho indígena no corte e encaminhando-os para seu estado de origem.

O absurdo de formas degradantes assemelhadas a esta, remetem ao fato de que o trabalho migrante possibilita uma forma específica de superexploração do trabalho que tem na forma barracão⁶¹ (ou “condomínios” de mão-de-obra) a situação perfeita para tal finalidade, é o exercício do controle direto e coerção física *in loco* do capital sobre o trabalho. Este controle sócio-territorial do trabalho permite que se reproduza a formação de um “estoque”, sempre disponível de força de trabalho cativa ou mesmo escravizada, para o capital; ainda que o “trabalho livre” seja a forma predominante no capitalismo, pois, como diz Marx: “O escravo romano estava preso por correntes a seu proprietário, o trabalhador assalariado o está por fios invisíveis” (MARX, 2011, p. 669).

A permanência de formas assemelhadas à escravidão, o trabalho penoso e degradante mostra justamente o caráter não linear do desenvolvimento capitalista e a articulação dialética entre sua face espectral e regressiva no que respeita às relações de trabalho, no descumprimento das normativas e descaso com o meio ambiente. Ao capital interessa mobilizar os trabalhadores no processo produtivo, no afã de valorizar os capitais e ampliar a magnitude de trabalho excedente. A partir desta superexploração que os capitalistas conseguem alcançar o lucro extraordinário. As formas de exploração do trabalho humano foram sendo sofisticadas amplamente, com as revoluções industriais dos séculos XVIII e XIX houve um aceleração e potencialização do processo de produção fabril, baseado, sobretudo, no revolucionamento na matriz energética, inicialmente com o emprego do carvão mineral, em seguida com o petróleo, a energia elétrica e assim por diante. O estudo de Harry Braverman (1920-1976) é uma importante contribuição sobre estas mudanças no grau de intensificação da exploração do trabalho sob o contexto do

⁶¹ Para uma abordagem detalhada sobre essa forma de alojamento e controle social dos trabalhadores como parte do processo de exploração na lavoura canavieira, ver o texto de Thomaz Junior (1986), escrito no auge da mobilização de migrantes para os canaviais paulistas na década de 1980.

capital monopolista no século XX (BRAVERMAN, 1974).

Essas inovações redimensionaram a natureza intrínseca do capital em se autovalorizar, dinamizando a capacidade produtiva e encurtando o tempo médio de produção social do valor excedente. Estas mudanças refletem um momento histórico da dinâmica da luta de classes em que o capital avança na consolidação de sua hegemonia no bojo da contradição entre capital e trabalho, ou seja, na disputa de interesses entre aumento dos lucros por um lado e, por outro, a luta pela manutenção dos empregos, melhoria salarial, melhores condições de trabalho, mais tempo livre - ou mesmo - a luta pelo acesso à terra, moradia e vida digna para a classe trabalhadora.

Partindo disso, vemos que as classes dirigentes ao longo de vários anos se encarregaram de apoderarem-se dos meios de produção, expropriando os trabalhadores por todos os meios necessário, inclusive na esfera cognitiva, da experiência e conhecimento técnico que estes detinham sobre o processo produtivo. Uma condição essencial para o proprietário do engenho e mais ainda para o usineiro sempre foi obter [mais] terras para garantir o abastecimento da matéria prima. Por conta disso a concentração da propriedade fundiária tende a ser intensificada de acordo com as demandas de aumento da produção. É o que permite o suprimento autônomo da agroindústria além da imobilização de capitais na terra como reserva de valor.

Quando o proprietário da usina não detém a quantidade de terras necessária para aumentar sua produção, são criadas diversas formas de submissão e apropriação do trabalho dos produtores diretos. Isto aconteceu, por exemplo, com os “camaradas” assalariados, com os colonos que produziam para a agroindústria e os pequenos e médios fornecedores de cana. Por conta disso, essas relações de produção dentro do universo das usinas envolveu a subordinação de formas distintas de propriedade privada pelo capital, submetendo o trabalho agrícola à lógica da produção capitalista (IAMAMOTO, 2001, p. 114-116; THOMAZ JUNIOR, 2002).

Da natureza do processo capitalista de acumulação - que é apenas um momento do processo de produção capitalista- segue, portanto, por si, que a massa aumentada de meios de produção destinada a ser transformada em capital encontra sempre à mão uma população trabalhadora, correspondentemente elevada e mesmo excedente, explorável. (MARX, 1986, p. 168).

Nesse sentido, as formas sociais consideradas regressivas são objetivações de relações sociais necessárias à própria valorização e reprodução do capital, ou melhor, “a expansão do modo capitalista de produção determinado num dado momento histórico. Processo que, além de redefinir antigas relações, subordinando-as à sua produção, engendra relações não-capitalistas igual e contraditoriamente necessárias à sua reprodução” (OLIVEIRA, 2007, p. 40).

4.1 Mobilidade espacial e migração do trabalho para o capital

“Durante o processo de trabalho, o trabalho se transmuta de ação em ser, de movimento em produto concreto” (MARX, 2012, p. 223). Iniciamos com um trecho extraído d’O Capital para caracterizar a abordagem teórica que orienta a discussão proposta nesse trabalho, particularmente nesta seção.

Quando falamos da mobilidade espacial do trabalho, buscamos definir um processo que vai além de seu sentido topológico, do deslocamento geográfico dos sujeitos de um lugar a outro ou entre regiões, municípios ou estados; referimo-nos sobretudo às transformações constantes na forma de ser, nos papéis sociais, territorialmente redefinidos e que por sua vez redefinem e determinam novas bases para objetivação/externalização do trabalho. Não é apenas a mudança de trabalho ou de terreno, de trânsito de um “chão de fábrica” a outro que se transforma nas migrações, mas uma mudança de condicionantes, de sentidos, de consciência, de relações, de experiência com o mundo, ou seja, a própria sociabilidade é deslocada e transformada nesse processo. São contingências do movimento dialético de desterritorialização e reterritorialização, como um vir-a-ser contínuo, sempre em fluxo entre o ser e não ser.

O contexto da reestruturação produtiva do capital, mesmo que se exprima de forma fragmentária e complexa, não perde seu caráter de centralidade enquanto totalidade viva, fundante e mediadora, da sociabilidade humana no decurso de seu devir geohistórico (MÉSZÁROS, 2002; THOMAZ JUNIOR, 2013). Queremos dizer com isso, partindo das formulações de Ricardo Antunes (1999 e 2003) e Thomaz Junior (2009 e 2013), que a dinâmica contraditória do metabolismo do capital restringe e dissimula constantemente os sentidos, os papéis sociais, a subjetividade, as vinculações territoriais identitárias e político-ideológicas do trabalho dentro do seu

universo social e cultural de classe. Isto remete nossas atenções para a compreensão do “movimento ininterrupto de (re)configuração geográfica da divisão técnica/territorial do trabalho, o qual se interdetermina na trama dialética da territorialização, desterritorialização e reterritorialização” (THOMAZ JUNIOR, 2009, p. 85.), que expressam o conteúdo diferencial das formas de realização do trabalho. Somente desta forma poderemos avançar frente aos desafios e dificuldades postas ao entendimento das questões que envolvem o trabalho e a classe trabalhadora na contemporaneidade.

Isso redimensiona tanto a velocidade, quanto a quantidade/qualidade dos rearranjos do trabalho, repercutindo nas suas formas de inserção/exclusão no sistema metabólico do capital, bem como nas suas formas de ser, territorialmente redefinidas, porém combinadas à nova polissemia, aos significados e noções de pertencimento de classe, que são profundamente tocados, tendo em vista o processo de informalização e degradação crescente do trabalho. Isto é, não há como pensar em movimento metabólico do capital sem considerarmos o tempo e o espaço, ou o caráter histórico e a estrutura qualificada de relações, interações fundantes da relação homem-meio e homem-homem, em síntese, a sociedade geograficamente posta, em cuja base o trabalho (e suas múltiplas relações) reconstrói esse processo dialeticamente e nos possibilita enxergar as relações de propriedade, de poder, portanto a própria organização da sociedade pela base. (THOMAZ JUNIOR, 2009, p. 34).

O conjunto destes fatores corrobora a abordagem de Paul Singer (1932-2018) quando diz que o fenômeno social das migrações perpassa pela dimensão política, econômica e social de classe, ou seja, que “as migrações internas são sempre historicamente condicionadas, sendo o resultado de um processo global de mudança, do qual elas não devem ser separadas” (SINGER, 1979, p. 31).

A migração do trabalho para o capital, para além da dimensão espacial, também ocorre no processo de valorização do capital, quando se produz o mais valor, na passagem do trabalho vivo para o trabalho morto. O capital é o trabalho incorporado, é trabalho acumulado. Por isso o capital agroindustrial canavieiro emprega migrantes sob a mais intensa exploração no corte da cana-de-açúcar e (em menor escala) no plantio. Para o capitalista/empregador (usineiro) a particularidade em contratar migrantes se perfaz centralmente pelo potencial do *tempo de trabalho excedente* que eles produzem, via de regra, muito superior ao *tempo de trabalho necessário*. Isso os diferencia também relação aos trabalhadores locais, não somente pelo motivo de que sejam exímios e dedicados trabalhadores (e o são), mas também pelas condições nas quais realizam a sua reprodução social, marcada pela

precariedade de condições materiais na satisfação das necessidades elementares.

Entendida como dimensão concreta e necessária à reprodução do capital, a mobilidade do trabalho revela *em si e por si* o conteúdo plural da natureza plástica do trabalho, quer dizer, sua capilaridade sobre distintas tarefas e atividades sob as imposições da divisão social hierárquica. Capital e trabalho são uma unidade contraditória e interpenetrada; o movimento de um realiza o outro e vice-versa.

Neste cenário complexificado e cindido pelas dimensões da reestruturação produtiva, o caráter móvel e migrante do trabalho é dinamizado não somente pelo deslocamento geográfico de pessoas de um lugar a outro (dimensão espacial), mas também através do desenvolvimento da formação/qualificação e desqualificação profissional, assim como através das constantes mudanças de emprego, de setor e atividade na produção de mercadorias, ou mesmo, quando ocorre a expropriação/conversão de camponeses em vendedores de força de trabalho que é marca característica da espoliação do capital imperialista (HARVEY, 2005).

Revela-se aqui uma mudança na forma assumida pelo trabalho ou a sua plasticidade (dimensão setorial ou categorial). Esta segunda dimensão deve ser considerada a partir das mutações no mundo do trabalho que alterou o quadro histórico-estrutural de realização do trabalho (por exemplo, a passagem do padrão taylorista-fordista para a de “acumulação flexível”), que redimensionou a extração do excedente através da sua *produtivização*, posto que,

[...] a selvageria real do sistema continua firme, não somente expulsando cada vez mais pessoas do processo de trabalho, mas, com uma contradição característica, também prolongando o tempo de trabalho, sempre que o capital consegue fazê-lo impunemente (MÉSZÁROS, 2007, p. 150, grifo do autor).

Pelo que temos conseguido compreender, existe uma terceira dimensão na mobilidade do trabalho que é *temporal*; revelada no movimento de produção do valor e que se cristaliza na mercadoria. É a materialização do trabalho humano [alienado] que *migra*, ou seja, é transferido à forma-mercadoria pelo trabalhador no processo produtivo. “Quantidades de produto determinadas, estabelecidas pela experiência, significam determinada quantidade de trabalho, determinado tempo de trabalho solidificado. Apenas materializam tantas horas ou tantos dias de trabalho social” (MARX, 2012, p. 223).

Esta terceira dimensão (temporal) da mobilidade ou do caráter migratório do trabalho para o capital é a mais fundamental, pois refere-se ao processo de substanciar a mercadoria, de inscrever o volume e a quantidade de trabalho que dá corpo ao produto. A alienação do trabalho, à medida que se cristaliza em objeto, como trabalho objetivado, se metamorfoseia nas propriedades corpóreas das mercadorias. Em termos marxianos, se no processo de trabalho a atividade do homem opera (a partir do uso de instrumentos de trabalho) uma transformação subordinada a um determinado fim (previamente concebido), “o processo extingue-se ao concluir-se o produto” (MARX, 2011, p. 214.). Ocorre neste ato, de movimento do metabolismo social do trabalho, a sua incorporação ao objeto sobre o qual atuou. Sua concretização/transmutação orgânica na matéria (agora *trabalhada*). “O que se manifesta em movimento do lado do trabalhador revela agora qualidade fixa, na forma de ser, do lado do produto” (MARX, 2012, p. 215)

Marx analisou que quando a produção capitalista se apodera e passa a reproduzir-se na agricultura, diminui-se a procura absoluta da população trabalhadora rural. Ocorre aí uma repulsão que não é contrabalanceada, por isso, diz ele, “parte da população rural encontra-se sempre na iminência de transferir-se para as fileiras do proletariado urbano ou da manufatura” (MARX, 2011, p. 746). Mas, seguindo na reflexão, ele pontua que este fluxo constante (no caso para as cidades) pressupõe no próprio campo a existência de uma população supérflua sempre latente, “cuja dimensão só se torna visível quando, em situações excepcionais, se abrem todas as comportas dos canais de drenagem. Por isso, o trabalhador rural é rebaixado ao nível mínimo de salário e está sempre com um pé no pântano do pauperismo” (idem).

Por mais que não seja possível chegar a um fator explicativo único sobre o fenômeno das migrações internas ou da intensa mobilidade espacial e territorial de trabalhadores e suas famílias, são necessárias algumas ponderações. A primeira delas é que a mobilidade ou a natureza migrante está na raiz do *modo de ser* do campesinato brasileiro por conta do embate de classes e disputadas territoriais que caracterizam essa formação sócioespacial. É nessa desintegração conflituosa que encontramos a gênese do boia-fria, do trabalhador migrante no Brasil, como bem nos mostra o estudo aprofundado da socióloga Maria Aparecida de Moraes Silva (2002).

Em sua longa trajetória de pesquisa sobre a desintegração de comunidades rurais e a questão dos migrantes (errantes), esta autora mostra as consequências

nefastas da abolição inconclusa da escravidão e da política racista no final do século XIX de favorecimentos da imigração branca para substituição da mão-de-obra em detrimento dos trabalhadores negros. Por conta da predominância de um sistema de posse da terra precária e o acesso historicamente bloqueado o “seu modo de vida, muito mais do que a terra, são o patrimônio que tem sido transmitido, diferentemente do camponês europeu, que tem histórico enraizamento territorial com a terra” (THOMAZ JUNIOR, 2009, p. 183). Por isso mesmo que para se reproduzir (continuar existindo) enquanto camponês, necessita migrar, uma vez que:

o camponês deve ser visto como um trabalhador que, mesmo expulso da terra, com frequência a ela retorna, ainda que para isso tenha que (e)migrar. Dessa forma, ele retorna à terra mesmo que distante de sua região de origem. É por isso que boa parte da história do campesinato sob o capitalismo é uma história de (e)migrações. (OLIVEIRA, 2007, p. 11).

No entanto esta não é uma “livre opção” de vida, mas uma condição de existência imposta ao conjunto do campesinato pobre, negro, indígena e sem terra no Brasil e em várias outras realidades da América Latina. Medidas como o decreto da Lei de Terras de 1850 - com clara exceção para os imigrantes colonos que aqui desembarcaram e pouquíssimas famílias ou comunidades camponesas que conseguiram regularizar e/ou resistirem na posse da terra – ao limitar o acesso à terra, possibilitou que a grande maioria dos trabalhadores fosse expulsa do campo de forma violenta (como se verificaria nos exemplos de extermínio em Canudos, Contestado, Porecatu, na região do Vale do Jequitinhonha e tantos outros). Parte dos camponeses que não se proletarizaram, sobretudo em trabalhos precários e na informalidade, passou a migrar para áreas de fronteira, sempre em busca de novas terras, muitas vezes de terceiros, para se recriarem na forma de meeiros, parceiros, arrendatários, foreiros, irrigantes, extrativistas, ribeirinhos, fundos de pasto, etc. Outros ainda vivem a dura conciliação entre a sazonalidade e alternância entre a proletarianização como assalariados em atividades altamente precárias e o trabalho para o autossustento em unidade produtiva familiar.

Tal qual analisada por Martins (1973, 1986 *apud* IAMAMOTO, 2001, p. 172-73), a condição migratória dos sujeitos consiste na transição de uma sociedade a outra, no trânsito de um tempo histórico a outro, consubstanciado em específicas relações sociais, nas quais se molda o sujeito. Por isso asseveramos a migração enquanto *mobilidade territorial* - na medida em que configura o *trânsito*, o

deslocamento espacial entre regiões, locais e lugares distintos, também configura territorialidades, um conjunto de relações sociais espacialmente demarcadas – reveladoras da *condição espacial* (necessária) para realização do trabalho. Estar em movimento, migrar de um lugar a outro para executar o ato de trabalhar ou fazer o intercambiamento de mercadoria - no caso, horas de trabalho por salário - é condição imanente à acumulação e reprodução do capital, por este motivo, nos propomos nesse item apresentar algumas nuances que o processo migratório para o agrohidronegócio canavieiro no Pontal do Paranapanema tem possibilitado.

Seguindo o fio condutor das pesquisas anteriormente realizadas sobre o tema na região (OLIVEIRA, 2010 e 2011), bem como o nível de compreensão sobre o objeto que elas nos possibilitaram, faz-se importante pontuar que a inserção dos trabalhadores migrantes “temporários” oriundos de outras regiões nas atividades agrícolas (corte e plantio da cana-de-açúcar), bem como em outros ramos agroindustriais, não deve ser visto enquanto anomalia ou “falha do sistema”, mas sim como uma determinação própria do caráter desigual e combinado no qual se territorializa a acumulação de capital no Brasil⁶². No entanto, este metabolismo social extrator de mais-valor, por sua vez, subordina e explora o trabalhador/a migrante em sua particularidade enquanto força de trabalho. Queremos dizer assim, que, historicamente o momento predominante da (re)produção ampliada da forma valor-mercadoria no setor canavieiro, sempre esteve radicalmente assentado na superexploração desmedida da força viva que trabalha, especialmente dos migrantes, sazonais e temporários.

É evidente que essa condição fundamental para a existência do capital (a extração e apropriação do trabalho não-pago), no caso do setor canavieiro, passou por formas distintas ao longo da história⁶³, no “pós-abolição” do escravismo por exemplo, combinando formas de subordinação via colonato, parcerias e até formas assemelhadas à escravidão nos canaviais coexistindo com o trabalho assalariado. Contudo, o que ressaltamos é o fato de que nestas atividades que empregam (ou

⁶² Rosa Luxemburgo em seu estudo sobre a acumulação do capital (1985) revela como a expansão geográfica realizada pelo capital estabelece determinações sócio-espaciais para impor sua lógica de dominação, dismantelando ou subordinando outras formas de organização da produção ao modo de produção especificamente capitalista.

⁶³ São inúmeros os trabalhos e levantamentos estatísticos sobre a dinâmica do trabalho assalariado na agricultura paulista nos anos 1980 e 90. Em Camargo (2007) temos uma referência importante da análise deste processo até a primeira metade da década de 2000.

empregavam até pouco tempo atrás) um contingente massivo de trabalhadores migrantes temporários, safristas ou diaristas, como nas colheitas de algodão, café, laranja e de forma mais abrangente de cana-de-açúcar, criam-se as condições favoráveis para produzir uma extraordinária massa de valor excedente e, por consequência, elevadas taxas de lucro. Isso por que esta forma de organização do trabalho (no corte da cana, por exemplo) reúne características próprias como a negação e violação sistemática dos direitos trabalhistas, submissão a um rígido controle social, precárias condições laborais, de alojamento, de alimentação e forma de remuneração por produção que, no conjunto, resulta no altíssimo grau de exploração da capacidade física do trabalhador.

Um argumento central que afirmamos reiteradas vezes nesse trabalho, busca defender certas particularidades no perfil dos trabalhadores migrantes mobilizados para o emprego no setor canavieiro e que certamente encontramos em outras cadeias produtivas como as da laranja, celulose, mineração e assim por diante, conforme o relato dos próprios sujeitos da migração. Sendo assim, nessa parte final do capítulo queremos exemplificar o argumento com alguns casos concretos das trajetórias migratórias desses sujeitos, anteriores ao momento de safra quando os entrevistamos. Quando as palavras em si não permitiam exprimir a dimensão espacial relatada, elaboramos uma representação cartográfica para ilustrar o fluxo migratório no território brasileiro e além.

Antonio Pereira da Silva⁶⁴, 55 anos, trabalhador rural negro originário do Povoado Gonçalo (município de Coroatá, região dos Cocais, Maranhão):

- I. Antonio nasceu no distrito de Icoaraci, em Belém do Pará e ainda criança foi com os pais para o Amazonas trabalhar em fazenda; depois casou-se com uma maranhense e foi morar no Maranhão, na região de Coroatá, onde trabalhou de diarista em tarefas agrícolas;
- II. Do Maranhão vai trabalhar no Garimpo Cumarú e depois como operador de moto serra em Redenção, no Pará (localizado dentro das terras indígenas Kayapós) até a intervenção da Polícia Federal.

⁶⁴ Citamos o nome completo do trabalhador conforme nos foi autorizado pelo mesmo e, quando não, citamos apenas o primeiro nome.

- III. De Redenção vai para Boa Vista, em Roraima, trabalhar como gerente de uma fazenda, mais especificamente lidava com criação de gado Nelore; segundo ele, a fazenda pertencia a um “ex-delegado” aposentado da Fundação Nacional do Índio (FUNAI);
- IV. Desta localidade, na fronteira norte do país, começa a trabalhar com o traslado de mercadorias da cidade de Santa Elena de Uairén, na Venezuela, para o Brasil (região fronteira). Ficou mais de seis meses fazendo o transporte, sobretudo de gasolina, utensílios e mercadorias em geral;
- V. Passado um período vai novamente trabalhar de garimpeiro, agora na Guiana Inglesa onde fica por 4 meses. Conta que só se podia chegar ao local de trabalho por avião, pois ficava localizado no coração da floresta amazônica. “O principal problema era o Lexo” (mosquito que ao picar provoca infecções na pele, formando feridas profundas);
- VI. Passado mais este período voltou para Coroatá, em 2012, e decidiu partir para cortar cana-de-açúcar em Tarabai (SP) no ano de 2013, sendo empregado na Unidade Umoe Bioenergy durante seis meses. Após isso foi demitido e atualmente trabalha no *Frigorífico Lev Carne* de Pirapozinho (SP);

Observando as migrações e trajetórias⁶⁵ por ele realizadas (Figura 2) seria possível traçar um rico mapa ou diversos mapas temáticos sobre o conjunto de temas que sua história de vida suscita para a pesquisa, como exemplos, a realidade do trabalho precário, sobretudo no campo e no interior do país; o controle e a violência contra os trabalhadores no interior das fazendas de latifundiários, dos garimpos, transporte de mercadorias na fronteira, a destruição das florestas e a grilagem de terras e todo conjunto de tarefas penosas.

⁶⁵ Informações obtidas a partir de entrevista realizadas em Tarabai (SP) no dia 01 de out. 2015.

Figura 2 - Trajetória do trabalhador Antonio Pereira da Silva (Maranhão)



Fonte: Base cartográfica do IBGE e Pesquisa de Campo (2015).

A história de Antonio, nascido em uma comunidade camponesa, mas que teve de 'sair pro mundo' em busca de emprego é exemplar da dimensão migratória do trabalho como característica reprodutiva do campesinato, continuamente expropriado, explorado, subordinado, nas condições da formação sócioespacial brasileira.

Sua trajetória e de tantas outras imersas nesse processo, explicitam a territorialidade da informalização e degradação crônica que são intrínsecas à estas migrações e ao mundo do trabalho atual sob a crise estrutural do capital. Quando perguntado sobre os anos de registro em carteira por todos os anos trabalhados, Antonio deixa escapar o riso e responde que só passou a ter registro mesmo, depois que começou a cortar cana em São Paulo, por que nos outros empregos isso não ocorria. Em suas palavras diz: “olha lá no norte, nessas andanças nesses lugares que te falei, isso de registro praticamente não existe” (informação verbal)⁶⁶.

Nos limites dessa entrevista não foi possível aprofundar o detalhamento sobre cada um das vivências e emprego nesses lugares, condições de alojamento, alimentação e situação vividas, tão pouco sobre as trajetórias das gerações anteriores da família (pais, avós, etc.), mas Antonio apenas menciona que na sua família, desde que se entende por gente, sempre conviveu com pai, tios viajando para trabalhar em lugares distantes que ele nem sabia onde ficavam.

Absolon, 38 anos, trabalhador rural negro oriundo do município de São Joaquim do Monte no estado de Pernambuco. Antes de começar a migrar, sempre se dedicou à labuta na terra do pai, plantando inhame, batata-doce, mandioca (macaxeira), feijão, hortaliças e legumes. Da mesma forma que os demais relataram, ele afirma que “lá” na comunidade, na terra na qual vivia, não se passa fome, as famílias sempre se viram de alguma forma, mas o problema é o pouco acesso ao dinheiro. Trabalha-se bastante, mas não pega dinheiro no final do mês ou da quinzena, porque é um trabalho por contra própria, para o autossustento da família. Quando pega alguma coisa, é pra comprar as “coisa que precisa para complementar o que falta dentro de casa”⁶⁷, segundo ele, a ajuda do Governo (referindo-se ao Bolsa Família) ajuda bastante nesse ‘acesso ao dinheiro’ para adquirir produtos necessários para viver.

⁶⁶ Idem.

⁶⁷ Informações obtidas em entrevista realizadas em Tarabai (SP) no dia 02 de out. 2015.

Figura 3 - Trajetória de Absolon (Pernambuco)



Fonte: Base cartográfica do IBGE e Pesquisa de Campo (2015).

- I. Em 2006 migra pela primeira vez para fora do estado, arregimentado pela empresa Mundiú de Jaú (SP), para trabalhar de forma terceirizado na montagem das estruturas metálicas das instalações industriais da unidade COCAL 2 no município de Narandiba;

- II. Entre 2008 e 2009, após término do contrato anterior, ingressa nos quadros de funcionários da Umoe Bioenergy como *apontador*⁶⁸, fazendo o controle de horários de trabalho e de máquinas no campo;
- III. No final de 2009, após ser desligado da empresa, migrou para São Bernardo do Campo sob convite de um primo que lhe arranhou um emprego na empresa Picole Premier, fazendo móveis e pintando (marcenaria) entre 2010 e 2011;
- IV. No meio do ano de 2011 retorna pra Narandiba e entra no Mercado Econômico de Pirapozinho fazendo entrega de comprar e encomendas;
- V. Entre 2012 a 2014 trabalha novamente na COCAL como operador de pá (Patrol e esteira) pela terceirizada Stan Service de Promissão que possuía 12 funcionários e 16 máquinas dentro da empresa na parte do trabalho com bagaço, açúcar, terraplanagem etc;
- VI. Por fim, em 2015 ingressa na empresa Moderna de Quatá, terceirizada que presta serviço para a empresa COCAL, onde trabalha atualmente com transporte de calcário e insumos agrícolas, operação de transbordo, implementos, insumos, etc.

Pelo grau de instrução de Absolon, com Ensino Médio incompleto, lhe foi possibilitado empregar-se em uma série de atividades técnicas e operacionais, segundo ele, 'que exige um pouco mais', entretanto, afirma que nunca descartou o trabalho manual no corte da cana-de-açúcar ou em atividades correlatas.

Outro relato de experiência sobre a trajetória pelo mundo do trabalho é a de Antonio Carlos Oliveira Lima (Figura 4), 52 anos, trabalhador rural negro, oriundo do Povoado Gonçalo, município de Coroatá no Maranhão. Antonio e sua companheira Maria chegaram na cidade de Tarabai (SP) em fevereiro de 2011 a partir do contato do filho e do sobrinho que já estavam vivendo na região. Após três meses ingressou no corte de cana na empresa Umoe Bioenergy onde permaneceu até julho de 2015

⁶⁸ Função que foi praticamente eliminada pelo computador de bordo das máquinas que fazem essa operação de "controle" das horas trabalhadas etc. Por outro lado surgiu o auxiliar de pátio que cuida da manutenção e limpeza das máquinas.

quando foi demitido junto com outros grupos de trabalhadores, hoje se encontra desempregado e na expectativa de ser contratado em uma outra agroindústria. Quando perguntado sobre o motivo de ter saído de sua terra para o trabalho no corte da cana-de-açúcar, ele diz: “Lá não tem o trabalho que aqui tem [...] em termos de trabalho aqui é melhor [...] lá mesmo que trabalhe ganha pouco, por exemplo, uma diária é 20 reais pra trabalhar das 07 até as 06 da tarde”. (Informação verbal)⁶⁹.

Figura 4 - Trajetória de Antonio Carlos O. Lima (Maranhão)



Fonte: Base cartográfica do IBGE e Pesquisa de Campo (2015).

⁶⁹ Entrevista realizada em Tarabai (SP), em outubro de 2015.

- I. Antonio Carlos saiu pela primeira vez para trabalhar fora da comunidade em 2005 quando foi para Canaã dos Carajás a serviço de uma empresa de construção civil que o empregou como 'ajudante' na construção de um barracão da mineradora Cia Vale do Rio Doce. Ficou 9 meses fora nesse emprego até o fim da obra.
- II. Em 2006 foi trabalhar em uma fazenda no município de Codó na construção de cercas e no roçado de pastos (5 meses fora).
- III. Em 2008, depois de um ano e meio sem emprego, decidiu vir pra São Paulo cortar cana. Foi arregimentado para o município de Pradópolis pelo contato de "um conhecido" da comunidade que trabalha em usinas daquela região. Juntamente com dois sobrinhos, partiu para esta cidade na intenção de trabalhar no corte de cana, ingressando na Usina Maringá. Relata que esperou dois meses parado até ser *fichado* (registrado na usina) e que o primeiro mês foi bastante difícil e duro, ganhava muito pouco pela "*falta de habilidade no facão*". Recebiam por quinzena entre duzentos e trezentos reais, aguentou firme até o final daquela safra e retornou para sua comunidade em Coroatá (MA).
- IV. Ao retornar para o Maranhão, Antonio Carlos nos conta que estava decidido a não voltar mais para o corte da cana dado o grau de penosidade que experimentou. No entanto a falta de perspectiva o forçou novamente a migrar para o corte da cana na safra de 2011, desta vez para a região oeste de São Paulo, município de Tarabai, onde hoje está instalado e trabalhando há quatro safras seguidas e sonhando regressar a seu estado quando juntar um 'pé-de-meia', como ele mesmo diz.

Os dois últimos casos que relatamos são dos irmãos Edinaldo (30 anos) e Cleonilson (23 anos), oriundos do povoado Gonçalo no município de Coroatá (Maranhão) e há cerca de seis meses vêm "ganhando a vida" como *boias-frias* (sem contrato em carteira), recebendo entre 30 e 50 reais na colheita de batata-doce em lavouras próximas às cidades de Tarabai e Pirapozinho (SP). A produção de batata-doce é um dos poucos cultivos que resiste frente à avalanche verde da monocultura de cana-de-açúcar na região, mesmo tendo sofrido brusca redução da área plantada

nos últimos anos do mesmo modo que outras culturas como tomate, feijão, laranja, café, algodão etc. O trabalho neste tipo de lavoura não estava no plano inicial dos dois primos maranhenses quando chegaram à cidade de Tarabai em 2008 para trabalharem no corte da cana-de-açúcar, no entanto após serem desligados das empresas em 2014, tiveram que “se virar”, como disseram, para sustentar a família e ajudar familiares que deixaram em Coroatá. Os dois jovens, agora ex-cortadores de cana estabelecidos na cidade, com crise do emprego no setor canavieiro agora pensam até em retornar para o lugar de origem ou mesmo migrar outra vez para outro local em busca de “novas oportunidades”. Ambos se dizem estar em plena forma física e dispostos a “correr o trecho” para conseguir emprego⁷⁰.

O relato destas experiências/inserções no mundo do trabalho, que se repete ano-a-ano para a maioria dos migrantes, em especial os da região norte e nordeste, traz o universo de limites e possibilidades para o entendimento das contradições e complexidades que compõem a reprodução do trabalho sob o sócio-metabolismo do capital. A questão é que o aspecto essencial desta processualidade dos fluxos migratórios, justamente por exprimir-se como forma social generalizada da globalização capitalista, na qual o próprio capital em crise autodetermina-se pelo movimento incessante de busca da valorização, expressa, no mesmo compasso, a natureza *mutante*, multifuncional e pluriativa do trabalho revelada através do espectro de sua precarização estrutural. Buscar a apreensão das formas de (re)existências do trabalho significa não restringir ou mesmo absolutizar apenas a sua dimensão imediata, fenomênica, mas considerar “as demais formas possíveis de existência e as territorialidades subjacentes” (THOMAZ JR, 2010), a riqueza e miséria do processo social diverso e constantemente refeito pelas externalizações da crise estrutural e reestruturação produtiva do capitalismo global. Desta forma:

É importante ponderar, a respeito do exercício metodológico fundado em via de mão dupla na plasticidade/capilaridade do trabalho, que, quanto mais intenso o processo de valorização do capital, mais profundas são as consequências para o trabalho e, em decorrência, para a dinâmica do trabalho. Em síntese, as mudanças rotineiras de tarefas e atividades ao longo do ano ou, mais propriamente, a dinâmica geográfica do trabalho e os rearranjos territoriais constantes, expressos na territorialização, desterritorialização e reterritorialização. (THOMAZ JUNIOR, 2009, p. 114).

Pelas indicações das pesquisas realizadas no âmbito do Centro de Estudos

⁷⁰ Entrevista realizada em 04 de outubro no bairro Pereira Galvão em Tarabai (SP) em 01 de out. 2015.

de Geografia do Trabalho (CEGeT) estas práticas, como acima descrito, se repetem em diversas regiões brasileiras e apresentam a verdadeira face da civilização burguesa. Este tipo de aliciamento chega a tal ponto como verificou Azevedo (2013, p. 16), que algumas empresas canavieiras passam a contratar exclusivamente mão-de-obra indígena e migrante para atender seus objetivos econômicos. Trata-se principalmente de trabalhadores arregimentados para o corte e plantio manuais da cana-de-açúcar, mas é facilmente verificável nos trabalhos de campo a existência de migrantes para outras funções e atividades, seja no âmbito da planta industrial ou no transporte no âmbito do agrohidronegócio canavieiro⁷¹. A necessidade de absorção dos trabalhadores [indígenas ou migrantes] vem atender aos interesses da geopolítica do capital que articula, seja na escala nacional ou internacional, no plano estatal as diretrizes para manutenção da taxa dos lucros e dos investimentos, assim:

a expansão e retração dos investimentos do capital nacional, em consórcio ao capital internacional, efetiva-se pela colaboração política, econômica e tecnológica, num jogo articulado de relações onde as manobras e estratégias são elaboradas tendo em vista maximizar a reprodução do capital em nível mundial. (AZEVEDO, 2013, p. 149).

Assim como é na construção de barragens, a instalação de uma agroindústria canvieira absorve muita mão-de-obra e as empresas que atuam nesse ramo (maioria delas situadas na região de Sertãozinho no estado de São Paulo) formam turmas de trabalhadores “permanentes” ou temporários – contratados apenas durante obras específicas - para cumprir seus contratos.

Valderi Santos Góes (Entrevistado em Sandovalina no dia 08/10/2015), de 30 anos, natural de Côcos na Bahia, e hoje residente em Sandovalina, foi um desses trabalhadores contratados pela empresa Ferezin que atua no ramo de locação de máquinas, guindastes e manutenção e montagens industriais. Conta-nos que juntamente com seu irmão e mais algumas centenas de trabalhadores foram contratados no estado da Bahia, município de Côcos e arredores, para as instalações da Unidade da Umoe Bioenergy em Sandovalina. Alguns moradores locais confirmam a informação dizendo que foi um período no qual a cidade “estava um caos de gente

⁷¹ A constatação da presença de trabalhadores migrantes no setor de transporte das empresas canavieiras foi feita por Barreto (2011, p. 220), bem como sobre a mobilidade interna do trabalhador nas atividades da agroindústria, diz: “um trabalhador que, durante a safra, prestou serviços no transporte de cana-de-açúcar, na entressafra, atua no setor de limpeza, organização da indústria, segurança, setor agrícola/canaviais, entre outras funções” (BARRETO, 2011, p. 126-127).

de fora” e alguns trabalhadores foram alojados até em sedes de fazendas e em barracão cedido pela prefeitura por conta da falta de casas para alugar na cidade. “Muitos foram solidários com eles doando alimentos e abrigos na época do frio”, disse uma moradora local⁷².

Marilda Iamamoto, em seu estudo sobre a condição operária no setor sucroalcooleiro, disse que os trabalhadores migrantes “são parte de um contingente de população sobrando para as necessidades do capital, seja na forma de população intermitente e/ou flutuante” (IAMAMOTO, 2001, p.16), por isso possuem particularidades sociais, pois sua experiência de vida não é singular, considerando a temporalidade e territorialidade esfacelada e reconstruída no trânsito, no deslocamento, na intermitência do ciclo entre as regiões de partida e a região de chegada. São seres sociais que vivem no dilema, da fragmentação das relações sócias, e com a imposição de uma unidade dada externamente pelo capital que os homogeneíza no ambiente de trabalho e de alojamento, por isso é uma unidade vivida como estranhamento.

A realidade vivida pelos trabalhadores rurais migrantes não é exclusiva de um setor ou de um grupo de trabalhadores em específico, mas está se tornando uma realidade cada vez mais ampla a nível internacional, impulsionada pelo capital em crise. Tem sido cada vez mais intensa a exploração e extensa a abrangência geográfica da arregimentação, da mão-de-obra migrante, para além do setor canavieiro, em nas grandes obras, grandes eventos, garimpagem, cultivos agrícolas e além. Estudar caso-a-caso possibilita trazer à tona os expedientes regressivos encimados na precarização estrutural, sejam na construção dos estádios da Copa do Mundo, hidrelétricas, refinarias, no corte manual da cana-de-açúcar, da laranja, montagem de usinas e até mesmo na realização de megaeventos como o *Rock in Rio* como denunciado e autuado pelo Ministério Público do Trabalho⁷³.

Para a parte viva que produz com seu sangue e suor toda riqueza os rebatimentos desse processo têm demandado não somente a saúde do trabalhador, mas sua disposição, adaptação e disciplinamento do corpo e habilidades num curto

⁷² Informações verbais obtidas em Sandovalina em 08 de out. 2015.

⁷³ Conforme noticiado na imprensa nacional, na edição de 2015 do festival fiscais do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) resgataram 17 trabalhadores em situação análoga à escravidão (TRABALHADORES..., 2015).

período de tempo para realizar um conjunto de tarefas para produzir sob o menor salário possível o máximo quanto desejável.

Marx, sustentado sobre uma vastidão de dados estatísticos e relatórios oficiais, observou as condições degradantes de trabalho e habitações dos trabalhadores que se dirigiam para as regiões mineiras da Inglaterra no século XIX, considerando em sua análise o papel que cumpre a superpopulação relativa e o exército industrial de reserva na acumulação capitalista. Especialmente pela “disponibilidade” desses setores em ser mobilizados a qualquer hora e em qualquer atividade produtiva, bem como pela pressão externa que exercem sobre o pessoal empregado [já em ação], na regulação dos salários e reposição, por exemplo, “tornando completo o despotismo do capital” (MARX, 2011, p. 743-44).

A natureza deste tipo de trabalho, volante, “temporário” e “flexível” parece ser a forma mais adequada às exigências capitalistas do período atual, em seu estágio de financeirização. Trabalhadores vivendo em alojamentos precários, passando diversos meses longe da família e residência e sujeitados a todo tipo de intempérie no âmbito do controle do metabolismo social do capital. O que nos invoca a explicitar o itinerário da precarização, da superexploração e da dilapidação das relações de trabalho como traço característico da modernidade salarial (ALVES, 2008).

No caso específico de seguimentos de migrantes que buscam emprego e “melhores oportunidades” em países como o Brasil e outros da América Latina que vêm recebendo levas de bolivianos, haitianos, paraguaios, seria preciso analisar a totalidade do fenômeno e seus múltiplos encadeamentos para termos um diagnóstico consistente sobre os aspectos plural e regressivo nas mediações constituintes do mundo do trabalho. Aí entrariam questões como trabalho escravo, coercivo, penoso e degradante; pagamento por peça, contração de dívidas, restrição da liberdade e todas as violências inerentes à voracidade do metabolismo social do capital. A existência e permanência de formas assemelhadas à escravidão, do cativo e formas similares na contemporaneidade, explicita a não-linearidade do desenvolvimento capitalista. Diariamente trabalhadores e trabalhadoras são coagidos moral e fisicamente para intensificarem a produção, seja no eito, ou outras situações e condições as mais adversas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como evidenciado em estudos sobre a dinâmica territorial do capital e do trabalho no Pontal do Paranapanema (BENTO, 2015; BARRETO, 2013; OLIVEIRA, 2011; THOMAZ JUNIOR, 2009), boa parte dos migrantes arregimentados no corte da cana-de-açúcar são formados por camponeses pobres ou, quando não, filhos de camponeses que vivem e trabalham na terra dos pais, mas vivenciam os dilemas da proletarianização através do trabalho assalariado na agroindústria canavieira. É por meio dessas contradições imanentes ao metabolismo do capital que devemos entender a existência e re-existência camponesa (THOMAZ JUNIOR, 2013, p. 6565). A apreensão das formas de externalização do trabalho, tomados individualmente (o pedreiro, marceneiro, torneiro, pintor, agricultor, etc.), das funções e vínculos por ele assumidos na produção, substantiva a noção sobre sua plasticidade.

À medida que esta totalidade articulada das formas sociais do trabalho, é objetivado na mercadoria e para que isso ocorra, via de regra, há o deslocamento geográfico do sujeito que trabalha, seja qual for a escala, vislumbramos a mobilidade espacial do trabalho. A intensificação desta mobilização (exigência da produção e reprodução do valor) correspondente ao período de consolidação global do modo de produção, no qual é intensificado a mobilidade espacial do próprio capital; mais ainda a partir de sua financeirização.

A dinâmica geográfica da migração nos revela a condição espacial da precarização estrutural do trabalho; a mobilidade do trabalho humano como fator intrínseco à dinâmica exploratória do sistema do capital para um conjunto de trabalhadores, camponeses, negros/as, índios e muitas vezes quilombolas. Ao não ser permitido a estes grupos uma inserção de consumo na sociedade do capital, eles partem trabalhar em qualquer tipo de ocupação a troco de baixos salários, em muitos casos sem garantias mínimas ou mesmo tendo seu trabalho escravizado.

A abordagem das migrações internas (permanentes, temporárias ou sazonais) permite compreender as contradições da organização espacial brasileira e os antagonismos sociais que particularizam a conformação do modo de produção capitalista neste território. Sob este viés, mais do que uma trajetória aparentemente individual, a dinâmica migratória deve ser entendida enquanto um processo sócio-

histórico mais amplo, determinado pelo sistema de mediações do capital e suas consequências devastadoras sobre a forma de realização do trabalho.

A inadiável procura de emprego para sobrevivência ou “melhores condições de vida” em outras regiões, estados e, até mesmo, países por expressivas massas de indivíduos, expressa a *perda de controle* por parte da humanidade sobre sua mediação fundamental, neste caso, a regulação do sóciometabolismo do trabalho. Dialogando com esta afirmação balizadora de Mészáros explicitando a teoria da alienação em Marx⁷⁴, podemos inferir que a perda de controle sobre o metabolismo social da relação *homem x natureza* expressa, sob o viés geográfico, a perda do controle territorial do sujeito sobre a processualidade de seu trabalho, ou seja, da humanidade (no sentido genérico) sobre sua relação metabólica fundamental.

Já não é ele (o sujeito do trabalho) quem define o local (espaço) no qual irá trabalhar ou sob quais condições ou ainda quais os instrumentos irá usar; ele é “livremente” obrigado a exercer sua atividade produtiva no local, no tempo e sob as condições impostas pelo capital, pela *organização espacial do capital*, que controla, direciona e determina [como força externa] as condições de objetivação de sua relação metabólica, desta forma, o produto de seu trabalho sempre lhe aparece como atividade alheia, estranhada, como trabalho alienado⁷⁵. “O desenvolvimento do capitalismo é também nascimento e desenvolvimento do *espaço capitalista* com suas polarizações específicas determinadas pelas novas relações de produção” (GAUDEMAR, 1977, p. 373).

As distintas formas de exploração do trabalho pelo capital no contexto de uma formação colonial-escravista e dependente como no caso brasileiro é extremamente perniciosa para a vida da pessoa que trabalha. Por isso lutar para

⁷⁴ Em seu estudo sobre a teoria da alienação em Marx, Mészáros (2006, p. 14) argumenta que no sentido fundamental a *perda de controle* expressa a alienação da humanidade: “sua corporificação numa *força externa* que confronta os indivíduos como um poder *hostil e potencialmente destrutivo*”.

⁷⁵ Não seria forçoso dizer que existe uma dimensão espacial da alienação na medida em que ocorre a dissociação do espaço da produção de mercadorias do espaço da reprodução da vida; os indivíduos têm sua força de trabalho consumida pelo mecanismo territorialmente constituído do capital, ou seja, a desrealização e desefetivação do trabalhador representa a efetivação e construção da territorialidade do capital. Seu *alheamento* se expressa tanto nos objetos materialmente constituídos (mercadorias) e nos atributos territorialmente definidos e por ele construídos através do trabalho. A territorialização do sociometabolismo do capital é a *condição espacial* determinativa do funcionamento da relação metabólica do trabalho com a natureza, entre os homens e consigo mesmo, sendo que ele mesmo modifica, adapta e reorganiza esta condição quando insere através de sua atividade produtiva coisas e atributos (novas *causalidades*) que antes inexistiam no espaço geográfico.

garantir a observância dos direitos sociais, salário digno, menos horas trabalhadas e melhores condições no ambiente de trabalho é tarefa primordial e urgente, mas muito insuficiente frente ao grau de destrutividade que o capital em crise impõe.

Frente ao desemprego estrutural é necessário lutar por emprego e dignidade no trabalho. Mais que isso, lutar pelo direito à auto-organização dos/as trabalhadores/as, inclusive de assumir o controle das fábricas, das empresas e do próprio trabalho. O movimento sindical combativo é parte importante desse processo, mas igualmente insuficiente frente o espectro de dominação do capital, é preciso recriar formas e modos de desempenhar a ação política coletiva e organizada da classe explorada.

Entre os dias 09 e 11 de março de 1984, em Araçuaí, Berilo e Minas Novas (MG) foi realizado o primeiro Encontro dos Trabalhadores Migrantes do Alto e Médio Jequitinhonha, com participação de aproximadamente 4000 pessoas. Citamos este encontro justamente pela questão temporal e por ter sido um dos primeiros a denunciar e evidenciar o grau de exploração e de problemas sociais a que são submetidas as famílias dos trabalhadores migrantes e suas comunidades por conta da dinâmica exploratória da migração.

As resoluções aprovadas neste encontro, reproduzidas na íntegra por Thomaz Junior (1986), lançam bases, já naquela época em de forte crise, para resolver grande parte dos problemas sociais não só para o Vale do Jequitinhonha, mas para o campo brasileiro como um todo. Tratava-se de um programa emergencial de reforma agrária como forma de fixar a força de trabalho nas comunidades e promover o desenvolvimento regional, nada auspicioso, mas o mínimo suficiente para mudar a vida de milhares de famílias.

É urgente e necessário lutar pela realização da reforma agrária frente a este e outros problemas estruturais do nosso país. A reforma agrária é uma das bandeiras fundamentais para reparação das mazelas causadas pela escravidão negra-africana e indígena em solo brasileiro e é a partir desta ação que poder-se-ia projetar uma sociedade diferente, por exemplo no que se denomina de democracia. Como avançar no sentido da democracia sem enfrentar a origem das desigualdades na sociedade? E isto, que é o mínimo, está muito distante da emancipação humana ou da igualdade substantiva conforme apregoada por Mészáros (2011).

No contexto brasileiro a reforma agrária assume um caráter revolucionário, diferente daquela defendida no bojo da revolução industrial, para desenvolver o capitalismo nos países centrais. A direita e a elite dominante burguesa sabe disso, por isso combate essa possibilidade a ferro e fogo e por todos os meios necessários. Não só a luta pela reforma agrária é duramente reprimida, mas qualquer iniciativa de reconhecimento e/ou demarcação de terras indígenas e quilombolas; desapropriação de áreas para criar assentamento rurais; ambientalistas e defensores da natureza; produção e comercialização de alimentos saudáveis não-transgênicos e sem agrotóxicos e assim por diante. Essa é a forma agressiva, espoliatória da essência do capital e que, em sua fase crítica, se escancara à luz do dia, sem pudor, sem máscaras, sem comedimentos.

A realização de um amplo projeto de reforma agrária popular no Brasil, não só resolveria o problema da produção de alimentos em um país de milhões de famintos, mas permitiria reorganizar a sociedade com acesso irrestrito à terra para os/as trabalhadores/as no meio rural e, sobretudo, reorganizar o espaço urbano das médias e grandes cidades superpovoadas. A migração não mais se imporia como necessidade premente de sobrevivência, mas, ao contrário, certamente haveria um amplo movimento de retorno ao campo, de reterritorialização de um conjunto de trabalhadores que hoje sobrevivem precariamente nas cidades. Obviamente que estas propostas devem estar centralizadas dentro de um denso programa de desenvolvimento territorial (políticas públicas), tendo como princípio uma nova forma de relacionamento com a natureza, baseada na apropriação social e não individual, com soberania alimentar e agroecológica no campo e nas cidades.

A realidade atual parece ir cada vez mais na contramão desse cenário, contudo não se pode abrir mão da luta, da posição política e da defesa de propostas que incidam na raiz dos problemas concretos. Isso mais do que um dever é uma necessidade colocada diante do trabalho de pesquisa, para aqueles e aquelas que se dedicam à produção científica e para a própria Universidade como uma esfera particular da sociedade e que, por isso mesmo, não pode e não deve evadir-se, compreendendo a si mesma como instância apartada, neutra ou isolada dos problemas e necessidades concretas do povo. É mais que urgente ir além da mera interpretação da realidade como propugnara Marx em sua décima primeira tese sobre Feuerbach, não obstante, esse trabalho é mais um passo dado. Novo ponto de partida.

REFERÊNCIAS

ABREU, Dióres Santos. **Formação histórica de uma cidade pioneira paulista: Presidente Prudente**. Presidente Prudente: FFCLPP, 1972.

ABSOLON. **Entrevista sobre trajetória de vida**. [02 de out. 2015]. Entrevistador: Gerson de Souza Oliveira. Tarabai - SP, 2015. Transcrito (1 pg.). Trabalhos de campo realizado diversas vezes no município.

ALBUQUERQUE, Eduardo da Motta. **Notas sobre a crise de 2008**: transição para uma nova fase do capitalismo? (Texto para discussão, 498). Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 2013.

ALVES, Francisco. Processo de trabalho e danos à saúde dos cortadores de cana. **Revista InterfacEHS** – Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente. São Paulo, v.3, n.2, abr./ago. 2008.

ALVES, Francisco. Por que morrem os cortadores de cana. **Saúde e Sociedade**, v.15, n.3, p. 90-98, set./dez. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v15n3/08.pdf>. Acesso em: 11 fev. 2011.

ALVES, Giovanni. A condição de proletariado na modernidade salarial – por uma analítica existencial do proletariado. **Revista Pegada** [online], v. 9, n. 2. Presidente Prudente, 2008.

ALVES, Giovanni. **Dimensões da Reestruturação Produtiva**: ensaios da sociologia do trabalho. 2ª ed. Londrina: Praxis/Bauru: Canal 6, 2007.

ALVES, Giovanni. **Lukács e o Século XXI**. Trabalho, Estranhamento e Capitalismo Manipulatório. Londrina: Práxis/Bauru: Canal 6, 2010.

ALVES, Giovanni. **Neodesenvolvimentismo e precarização do trabalho no Brasil – Partes I, II e III**. São Paulo, Boitempo, 23 de set. 2013. Disponível em: <http://blogdaboitempo.com.br/2013/09/23/neodesenvolvimentismo-e-precarizacao-do-trabalho-no-brasil>. Acesso em: 23 fev. 2015.

ALVIM, A. M.; MORAES, S. L. Os investimentos estrangeiros diretos no agronegócio brasileiro - 2002-08. **Indicadores Econômicos**. FEE, Porto Alegre, v. 40, n. 3, p. 105-120, 2013.

ANTONIO, Armando. P. **O movimento social e a organização do espaço rural nos assentamentos populacionais dirigidos pelo estado**: os exemplos na Alta Sorocabana no período 1960-1990. 1990. 177f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letra e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

ANTUNES, R. (Org.). **A dialética do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

ANTUNES, R. Dimensões da precarização estrutural do trabalho. In: DRUCK, G; FRANCO, T. **A perda da razão social do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 13-22.

ANTUNES, R. O Caráter Polissêmico e Multifacetado e Mundo do Trabalho. **Revista Trabalho, Educação e Saúde** [online]. vol.1, n. 2, p. 229-237, 09 set. 2003.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 1999.

AZEVEDO, José R. N. **As ações do agrohidronegócio, o papel do estado e as formas de controle do trabalho no Mato Grosso do Sul**. 2013. 320f. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

BACCARIN, J. G.; GEBARA, J. J.; SILVA, B. M. Aceleração da colheita mecânica e seus efeitos na ocupação formal canavieira no estado de São Paulo, de 2007 a 2012. **Revista do Instituto de Economia Agrícola**. Informações econômicas. São Paulo, v. 43, n. 5 set./out. 2013.

BACCARIN, J. G.; CAMARGO, R. A. L. de; FERREIRA, J. V. B. N. **Boletim Sucroocupação Centro Sul**. Jaboticabal, n. 54, jul. 2014.

BACCARIN, J. G.; CAMARGO, R. A. L. de; FERREIRA, J. V. B. N. **Boletim Sucroocupação Centro Sul**. Jaboticabal, n. 58, nov. 2014.

BACCARIN, J. G.; CAMARGO, R. A. L. de; FERREIRA, J. V. B. N. **Boletim Sucroocupação Centro Sul**. Jaboticabal, n. 61, abr. 2015.

BACCARIN, J. G.; CAMARGO, R. A. L. de; FERREIRA, J. V. B. N. **Boletim Sucroocupação Centro Sul**. Jaboticabal, n. 62, mai. 2015.

BARRETO, Maria Joseli. **Territorialização das Agroindústrias Canavieiras no Pontal do Paranapanema e os Desdobramentos para o Trabalho**. 2013. 244f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia - Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2013.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Investimento Estrangeiro Direto**. Disponível em: www.bcb.gov.br/?IN. Acesso em 11 jun. 2015.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Informe Setorial** (Área Industrial). Rio de Janeiro, n. 25, jun. 2013.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Informe Setorial** (Área Industrial). Rio de Janeiro, n. 32, jun. 2015.

BATISTA, Fabiana. **BNDES eleva a R\$ 6,9 bi desembolsos a usinas**. [2014]. Disponível em: www.dsa.com.br/index.fcgi/noticias/bndes-eleva-a-r-69-bi-desembolso-a-usinas. Acesso em: 17 ago. 2015.

BELLENTANI, Natália Freire. **A territorialização dos monopólios no setor sucroenergético**. 2015. 175 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

BENTO, Fredi. S. **Migração de trabalhadores para o corte da cana-de-açúcar no Pontal do Paranapanema (SP), no início do século XXI**. 249f. Monografia (Graduação em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2015.

BOITO JUNIOR, Armando. **As bases políticas do neodesenvolvimentismo**. Fundação Getúlio Vargas, Fórum Econômico, [s.l.] 2012. Disponível em: <http://eesp.fgv.br/sites/eesp.fgv.br/files/file/Painel%203%20-%20Novo%20Desen%20BR%20-%20Boito%20-%20Bases%20Pol%20Neodesenv%20-%20PAPER.pdf&as=U&ved=0ahUKEwiWwYmq9bTKAhWJGJAKHd0UCs8QFggSMAA&usg=AFQjCNHpMcKKN9Cz8Tqz5MHqfphWnbVbSA>. Acesso em: 11 nov. 2013.

BOLETIM CÁ E LÁ. Migrantes e Notícias. São Paulo: SPM, n. 7, ano 2, abr/87.

BOLETIM CÁ E LÁ. Migrantes e Notícias. São Paulo: SPM, n. 8, ano 2, mai/87.

BOLETIM CÁ E LÁ. Migrantes e Notícias. São Paulo: SPM, n. 17, ano 4, mar/89.

BOLETIM CÁ E LÁ. Migrantes e Notícias. São Paulo: SPM, n. 24, ano 4, ago/89.

BOLETIM CÁ E LÁ. Migrantes e Notícias. São Paulo: SPM, n. 35, ano 5, out/90.

BOLETIM CÁ E LÁ. Migrantes e Notícias. São Paulo: SPM, n. 39, ano 6, mai/91.

BOTELHO, Maurilio Lima. Desenvolvimento, espaço e crise estrutural. **Espaço e Economia** [online], n. 2, 2013. Disponível em: <http://espacoeconomia.revues.org/153>. Acesso em: 12 dez. 2014.

BRAY, S. C.; FERREIRA, E. R.; RUAS, D. G. G. **As políticas da agroindústria canavieira e o proálcool no Brasil**. Marília: UNESP Marília Publicações, 2000.

BRANDÃO, Carlos. "Acumulação Primitiva Permanente e Desenvolvimento Capitalista no Brasil Contemporâneo". In: Alfredo Wagner Berno de ALMEIDA *et al.*, **Capitalismo Globalizado e Recursos Territoriais: Fronteiras da Acumulação no Brasil Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010, pp. 39-41 e 43-59.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Cadastro geral de empregados e desempregados**: CAGED. Brasília: MTE, 2015.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Classificação Brasileira de Ocupações - CBO**. Brasília: MTE. Disponível em: <http://www.mtecbo.gov.br>. Acesso em: 28 set. 2014.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Programa de disseminação de estatística do trabalho - PDET**. Brasília: MTE. Disponível em: <http://www.mte.gov.br>. Acesso em: jun. 2014 e jan. 2015.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Relação anual de informações sociais: RAIS**. Brasília: MTE, 2015. DVD-ROM.

BRASIL. Receita Federal. **O Investimento Direto Estrangeiro – IDE**. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/registrocapitaisestrangerios>. Acesso em: 08 ago. 2015.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. 3.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1974.

CAMARGO, J. M. **Relações de trabalho na agricultura paulista no período recente**. 2007. 239f. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

CHASIN, José. A Via Colonial de entificação do capitalismo. In: CHASIN, José. **A Miséria Brasileira 1964 – 1994: do Golpe Militar à Crise Social**. São Paulo: Estudos e Edições Ad Hominem, 2000. p. 17-30.

CHESNAIS, François. Prefácio. In: CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996. p. 12-20.

CLEONILDO; GONÇALO. **Entrevista sobre trajetórias de vida**. [04 de out. 2015]. Entrevistador: Gerson de Souza Oliveira. Tarabai - SP, 2015. Transcrito (1 pg.). Trabalhos de campo realizados no município.

COLEGIADO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL - CODETER. Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Território Pontal do Paranapanema (SP). Presidente Prudente: MDA/SDT, 2010.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB (Brasil). **Perfil do setor do açúcar e do álcool no Brasil**, Brasília, v.5, p. 1-88, 2013. Disponível em: https://www.conab.gov.br/info-agro/safras/cana/perfil-do-setor-sucroalcooleiro/item/download/23296_e8994bb0d8652261a47cf54ac4332120. Acesso em: 15 nov. 2015.

CORNÉLIO, R. C. Homem cai em colheitadeira e morre. **JCNet**, Bauru, out. 2008. Regional. Disponível em: <https://www.jcnet.com.br/noticias/regional/2008/10/635433-homem-cai-em-colheitadeira-e-morre.html>. Acesso em: 02 nov. 2008.

DELGADO, Guilherme da Costa. **Capital financeiro e agricultura no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 1985.

DELGADO, Guilherme da Costa. Especialização primária como limite ao desenvolvimento. **Desenvolvimento em debate**. v.1, n.2, p.111-125, jan./abr. e mai./ago. 2010.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. Os números da rotatividade no Brasil: um olhar sobre os dados da RAIS. São Paulo: DIEESE, 2014. Disponível em:

<http://www.dieese.org.br/notaaimprensa/2014/numerosRotatividadeBrasil.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2014.

DOWBOR, Ladislau. **O que é Capital?**. São Paulo: Abril Cultural/Brasiliense, 1985.

ESTRANGEIROS mantêm seus investimentos. **Folha de S. Paulo**, [s.l.], 20 jan. 2008. Disponível em: <http://www.google.com/notebook/public/09750216126199455098/BDQT7SgoQ8rBxvki>. Acesso em: 20 fev. 2014.

FERNANDES, B. M. Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, A. M. (org). **Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2008. p. 173-224.

FERREIRA, Maria Lúcia. **A teoria marxiana do valor-trabalho**. São Paulo: Ed. Ensaio, 1992.

FONTES, Virgínia. Notas para o estudo do imperialismo contemporâneo: Marx, capital monetário e capital funcionante. **Marxismo21**, jul. 2012. Disponível em: <http://marxismo21.org/wp-content/uploads/2012/07/A-V-Fontes.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2014.

FREDO, Carlos E. Setor Sucroalcooleiro Paulista: crise nos empregos em 2014. **Instituto de Economia Agrícola**. São Paulo, v. 3, n. 3, mar. 2015. Disponível em: <ftp://ftp.sp.gov.br/ftpiea/AIA/AIA-22-2015.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2015.

GAUDEMAR, Jean-Paul de. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Lisboa: Editorial Estampa, 1977.

GERMANO, Rubens. **Entrevista sobre trajetória de vida**. [jul. 2014 a out. 2015]. Entrevistador: Gerson de Souza Oliveira. Presidente Venceslau - SP, 2015. Transcrito (3 pgs.). Trabalhos de campo realizado diversas vezes no município.

GOES, Valderi santos. **Entrevista sobre trajetória de vida**. [08 de out. 2015]. Entrevistador: Gerson de Souza Oliveira. Sandovalina - SP, 2015. Transcrito (1 pg.). Trabalhos de campo realizado diversas vezes no município.

GOMES, G.; CRUZ, A. S. da. Vinte anos de economia brasileira 1995/2014. [2015]. **Centro de Altos Estudos Brasil Século XXI**. São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB-USP). Disponível em: www.altosestudiosbrasilxxi.org.br/index.php?option=com_jdownloads&Itemid=133&view=finish&cid=152&catid=7. Acesso em: 12 set. 2015.

GONÇALVES, R. Nacional-desenvolvimentismo às avessas. [2011] **Anais do I Círculo de Debates Acadêmicos**. Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Disponível em: www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area4/area4-artigo19.pdf. Acesso em: 13 set. 2015.

GONÇALVES, R. Novo desenvolvimentismo e liberalismo enraizado. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 112, p. 637-671, out./dez. 2012.

HARVEY, David. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. 2.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

HARVEY, David. **Os limites do capital**. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

HOMEM morre após cair em triturador de cana em Bilac. **G1**, São Paulo, dez. 2015. Notícia. Disponível em: <https://g1.globo.com/sao-paulo/sao-jose-do-rio-preto-aracatuba/noticia/2015/12/homem-morre-apos-cair-em-triturador-de-cana-em-bilac.html>. Acesso em: 23 dez. 2015.

HOUAISS, Antonio. **Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa**. Versão 1.0. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2001.

IAMAMOTO, Marilda V. **Trabalho e Indivíduo Social: Um estudo Sobre a Condição Operária na Agroindústria Canavieira Paulista**. São Paulo: Cortez, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Reflexões sobre os deslocamentos populacionais. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

INSTITUTO DE ECONOMIA AGRÍCOLA - IEA. Mecanização na Colheita da Cana-de-açúcar Paulista Supera 80% na Safra 2012/13. Análises e Indicadores do Agronegócio, v. 9, n. 7, jul. 2014. Disponível em: <http://www.iea.sp.gov.br>. Acesso em: 13 jun. 2015.

INSTITUTO DE ECONOMIA AGRÍCOLA - IEA. Metodologia do Levantamento de Valor de Terra Nua no Estado de São Paulo. Disponível em: http://ciagri.iea.sp.gov.br/nia1/Precor_Sistema_Sobre.aspx?cod_sis=8. Acesso em: 23 jan. 2016.

KAGEYAMA, A.; SILVA, José Graziano. Produtividade e progresso técnico na agricultura. (**Texto para Discussão**, nº 12). Campinas: UNICAMP, 1982.

LEITE, José Ferrari. **A ocupação do Pontal do Paranapanema**. São Paulo: Hucitec, 1998.

LENIN, Vladimir Ilyich Ulianov. **O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia**. O processo de formação do mercado interno para a grande indústria. Trad. José Paulo Netto. São Paulo: Abril Cultural (Col. Os Economistas), 1982.

LIMA, Antonio C. O. **Entrevista sobre trajetória de vida**. [01 out. 2015]. Entrevistador: Gerson de Souza Oliveira. Tarabai - SP, 2015. Transcrito (1 pg.). Trabalhos de campo realizado diversas vezes no município.

LIMA, João Batista. **Entrevista sobre trajetória de vida**. [08 out. 2015]. Entrevistador: Gerson de Souza Oliveira. Teodoro Sampaio - SP, 2015.

Transcrito (1 pg.). Trabalhos de campo realizado diversas vezes no município.

LUKÁCS, G. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. In: **Temas de Ciências Humanas**, tradução de Carlos Nelson Coutinho, São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, n. 4, p. 1-18, 1978.

LUXEMBURG, Rosa. **A acumulação de capital**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência [1973]. In: TRASPADINI, R.; STEDILE, J. P. (orgs). **Ruy Mauro Marini, vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2005. p. 137-180.

MARTINS, José de Souza. **Caminhada no chão da noite**. Emancipação política e libertação nos movimentos sociais no campo. São Paulo: Hucitec, 1989.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira. A degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Hucitec, 1997.

MARX, Karl. **Grundrisse**. Manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo editorial, 2011a.

MARX, Karl. Lei da queda tendencial da taxa de lucro. In: MARX, Karl. **O Capital**. Crítica da economia política. (Livro III). São Paulo: Nova Cultura, 1986 (Os Economistas). p. 161-200.

MARX, Karl. **O Capital. Crítica da economia política**. (Livro Primeiro, Tomos I e II). São Paulo: Nova Cultura (Os Economistas), 1996.

MARX, Karl. **O Capital. Crítica da economia política**. 25.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011b, (vol. 2).

MARX, Karl. **O Capital. Crítica da economia política**. 30.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012, (vol. 1).

MELLO, Maria C. D. e. **O “Bóia-fria”: acumulação em miséria**. Petrópolis: Vozes, 1976.

MENDONÇA, Maria Luisa. **A OMC e os efeitos destrutivos da indústria da cana no Brasil**. São Paulo: CPT, Grito dos Excluídos Continental, Jubileu Brasil/Campanha Contra a Alca, Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, SPM, 2006.

MÉSZÁROS, I. **A necessidade do controle social**. Trad. Mario Duayer. São Paulo: Ensaio, 1987.

MÉSZÁROS, I. **Crise estrutural necessita de mudança estrutural**. In: Encontro de São Lázaro, n. 2, Salvador - BA. **Conferência de abertura...** Salvador: FFCH/UFBA, 2011b. Disponível em: www.ffch.ufba.br/IMG/pdf/Conferencia_Mezzaros.pdf. Acesso em: 12 fev. 2014.

MÉSZÁROS, I. **O desafio e o fardo do tempo histórico**: o socialismo no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2007.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. 1.ed. Trad. Paulo César Castanheira, Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2011.

MILANEZ, A. Y. *et al.* Conjuntura e Perspectivas do Setor Sucroenergético. **IV Workshop Infosucro/BNDES**. Rio de Janeiro: 2011. Disponível em: http://www.ie.ufrj.br/images/infosucro/Conjuntura_-_BNDES.pdf. Acesso em: 23 jan. 2016.

MILANEZ, A. Y. *et al.* O Perfil do Apoio do BNDES ao Setor Sucroalcooleiro. **BNDES Setorial**, Rio de Janeiro, n. 28, p. 3-36, set. 2008.

MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec/Polis, 1984.

MORAES, B.; RAMOS, Heidy R.; SOARES, Marina Carrilho; ALMEIDA, Martinho Isnard Ribeiro de. Fatores determinantes para a entrada de Investimento Estrangeiro Direto no setor sucroalcooleiro do Brasil. In: **XXIII Congresso Internacional de Estratégia SLADE**. Guayaquil: SLADE, 2010. v. 1. p. 1-23.

MOREIRA, Ruy. **A formação espacial brasileira**. Contribuição crítica aos fundamentos espaciais da geografia do Brasil. 2ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

MOREIRA, Ruy. **A formação do espaço agrário brasileiro**. (Coleção Tudo é História, nº 132). São Paulo: Brasiliense, 1990.

MOREIRA, Ruy. **O movimento operário e a questão cidade-campo no Brasil**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1985.

MULLER, Carla. Em 7 Anos, 80 Usinas de Cana-de-açúcar Foram Fechadas na Região. **O Regional**. [s.l.] 2015. Disponível em: <http://www.portaludop.com.br/index.php?item=noticia&cod=1129523>. Acesso em: 28 set. 2015.

MÜLLER, G. Observação sobre a noção de CAI. In: **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v.8, n. 1/3, p. 28-47, 1991.

NAÇÕES UNIDAS. Relatório do Desenvolvimento Humano 2014. **Sustentar o Progresso Humano: Reduzir as Vulnerabilidades e Reforçar a Resiliência**. PNUD, Nova Iorque, 2014. Disponível em: https://www.undp.org/content/dam/brazil/docs/RelatoriosDesenvolvimento/undp-br-hdr_portugues-2014.pdf. Acesso em: 28 set. 2015.

NETTO, José Paulo. Crise do capital e consequências societárias. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 111, p. 413-429, jul./set. 2012.

NETTO, José Paulo; BRAZ, M. **Economia política: uma introdução crítica**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

NOVAES, José R. P. (Coord.). **Jovens migrantes canavieiros: entre a enxada e o facão. Relatório das Situações-tipo Brasil**. Rio de Janeiro: Ibase/Polis, 2007.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A mundialização da agricultura brasileira**. [2014]. Anais do VI Congreso Iberoamericano de Estudios Territoriales y Ambientales. Disponível em: http://6cieta.org/arquivos-anais/eixo2/Ariovaldo%2520Umbelino%2520de%2520Oliveira.pdf&as=U&ved=0ahUKewjb2Zer5dvKAhWDax4KHfeNDY4QFggSMAE&usg=AFQjCNEuD_TQeZ3Umnlep1t1NQ-Pd6AyfFw. Acesso em: 28 set. 2015.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007.

OLIVEIRA, Ana Maria Soares. **A relação capital-trabalho na agroindústria sucroalcooleira paulista e a intensificação do corte mecanizado: gestão do trabalho e certificação ambiental**. 2003. 218f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

OLIVEIRA, Ana Maria Soares. **Reordenamento Territorial e Produtivo do Agronegócio Canavieiro no Brasil e os Desdobramentos para o Trabalho**. 2009. 590f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2009.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia Para uma Re(li)gião**. Sudene, Nordeste. Planejamento e conflitos de classe. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

OLIVEIRA, Francisco de. **Entrevista concedida à Carta Maior**. 06 de janeiro de 2009b. São Paulo. Disponível em: http://cartamaior.com.br/detalheImprimir.cfm?conteudo_id=14347&flag_destaque_longo_curto=C. Acesso em: 21 ago. 2015.

OLIVEIRA, Germano. Estrangeiros são a nova geração de usineiros. **Jornal o Globo**, Rio de Janeiro, 30 abr. 2013. Economia. Disponível em: <http://m.oglobo.globo.com/economia/estrangeiros-sao-nova-geracao-de-usineiros-8232513>. Acesso em: 11 dez. 2013.

OLIVEIRA, Gerson de Souza. **Dinâmica territorial da migração do trabalho para o capital agroindustrial canavieiro no Pontal do Paranapanema**. 2011. 114f. Monografia (Graduação em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2011.

OLIVEIRA, Gerson de Souza. **O trabalhador migrante para o corte da cana-de-açúcar no Pontal do Paranapanema – SP**. 2010. 71f. Relatório de Pesquisa (PIBIC/CNPq), 2010.

OLIVEIRA, Ricardo A. D. **Mobilidade Circular de Cortadores de Cana e Divisão Espacial do Trabalho: expressões regionais na década de 2000**. 263f. Tese

(Doutorado em Demografia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2012.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Perfil dos Principais Atores Envolvidos no Trabalho Escravo Rural no Brasil**. Brasília: OIT, 2011.

OXFAM. **A economia para o um por cento** (resumo). Disponível em: http://www.oxfam.org.br/publicacoes/sumario_executivo. Acesso em: 20 jan. 2016.

PINTO, Mairun J. A. **Investimentos diretos estrangeiros no setor sucroenergético**. 2011. 171f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Faculdade de Economia Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto - Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011.

PITTA, Fábio T. **Modernização retardatária e agroindústria sucroalcooleira paulista: O Proálcool como reprodução fictícia do capital em crise**. 2011. 194f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

PITTA, Fábio T.; MENDONÇA, Maria L. **O etanol e a reprodução do capital em crise**. In: Agrária, São Paulo, vol. 13, 2012, p. 4-33. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/agraria>. Acesso em: 08 set. 2014.

POCHMANN, Márcio. **Novas fronteiras geográficas no mundo do trabalho**. Disponível em: http://cartamaior.com.br/colunaImprimir.cfm?cm_conteudo_idioma_id=19720. Acesso em: 27 jul. 2015.

PÓVOA NETO, H. Migrações internas e mobilidade do trabalho no Brasil atual. Novos desafios para a análise. **Revista Experimental**, São Paulo, n.2, p. 11-24, mar. 1997.

RANIERI, Jesus. **A câmara escura**. São Paulo: Boitempo, 2001.

RANIERI, Jesus. Alienação e estranhamento: a atualidade de Marx na crítica contemporânea do capital. In: **III Conferencia Internacional La Obra de Carlos Marx y los desafíos del Siglo XXI**. 2006. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/cuba/if/marx/documentos/22/Alienacao>. Acesso em: 05 jun. 2014.

REDE SOCIAL DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS. **A agroindústria canavieira e a crise econômica mundial** (Relatório). São Paulo: Outras Expressões, 2012.

ROSA, João Guimarães. **Grande Sertão: Veredas**. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 2001.

SANDRONI, Paulo (org). **Novíssimo Dicionário de Economia**. São Paulo: Círculo do Livro, 1999.

SANTOS, M. E. V. dos. **Gileno de Carli e suas memórias sobre os trabalhadores dos engenhos açucareiros, Pernambuco 1940**. 2012, [s.l.]. Disponível em:

http://www.encontro2012.historiaoral.org.br/resources/anais/3/1340409273_ARQUIVO_textoABHO.pdf. Acesso em: 03 out. 2015.

SANTOS, Milton. Espaço e Dominação: Uma Abordagem Marxista. In: _____. **Economia espacial. Críticas e Alternativas**. Trad. Maria Irene de Q. F. Szmreczányi. São Paulo: EdUSP, 2003. p. 137-164. (Coleção Milton Santos; 3).

SCHARR, Amanda. **BNDES comprova a crise nos investimentos do setor sucroalcooleiro**. [2013]. Disponível em: www.novacana.com/n/industria/investimento/bndes-comprova-queda-investimentos-sucroalcooleiros-150313/&ei=ENiTaBe3&lc=pt-BR&s=1&m=404&ts=1440709907&sig=APONPFIYp9_jkFSkTVL02DGdKAMpjBKQRQ. Acesso em: 21 ago. 2015.

SETOR agrícola de SP 'demitiu 700 mil em 30 anos'. **G1**, [s.l.], 16 jun. 2008. Economia e negócios. Agronegócio. Disponível em: https://g1.globo.com/Noticias/Economia_Negocios/0,,MUL602366-9356,00-SETOR+AGRICOLA+DE+SP+DEMITIU+MIL+EM+ANOS.html. Acesso em: 03 jun. 2013.

SILVA, Antonio. **Entrevista sobre trajetória de vida**. [01 out. 2015]. Entrevistador: Gerson de Souza Oliveira. Tarabai - SP, 2015. Transcrito (1 pg.). Trabalhos de campo realizado diversas vezes no município.

SILVA, J. G. Do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: _____. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: UNICAMP/ IER, 1996. p. 01-40.

SILVA, Maria Aparecida Moraes. **Agronegócio: a reinvenção da colônia**. São Paulo, Serviço Pastoral do Migrante, 2008, p.4-18.

SILVA, Maria Aparecida Moraes. **Errantes do fim do século**. São Paulo: editora Unesp, 2002.

SILVA, Maria Aparecida Moraes; MARTINS, R. C. Trabalho e meio ambiente: o avesso da moda do agro-negócio. **Lutas & Resistências**, Londrina, v. 1, set., 2006. p. 91-106.

SINGER, Paul. Migrações internas: considerações teóricas sobre seu estudo. In: _____. **Economia política da urbanização**. 6ªed. São Paulo: Brasiliense, 1979. p. 29-60.

SOUZA, Sonia Maria Ribeiro. **A emergência do discurso do agronegócio e a expansão da atividade canavieira: estratégias discursivas para a ação do capital no campo**. 2011. 275f. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia – Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2011.

SWEEZY, Paul M. **Teoria do desenvolvimento capitalista**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

SZMRECSÁNYI, T *et al.* Dimensões, riscos e desafios da atual expansão canavieira. **Texto para Discussão**, n. 32. Brasília: Embrapa Informação tecnológica, 2008. 150p.

SZMRECSÁNYI, T.; MOREIRA, E. P. O desenvolvimento da agroindústria canavieira do Brasil desde a Segunda Guerra Mundial. **Estudos Avançados** [online], v. 5, n. 11, jan./abr. 1991. p. 57-79.

THOMAZ JUNIOR, Antonio. Barracão - forma de controle da mão-de-obra recriada pelo capital: os mineiros na região de Jaboticabal. **Boletim Paulista de Geografia**, AGB, v. 1, n.60, p. 141-151, 1986.

THOMAZ JUNIOR, Antonio. **Dinâmica Geográfica do Trabalho no Século XXI** (Limites Explicativos, Autocrítica e Desafios Teóricos). Tese (Livre Docência em Geografia) –Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2009 (Volumes 1, 2 e 3).

THOMAZ JUNIOR, Antonio. Intemperismo do trabalho e as disputas territoriais contemporâneas. **Revista da ANPEGE**, v. 7, n. 1 (número especial), p. 307-329, out. 2011.

THOMAZ JUNIOR, Antonio. Movimento territorial de classe (Para além da plasticidade do trabalho). [2013]. **Anais do X ENANPEGE**. Disponível em: <http://www.enanpege.ggf.br/2013>. Acesso em: 13 set. 2014.

THOMAZ JUNIOR, Antonio. O Agrohidronegócio no Centro das Disputas Territoriais e de Classe no Brasil do Século XXI. **Campo Território**, Uberlândia, v. 05, n. 10, 2010.

THOMAZ JUNIOR, Antonio. **Por trás dos canaviais, os “nós” da cana**: a relação capital x trabalho e o movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2002.

TRABALHADORES em situação análoga à escravidão são resgatados no Rock in Rio. **Agência Brasil**, [s.l.], 2015. Disponível em: <http://m.agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2015-09/trabalhadores-em-situacao-analoga-escravidao-sao-resgatados-no-rock>. Acesso em: 02 out. 2015.

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL. TRF 3ª Região. **Ementa**. Processo: 2002.03.00.004351-0 / SP. TRF-3 (Segunda Turma), 21 jun. 2004. Disponível em: <https://web.trf3.jus.br/consultas/Internet/ConsultaProcessual>. Acesso em: 09 set. 2011.

VASAPOLLO, Luciano. **Por uma política de classe**: uma interpretação marxista do mundo globalizado. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

VEIGA FILHO, Alceu de Arruda. **Mecanização da colheita de cana-de-açúcar no estado de São Paulo: uma fronteira de modernização tecnológica da lavoura**. 1998. 144f. Dissertação (Mestrado Política Científica e Tecnológica). Instituto de Geociências – Universidade Estadual de Campinas. Campinas – SP, 1998.

VIAN, Carlos E. F. **Expansão e diversificação do complexo agroindustrial sucroalcooleiro no centro sul do Brasil: 1980 – 1996.** 1997. 156f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de São Carlos, 1999, São Carlos.

VIAN, Carlos E. F. **Inércia e mudança institucional: estratégias competitivas do complexo agroindustrial canavieiro no Centro-Sul do Brasil.** 2002. 214f. Tese (Doutorado) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas.

VILLELA, Flávia. Menos de 1% das propriedades agrícolas detém quase metade da área rural no país. **Agência Brasil (EBC)**, [s.l.], 2016. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-11/menos-de-1-das-propriedades-agricolas-detem-quase-metade-da-area-rural#:~:text=%E2%80%9CQuanto%20maior%20a%20concentra%C3%A7%C3%A3o%20de,da%20popula%C3%A7%C3%A3o%E2%80%9D%2C%20comentou%20Kati>. Acesso em: 01 dez. 2016.

WOLFFENBÜTTEL, Andréa. **Investimento Estrangeiro Direto.** [2006]. Disponível em: http://desafios.ipea.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2103&catid=41&Itemid=49. Acesso em: 17 ago. 2015.

APÊNDICE - QUADRO DESCRITIVO DOS PRINCIPAIS PROJETOS E AGROINDÚSTRIAS FINANCIADAS PELO BNDES NA REGIÃO DO PONTAL DO PARANAPANEMA (SP) ENTRE OS ANOS DE 2006 E 2015

Cliente	Descrição do Projeto	UF	Contra to	Data da Contratação	Valor Contratado R\$	Total por Ano	Total por Unidade
DESTILARIA ALCIDIA S/A (Odebrecht Agroindustrial)	EXPANSAO DA CAPACIDADE DE MOAGEM DA UNIDADE INDUSTRIAL DEPRODUCAO DE ACUCAR E ETANOL DA BENEFICIARIA, LOCALIZADA NOMUNICIPIO DE MIRANTE DE PARANAPANEMA, ESTADO DE SAO PAULO,PARA 5.485.699 TONELADAS DE CANA-DE-ACUCAR POR ANO, BEM COMOA FORMACAO DE LAVOURA DE CANA-DE-ACUCAR NO SEU ENTORNO.	IE	10203371	11/6/2010	12.220.000	130.490.000	155.260.000
					13.586.000		
					16.781.000		
					87.903.000		
	PLANTIO DE 5.864 HECTARES DE CANA-DE-ACUCAR, SENDO 400 HA PARA NOVOS CANAVIAIS E 5.464 HA PARA REFORMA DE CANAVIAIS JA EXISTENTES.	SP	14204351	19/8/2014	24.646.000	24.770.000	
14204351			124.000				
USINA CONQUISTA DO PONTAL S/A (Odebrecht Agroindustrial)	IMPLANTACAO DE TRÊS UNIDADES INDUSTRIAIS DE PROCESSAMENTO DECANA-DE-ACUCAR PARA A PRODUCAO DE ALCOOL E ACUCAR, COGERACAODE ENERGIA ELETRICA E FORMACAO DE LAVOURA, INVEST.AMBIENTAISE SOCIAIS NO AMBITO DAS COMUNIDADES, LOCALIZ. NOVA ALVORADADO SUL (MS), CACU (GO) E MIRANTE DO PARANAPANEMA (SP).	IE	08210291	19/6/2009	26.052.264	273.949.320	399.683.428
					104.207.056		
					136.490.000		
					3.200.000		
	EXPANSAO DA CAPACIDADE DE MOAGEM DA UNIDADE	SP	10203361	16/4/2010	9.305.533	61.433.108	

	INDUSTRIAL DEPRODUCAO DE ACUCAR E ETANOL DA BENEFICIARIA, LOCALIZADA NOMUNICIPIO DE MIRANTE DE PARANAPANEMA, ESTADO DE SAO PAULO,PARA 5.485.699 TONELADAS DE CANA- DE-ACUCAR POR ANO, BEM COMO A FORMACAO DE LAVOURA DE CANA-DE- ACUCAR NO SEU ENTORNO.				52.127.575		
	PLANTIO DE 13.746 HECTARES DE CANA- DE-ACUCAR, SENDO 13.479 HA PARA NOVOS CANAVIAIS E 267 HA PARA REFORMA DE CANAVIAIS JA EXISTENTES.	SP	142043 41	19/8/2014	63.979.000 322.000	64.301.000	
AGRO ENERGIA SANTA LUZIA S/A (Odebrecht Agroindustrial)	IMPLANTACAO DE TRES UNIDADES INDUSTRIAIS DE PROCESSAMENTO DECANA-DE-ACUCAR PARA A PRODUCAO DE ALCOOL E ACUCAR, COGERACAO DE ENERGIA ELETRICA E FORMACAO DE LAVOURA, INVEST.AMBIENTAISE SOCIAIS NO AMBITO DAS COMUNIDADES, LOCALIZ. NOVA ALVORADADO SUL (MS), CACU (GO) E MIRANTE DO PARANAPANEMA (SP).	MS	821030 1	17/12/2008	25.947.236	283.957.00 0	546.531.374
					103.788.94 4		
					147.020.82 0		
					4.000.000		
					3.200.000		
	EXPANSAO DA CAPACIDADE DE MOAGEM DA UNIDADE INDUSTRIAL DEPRODUCAO DE ACUCAR E ETANOL DA BENEFICIARIA, LOCALIZADA NO MUNICIPIO DE MIRANTE DE PARANAPANEMA, ESTADO DE SAO PAULO,PARA 5.485.699 TONELADAS DE CANA- DE-ACUCAR POR ANO, BEM COMO A FORMACAO DE LAVOURA DE CANA-DE- ACUCAR NO SEU ENTORNO.	IE	102033 51	16/4/2010	49.137.000	154.061.99 2	
					44.608.106		
	PLANTIO DE 19.344 HECTARES DE CANA- DE-ACUCAR, SENDO 18.615 HA PARA NOVOS CANAVIAIS E 729 HA	MS	102033 51	16/4/2010	60.316.886	88.512.382	
					88.069.820 442.562		

	PARA REFORMA DE CANAVIAIS JA EXISTENTES.						
	PLANTIO DE ATE 5860 HECTARES DE CANA-DE-ACUCAR, NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, NO AMBITO DO PROGRAMA BNDES DE APOIO A RENOVACAO E IMPLANTACAO DE NOVOS CANAVIAIS - BNDES PRORENOVA	MS	15200871	31/3/2015	20.000.000	20.000.000	
USINA ELDORADO S/A (Odebrecht Agroindustrial)	EXPANSAO DA CAPACIDADE DE MOAGEM DA UNIDADE INDUSTRIAL DEPRODUCAO DE ACUCAR E ETANOL DA BENEFICIARIA, LOCALIZADA NO MUNICIPIO DE MIRANTE DE PARANAPANEMA, ESTADO DE SAO PAULO,PARA 5.485.699 TONELADAS DE CANA-DE-ACUCAR POR ANO, BEM COMO A FORMACAO DE LAVOURA DE CANA-DE-ACUCAR NO SEU ENTORNO.	MS	10203381	11/6/2010	22.414.000	75.379.000	110.472.618
					6.105.000		
					6.112.000		
					40.748.000		
	PLANTIO DE 7.520 HECTARES DE CANA-DE-ACUCAR, INTEGRALMENTE PARA REFORMA DE CANAVIAIS JA EXISTENTES.	MS	14201481	27/5/2014	34.918.150	35.093.618	
175.468							
ODEBRECHT AGROINDUSTRIAL S/A	SUPLEMENTACAO DE RECURSOS, VISANDO O EQUACIONAMENTO DE FUNDING PARA A IMPLANTACAO DAS QUATRO UNIDADES DO GRUPO.	IE	9204861	1/7/2009	19.737.000	150.000.000	150.000.000
			9207631		13.874.000		
			9207631		27.500.000		
			9207631		26.405.000		
			9207631		18.792.000		
			9207631		43.692.000		
ODEBRECHT AGROINDUSTRIAL PARTICIPACOES S.A.	EXPANSAO DA CAPACIDADE DE MOAGEM DA UNIDADE INDUSTRIAL DEPRODUCAO DE ACUCAR E ETANOL DA BENEFICIARIA, LOCALIZADA NOMUNICIPIO DE MIRANTE DE PARANAPANEMA, ESTADO DE SAO PAULO, PARA 5.485.699 TONELADAS DE CANA-	IE	10600391	16/4/2010	343.000.000	686.000.000	686.000.000
					343.000.000		

	DE-ACUCAR POR ANO, BEM COMO A FORMACAO DE LAVOURA DE CANA-DE-ACUCAR NO SEU ENTORNO.						
UMOE BIOENERGY S/A	EXPANSAO DA CAPACIDADE INSTALADA DE COGERACAO DE ENERGIA ELETRICA DA UNIDADE INDUSTRIAL DA UMOE BIOENERGY S.A., LOCALIZADA EM SANDOVALINA - SP, PASSANDO DE 15 MW PARA 45 MW, INCLUINDO A INSTALACAO DE SUBESTACAO DE ENERGIA, SISTEMA DE TRANSMISSAO E CONEXAO COM A REDE ELETRICA EXISTENTE.	SP	112023 01	31/3/2011	30.070.704	96.390.297	170.109.181
					54.263.200		
					6.782.900		
					5.273.493		
	PLANTIO DE 8.199 HECTARES DE CANA-DE-ACUCAR, SENDO 7.399 PARA NOVOS CANAVIAIS E 800 PARA REFORMA DE CANAVIAIS JA EXISTENTES.	SP	132003 41	19/4/2013	28.532.102	28.532.102	
UMOE BIOENERGY S/A	PLANTIO DE 5.134,92 HECTARES DE CANA-DE-ACUCAR, NOS ESTADOS DE SAO PAULO E PARANA, NO AMBITO DO PROGRAMA BNDES DE APOIO A RENOVACAO E IMPLANTACAO DE NOVOS CANAVIAIS - BNDES PRORENOVA.	SP	142025 41	18/8/2014	25.186.782	25.186.782	
	PLANTIO DE ATE 5.891 HECTARES DE CANA-DE-ACUCAR, NO ESTADO DE SAO PAULO, OBSERVADO O LIMITE DE CUSTO POR HECTARE PLANTADO NO PROGRAMA BNDES DE APOIO A RENOVACAO E IMPLANTACAO DE NOVOS CANAVIAIS - BNDES PRORENOVA	SP	152011 21	31/3/2015	20.000.000	20.000.000	
COCAL COMERCIO INDUSTRIA CANAA ACUCAR E ALCOOL LTDA	IMPLANTACAO DA CENTRAL DE COGERACAO, DENOMINADA UTE CANAA, MOVIDA A BAGACO DE CANA, COM CAPACIDADE INSTALADA DE GERACAO DE 30 MW, NO MUNICIPIO DE	SP	052109 71	17/3/2006	40.171.000	40.171.000	671.362.000

	PARAGUACU PAULISTA - SP.						
	IMPLANTAÇÃO DE UNIDADE INDUSTRIAL PARA PRODUÇÃO DE ÁLCOOL, AÇÚCAR E ENERGIA ELÉTRICA, COM CAPACIDADE DE PROCESSAMENTO DE 2.500.000 T/SAFRA DE CANA-DE-AÇUCAR, NO MUNICÍPIO DE NARANDIBA-SP.	SP	07210011	3/1/2008	14.400.000	302.000.000	
					72.772.000		
					56.828.000		
			07210021	1/2/2008	5.300.000		
					47.700.000		
			12208491	11/10/2012	4.452.000	329.191.000	
					2.671.000		
					1.781.000		
					8.564.512		
					5.138.307		
	3.425.205						
	75.550.594						
	2.028.000						
	5.048.382						
	1.646.000						
	1.568.000						
	4.452.000						
	2.671.000						
	1.781.000						
	8.564.012						
	5.138.307						
	3.425.705						
	75.550.594						
	2.028.000						
	5.048.382						
	4.452.000						
	2.671.000						
	1.781.000						
	8.564.012						
	5.138.307						
	3.425.705						
	75.550.594						
	2.028.000						
	5.048.382						

Fonte: Elaboração e sistematização própria com base nos dados disponibilizados pelo Portal BNDES Transparente, através da Central de Downloads (BNDES, 2013)⁷⁶.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. Portal da transparência. Rio de Janeiro, n. 25, jun. 2013. Disponível em: https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/centraldedownloads/!ut/p/z1/pZJBU9swEIX_Chx8dLRBdmJzc0plwGboBEKILoxsb2IVWzKSiMu_RwkcaEoy06lu2nna7z3tEkYeCZN8I9bcCiV57e5LNnjK4nQ8DW4hg7sRheRieBVmkxiCa0oWOwEcOAKQ9vX9ZAZ9SML0Mnm4SGk0H5AHwggrpG1tRZa5LNE8CWmssK_FzoEHLWrQA6u5NC3XKAvBPSHQukp9UuJJqTpZK16abae2ECVZxogUAYY-8Aj8IFzFfITksU-HslrCQY55WX46PxKNHQ-22PL-6EB_Xklyzfrz4GYEZ2mwL7i9omMn-JGFwTjtT2L6KTgCWTqTw4MmR32y2AjsyFwq3bhx3f3jH0yBXO-F-Osb3AqlXy8vLHFzUtLib0se_3NQjrmuVf6xX4nMabQmTOMKNereq3blytrWnHvgQdd1vR2ut1abXq5dpTUetErbLdQliwfQaKxbY2ex4MZ3DbBpUVbqO2aljEu1jyJtM28i-uY_z6LufIXVm2YRmeT09B3uOBWF/dz/d5/L2dBISEvZ0FBIS9nQSEh/. Acesso em: 13 nov. 2015.

⁷⁶ É possível que parte desses dados (ou até mesmo a íntegra) não esteja disponível no portal do BNDES ou do BCB em decorrências das abruptas mudanças políticas em curso e a reconfiguração dos grupos de interesses emergentes dentro do Estado brasileiro. Ainda em 2016, durante a correção deste trabalho, já verificamos a indisponibilidade de algumas informações nas páginas oficiais, entretanto, para consulta off-line, dispomos em arquivo da maior parte das informações aqui apresentadas.